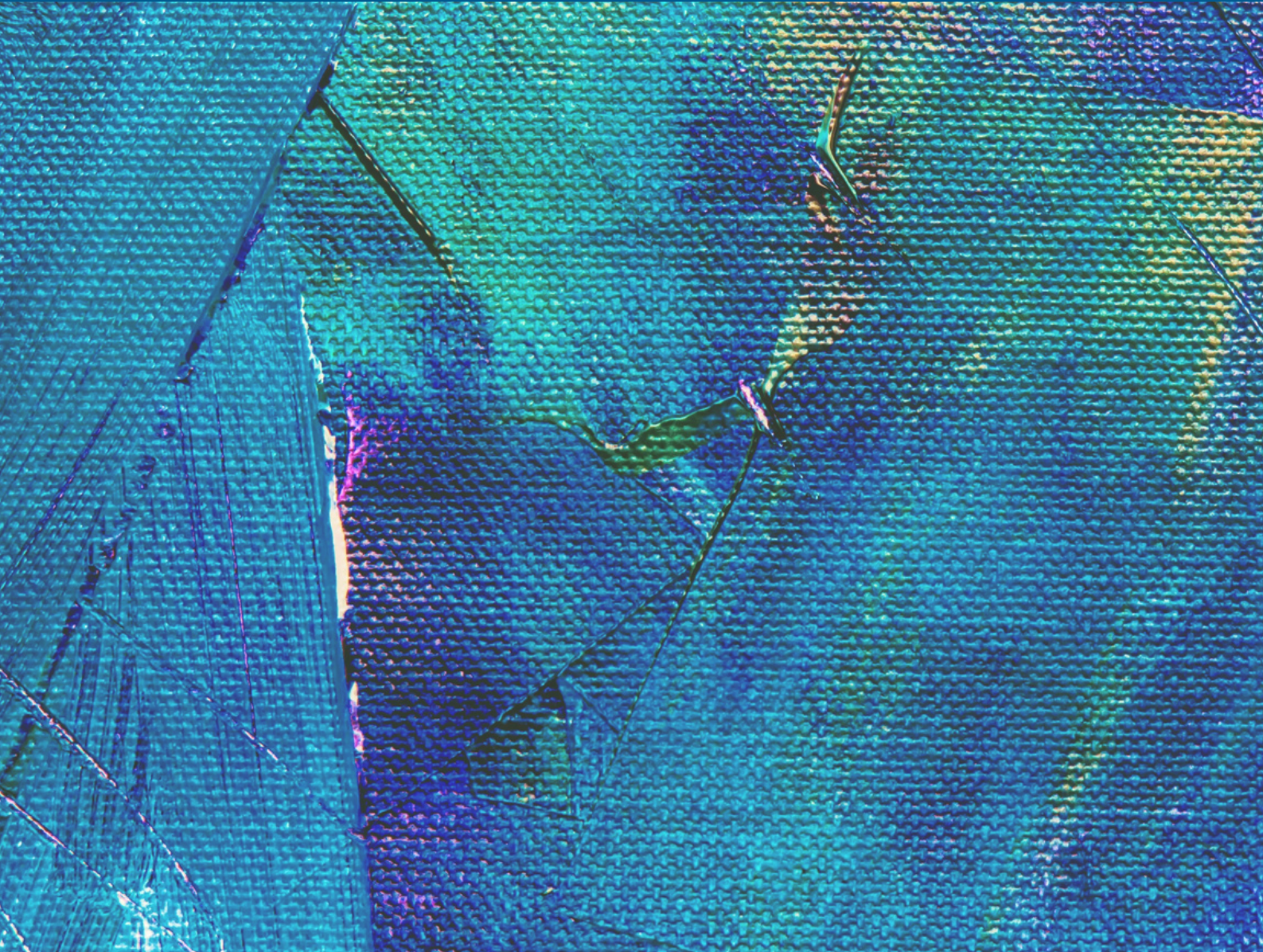


DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM

PSICOLOGIA

VOLUME II



ORGANIZADORES

TADEU LUCAS DE LAVOR FILHO
ISABELA BEZERRA RIBEIRO
MARIA ENIANA ARAÚJO GOMES PACHECO
MAXWELL FONTES TEIXEIRA
LIELTON MAIA SILVA



VIII SEMANA DE PSICOLOGIA DA UNIVS E
I JORNADA DE ESTUDOS COGNITIVO COMPORTAMENTAL

PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO E ATUALIZAÇÕES NAS PSICOLOGIAS

DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM PSICOLOGIA
VOLUME II



**TADEU LUCAS DE LAVOR FILHO
ISABELA BEZERRA RIBEIRO
MARIA ENIANA ARAÚJO GOMES PACHECO
MAXWELL FONTES TEIXEIRA
LIELTON MAIA SILVA
(ORGANIZADORES)**

**DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM PSICOLOGIA
VOLUME II**

1ª Edição

Quipá Editora
2022

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical, são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Normalização: dos autores e autoras.

Conselho Editorial: Dra. Aida Figueiredo, Universidade de Aveiro / Dra. Alana Maria Cerqueira de Oliveira, Instituto Federal do Acre / Me. Ana Paula Brandão Souto, Universidade Federal do Ceará / Me. Ana Nery de Castro Feitosa, Universidade Federal do Espírito Santo / Me. Roger Flores de Carvalho, Centro Universitário Augusto Motta.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D286 Debates contemporâneos em psicologia: volume II / Organizado por Tadeu Lucas de Lavor Filho... [et al.]. — Iguatu, CE: Quipá Editora, 2022.

165 p.: il.

ISBN 978-65-5376-052-3

DOI 10.36599/qped-ed1.161

1. Psicologia. I. Lavor Filho, Tadeu Lucas de. II. Título.

CDD 150

Elaborada por Rosana de Vasconcelos Sousa — CRB-3/1409

Obra publicada pela Quipá Editora em julho de 2022.

Quipá Editora
www.quipaeditora.com.br
@quipaeditora

APRESENTAÇÃO

O e-book **DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM PSICOLOGIA – VOLUME II** é fruto do evento institucional do Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado – UniVS em que foi realizado a VIII Semana de Psicologia UniVS e a I Jornada de Estudos Cognitivo Comportamental, cujo título do evento foi: **PERSPECTIVAS DE ATUAÇÃO E ATUALIZAÇÕES NA PSICOLOGIA**. O Curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS realizou a VIII Semana de Psicologia e I Jornada de Estudos Cognitivo Comportamental nos dias 21 e 22 de outubro de 2021.

O evento aconteceu de forma remota, com transmissão ao vivo por meio do canal oficial da UniVS no Youtube. O evento, que é destinado aos acadêmicos do curso de Psicologia e profissionais da área, teve como objetivo promover um espaço de debates sobre a profissão em meio aos avanços e retrocessos das práticas da Psicologia nos últimos dois anos. O momento contou com mesas-redondas, apresentações de trabalhos e minicursos. Portanto, este e-book é uma consolidação de estudos críticos na área da Psicologia de autores e autoras implicados com a realidade social na contemporaneidade.

Convocamos leitores e leitoras a se interessarem por uma vasta e diversa perspectiva de temáticas que atravessam a Psicologia e sua interdisciplinaridade. Os textos compilados nessa coletânea estão atravessados pela prática de uma Psicologia implicada na produção de cuidado com sujeitos, grupos e instituições. Assim, a Psicologia tem um importante papel na criação de espaços formativos de profissionais concatenados a sociedade, abrindo espaço para que as políticas públicas sejam discutidas e avaliadas frente aos avanços, desafios e retrocessos. Acredita-se que apenas desse modo poderemos demarcar o compromisso profissional, ético e político, na produção do cuidado e construção do conhecimento frente aos modos de subjetivação.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	07
A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JUNTO A JUVENTUDES EM TERRITORIALIDADES URBANAS	
CAPÍTULO 2	17
A EFICÁCIA DA TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL EM CASO DE ANSIEDADE	
CAPÍTULO 3	24
ANÁLISE PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBTQ+	
CAPÍTULO 4	36
ARTES INSURGENTES: <i>PODCAST</i> COMO FERRAMENTA PARA A COLETIVIZAÇÃO DE SABERES SUBALTERNIZADOS	
CAPÍTULO 5	45
“DONA-DE-CASA, ESPOSA E MÃE”: A CIRCULAÇÃO DE MANUAIS DE CONDUTA PARA MULHERES NO SÉCULO XX	
CAPÍTULO 6	60
INVENÇÕES NOS MODOS DE FAZER ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA - ENUNCIÇÕES EMERGENTES DE PROFESSORES E ESTUDANTES SECUNDARISTAS DO COTIDIANO ESCOLAR	
CAPÍTULO 7	71
REPERCUSSÕES DO ISOLAMENTO SOCIAL NA SAÚDE FRENTE À PANDEMIA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DE FELICIDADE	
CAPÍTULO 8	82
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: LIBERDADE E INCLUSÃO SOCIAL	
CAPÍTULO 9	98
SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: REFLEXÕES A PARTIR DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA	
CAPÍTULO 10	112
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS TENTATIVAS DE SUICÍDIO NO MUNICÍPIO DO ARACATI-CE	
CAPÍTULO 11	123
CONTEXTOS PANDÊMICOS E SUAS INFLUÊNCIAS FRENTE AOS SINTOMAS DA ANSIEDADE E DEPRESSÃO	
CAPÍTULO 12	144
PORNOGRAFIA E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: POR UMA PRODUÇÃO QUE SUSPENDA ESTEREÓTIPOS E TABUS	
SOBRE OS AUTORES	160

SOBRE OS ORGANIZADORES.....	163
ÍNDICE REMISSIVO.....	165

CAPÍTULO I

A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JUNTO A JUVENTUDES EM TERRITORIALIDADES URBANAS

Carla Jéssica de Araújo Gomes

Tadeu Lucas de Lavor Filho

Laisa Forte Cavalcante

Lara Thayse de Lima Gonçalves

Hermógenes Abraão Paz Siqueira

João Paulo Pereira Barros

Luciana Lobo Miranda

INTRODUÇÃO

Os processos de urbanização dos territórios, além de produzirem uma reestruturação no espaço físico-geográfico, alteram as dinâmicas territoriais, concentram riquezas, geram profundas desigualdades socioeconômicas e conseqüentemente produzem margens urbanas. Estas são regiões que apresentam altas taxas de concentração de pobreza, baixos indicadores sociais e elevados índices de vulnerabilidade sociais como altas taxas de evasão escolar ou até mesmo a fragmentação da relação com a escola devido a conflitos territoriais decorrentes da violência armada e os índices de homicídios, sobretudo nos segmentos juvenis em sua maioria negros e pobres (CHAGAS *et al.*, 2014; CAVALCANTE, 2021). De acordo com o Atlas da Violência, em 2018 ocorreram 57.956 homicídios no Brasil, enquanto o número de jovens assassinados foi de 30.873 neste mesmo ano, o que reflete cerca de 53% do total de homicídios do país, sendo os homicídios por armas de fogo a principal causa dos óbitos da juventude masculina (CERQUEIRA *et al.*, 2020). O estado do Ceará, por sua vez, concentra uma considerável porcentagem das vítimas de violência letal do país ocasionadas por armas de fogo, ocupando o 3º lugar e, em termos proporcionais de pessoas assassinadas, ocupa o 2º lugar do país (ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO CEARÁ, 2020).

A chegada da pandemia de COVID-19 no Brasil em março de 2020, e, um pouco depois no Ceará, ao invés de frear a escalada do número de assassinatos revelou um crescimento vertiginoso nas mortes violentas em relação a 2019, uma vez que os homicídios quase dobraram no Ceará nos três primeiros meses de 2020 (BORGES, 2020). As profundas desigualdades sociais e as insuficientes políticas públicas expuseram de maneira mais contundente e ainda estão expondo

determinados segmentos à morte - não só a provocada pelo vírus, mas também a pela violência (CAVALCANTE, 2021). Dessa maneira, as periferias urbanas são impactadas diretamente pelos efeitos da pandemia e da violência armada. Um desses efeitos mais contundentes, além das mortes, são os impactos nas relações escolares e de ensino-aprendizagem que corroboram para expor milhares de jovens a condições de vida mais precarizadas. Tais periferias são espaços denominados de “Territórios de exceção” (CAVALCANTE, 2011), onde o extermínio da juventude pobre, negra e periférica é invisibilizado e legitimado por um Estado ausente no que concerne a políticas públicas de proteção social, visto que suas vidas são tidas como desimportantes e não passíveis de luto (BUTLER, 2015).

Contudo, é imprescindível evidenciar que apesar de tais territorialidades estarem inseridas em condições estruturais precarizadas que as atravessam, como a violência armada e as taxas de homicídios, essas mesmas territorialidades produzem suas próprias estratégias de resistência coletivas e cotidianas a esses contextos. O território do Grande Bom Jardim (GBJ), periferia urbana composta por 5 bairros da cidade de Fortaleza/CE, é para além de seu contexto socioeconômico, reconhecido por suas lutas e iniciativas populares que almejam a transformação da realidade do território, lutas que envolvem a garantia de direitos como mobilidade urbana, educação, arte e cultura.

Uma destas iniciativas locais é o Fórum de Escolas pela Paz do GBJ, organizado por gestores de 12 escolas estaduais da região, com o objetivo de construir coletivamente estratégias de enfrentamento à violência urbana que perpassa o cotidiano das instituições escolares e daqueles que a ocupam. Deste modo, este é também um espaço de articulações com outros projetos, também engajados na produção de resistências a violências, como é o caso da aproximação com projetos de extensão do curso de Psicologia da Universidade Federal do Ceará, da qual os/as autores/as/componentes deste capítulo fazem parte. Uma das iniciativas que são construídas por estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia e que elabora ações com 4 das escolas¹ componentes do Fórum é o projeto intitulado “Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências”, que propõe fomentar e operar com ações artísticas no território do GBJ, de forma a promover, com coletivos juvenis do território que usam a arte como forma de expressão e ação, o fortalecimento das manifestações artísticas como meio de enfrentamento às violações que atravessam o cotidiano local das juventudes.

¹As escolas participantes são: EEFM Santo Amaro, EEMTI Senador Osires Pontes, EEFM São Francisco de Assis e EEM Eudes Veras.

Com isso, a arte é compreendida como aquela capaz de atuar “[...] transformando realidades, criando significados para si e para os outros” (ZANELLA *et al.*, 2005, p. 198), além de possibilitar invenções de novas formas de relacionar-se com o mundo, provocando, no caso deste projeto, (re)existências no território do GBJ com jovens estudantes (MIRANDA *et al.*, 2021). Assim, é a partir das interações entre dispositivos artísticos, a Psicologia, os coletivos juvenis e as escolas e sua comunidade, especialmente jovens estudantes, que são construídas as oficinas que nos auxiliam a explorar a temática aqui em destaque. Dessa forma, o objetivo deste capítulo é discutir a atuação da Psicologia junto a juventudes em territorialidades urbanas a partir das experiências de oficinas artísticas em escolas públicas do Grande Bom Jardim.

METODOLOGIA

Temos operacionalizado um *ethos* de atuação na extensão e pesquisa aliado a pesquisa-intervenção, e, com tal, entendemos que nossa posição, ora facilitadores ora pesquisadores, é atravessada por efeito da relação que experienciamos em campo e com os nossos interlocutores (ROCHA; AGUIAR, 2003). Essa relação não é dada, pois é construída a partir das negociações que o território de pesquisa nos interpela, bem como das partilhas que fazemos na produção de novas análises sobre nossas investigações (AGUIAR; ROCHA, 2007), e é por estarmos implicados e ocupando espaços, criando uma pesquisa *COM* (MORAES, 2014) as juventudes, que o nosso trabalho nessa experiência de atuação com as artes e territórios periféricos se firmam em uma parceria com apostas nas resistências juvenis (GONÇALVES *et al.*, 2020).

Em nossa experiência de pesquisa-intervenção, construímos o projeto “Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências”. Tal projeto tem atuado a partir de duas frentes de ação: 1) Acompanhamento e composição de ações artísticas e culturais promovidas por coletivos juvenis no território do GBJ, buscando incentivar e fortalecer as atividades realizadas por eles no território; 2) A produção de um *podcast* com o intuito de conversar com jovens integrantes de coletivos juvenis do GBJ sobre suas trajetórias dentro e fora dos coletivos, coletivizando e potencializando a visibilização do que eles/elas estão produzindo e criando no território.

Na primeira frente, a partir da nossa inserção no Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim (CAVALCANTE *et al.*, 2021) e parceria com o coletivo Jovens Agentes de Paz (JAP), vinculado ao Centro de Defesa da Vida Herbert Sousa (CDVHS), desenvolvemos oficinas artísticas com estudantes de ensino médio de escolas públicas do GBJ e de Maracanaú. Além do JAP, contamos com a colaboração de outros coletivos juvenis e artistas do território, que nos ajudam na organização e facilitação de oficinas específicas, a depender da estética e linguagem que eles/elas/elus trabalham. As oficinas artísticas são divididas em seis eixos: músicas e ritmos; teatros e

encenações; danças e performances; literaturas poéticas; estéticas e linguagens feministas; saúde mental.

As oficinas estão ocorrendo remotamente e presencialmente, a depender da disponibilidade e organização das escolas diante da autorização do retorno presencial por decretos do Governo do Estado do Ceará no segundo semestre de 2021 (VIEIRA, 2021). Em duas escolas, a frequência das oficinas é semanal, ocorrendo no contraturno das aulas. Em uma das escolas, a frequência dos encontros também é semanal, mas o projeto ocupa o horário de uma das aulas da turma. Nas outras duas escolas, a frequência é quinzenal, sendo que em uma escola as oficinas ocorrem no contraturno e na outra durante a aula de Projeto de Vida.

Na segunda frente de ação, buscamos dialogar com os jovens do GBJ sobre as práticas artísticas e culturais que eles/as/us têm tecido no território como forma de resistir ao cenário de intensificação da violência armada que assola as periferias de Fortaleza, e que tem como suas principais vítimas jovens negros e negras. Primeiramente, convidamos os jovens artistas a participarem do episódio. Depois, construímos um roteiro semi-estruturado, com perguntas que abordam tanto as trajetórias de vida desses jovens como as trajetórias e ações do coletivo que eles/as/us fazem parte. Por último, gravamos, por meio do *Google Meet*, a nossa conversa, editamos no programa *Audacity* e depois publicamos na plataforma do *Spotify*. A frequência de postagem dos episódios é mensal, e, até o momento, produzimos quatro episódios, a saber: 1) Apresentação do projeto; 2) Festival das Juventudes; 3) Vivências no GBJ - NArTE; 4) Lacrações e Desafios da Diversidade LGBTQIA+ no GBJ.

Como nós, facilitadores desse processo de pesquisa-intervenção, somos estudantes de graduação e pós-graduação em Psicologia, fazemos dessas oficinas e do trabalho feito pelo Artes Insurgentes um território existencial (KASTRUP; PASSOS, 2013) para criarmos saberes sobre modos de vidas juvenis constituídos não só pelas vozes dos/as pesquisadores/as, mas dos jovens também, e atuarmos junto às juventudes na luta por seus direitos. Nesse movimento, tecemos um olhar sobre a Psicologia que pulsa contrária às relações instituintes e dominadoras de práticas psicologizantes tradicionais (ROCHA; AGUIAR, 2003). Para discutir essas experiências formativas em Psicologia, tecemos na próxima sessão nossas análises.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de um cenário desafiador de trabalho com juventudes que teve de ser virtualizado, assim como o ensino escolar, a articulação com o território do GBJ como um todo teve de acontecer a partir de suas expressões digitais na maior parte do tempo. Apesar do distanciamento físico, a aproximação com atividades que são desenvolvidas pelos/as moradores/as e trabalhadores/as locais foram essenciais para a construção das oficinas com as escolas, especialmente a colaboração com o Fórum de Escolas pela Paz e com o programa de financiamento de projetos do Centro Cultural do Bom Jardim (CCBJ), Iniciativas Comunitárias, em parceria com o JAP.

Como mencionado anteriormente, é a partir do acompanhamento e participação no Fórum e a parceria com o JAP que o Artes Insurgentes consegue se articular às escolas e às juventudes do GBJ, garantindo um espaço para a construção coletiva das oficinas e a produção dos episódios do podcast. Com essas parcerias, também foi possível compreender quais questões circundam as vivências no território, como os espaços educacionais atuam no fortalecimento de resistências e como as ações do projeto que propomos poderiam relacionar-se com esse cotidiano, incidindo também como potencializador de práticas de resistência.

Em relação ao espaço de colaboração com o CCBJ, o programa Iniciativas Comunitárias trata de financiar ações que promovam o acesso à cultura como um direito humano que deve alcançar as infâncias e as juventudes do GBJ através de atividades em toda a extensão do território (CENTRO CULTURAL DO BOM JARDIM, 2021). Desse modo, a proposta do Artes Insurgentes, em conjunto com o JAP, encontra-se com a oportunidade oferecida pelo Centro Cultural como forma de unir-se a outros projetos artísticos que constroem ações neste lugar, desenvolvendo parcerias e engajando-se em relações que pudessem ampliar o fomento das manifestações artísticas e culturais de jovens do GBJ, tanto por meio das oficinas quanto através da produção de podcast que tenham relação direta com essas construções, incidindo sobre o território.

Com isso, o vínculo com coletividades que atuam com as juventudes e são formadas por jovens é fundamental para produzir e compartilhar com o território, com as escolas e com as juventudes a partir dos dispositivos artísticos construídos nas oficinas. Essa relação articula-se à importância, compreendida a partir da Psicologia Social e da Psicologia Escolar/Educacional, dos trabalhos em grupo e das produções colaborativas, que são base para a organização de oficinas que pensam em elaborações artísticas como espaço de resistência, e contribuam para a formação de estudantes e profissionais da Psicologia.

Nesse ínterim, a Psicologia no Brasil, entre as décadas de 1960 a 1970, para desenvolver trabalhos com grupos, esteve alinhada fortemente com referências de uma prática de Psicologia

Social voltada para uma visão de homem condutivista e comportamentalista. Essa perspectiva de matriz norte-americana influenciou bastante a forma como os profissionais psi tradicionalmente exerciam o olhar sobre os processos grupais. Parte desses referenciais estrangeiros, dos quais não conseguiam explicar as particularidades e os enfrentamentos às injustiças sociais brasileiras, não só foram responsáveis por instruir uma atuação pouco implicada, como também que não correspondia às expectativas de uma atuação psi em contextos marginalizados (LANE, 1999).

Essa problemática não estava circunscrita somente ao campo da Psicologia Social, pois outras áreas eram atravessadas por essa composição teórica, sendo uma delas a Psicologia Educacional e Escolar, que também esteve alheia a questões que convocavam uma atuação crítica e contextualizadas com as relações sociais. Nesse contexto de atuação com grupos, a ênfase era no diagnóstico e na avaliação individual da condição de aprendizagens (ZANELLA, 2003). Já sabemos que as atuações da Psicologia nos diferentes espaços, em específico os territórios escolares, já não se sustentam mais em intervenções que não despertam uma leitura crítica do cotidiano e das relações vividas pelos sujeitos (MIRANDA *et al.*, 2018).

O trabalho com grupos em territórios escolares tem sido algo já vivenciado por nós em diferentes experiências anteriores (MIRANDA *et al.*, 2020; COSTA *et al.*, 2020; MIRANDA *et al.*, 2021; CAVALCANTE *et al.*, 2021), e, com isso, temos realizado um exercício de pensar a formação em Psicologia voltada a atuação com juventudes que vivem suas cotidianidades em territórios periféricos (BARROS; ACIOLY; RIBEIRO, 2016; BARROS *et al.*, 2018; COSTA; BARROS, 2020). Aliamos uma perspectiva de intervenção, da qual, não se trata de unificar os espaços e/ou de que nós produzimos as mudanças, mas falamos de uma pesquisa-intervenção que cria pistas para um trabalho atento e crítico com as pessoas envolvidas na ação.

O fortalecimento do trabalho feito com coletivos juvenis do Grande Bom Jardim junto ao nosso coletivo Artes Insurgentes têm possibilitado alguns contornos na formação de profissionais psi e pesquisadores na área da Psicologia, dos quais são efeitos que analisamos como importantes para um debate contemporâneo e crítico da Psicologia, a saber: a) o dispositivo grupal permite acessar uma polifonia de histórias que recriam experiências; b) apostamos em um espaço de partilha em que o saber psi não se centra nos velhos significantes sobre saúde mental versus doença mental; c) a escola, como território de atuação, não é legitimado para lugar de diagnóstico e/ou deliberações psicologizantes; d) prevalece uma atenção para os processos de subjetivação e a realidade psicossocial dos jovens estudantes; e) a aposta na arte como um potente dispositivo de criação de reflexões sobre o território, o pertencimento juvenil e novos possíveis frente a seus projetos de vida; f) fortalecimento de um compromisso ético, estético e político da Psicologia junto a juventudes

periféricas; g) a produção de uma pesquisa implicada com a transformação social e que preze pela restituição dos achados da pesquisa aos participantes.

Com isso, mencionado os novos desafios para continuidade do trabalho com as juventudes e o processo de adaptação ao contexto remoto por conta da pandemia, é cabível considerações sobre a arte como potencial de trabalho da subjetividade. A experiência proporcionada pela execução do projeto Artes Insurgentes vai de encontro à discussão elaborada por Moraes (2021) que ressalta o entrelaçamento entre a sensibilidade artística e a subjetividade. Através da interseção entre experiências cotidianas, visão de mundo e das emoções é possível trabalhar com aspectos sensíveis, fundamentais e enriquecedores que culminam na possibilidade de um pensamento crítico não apenas por parte dos/as/es alunos/as/es, mas que podem ser estendidos para educadores, gestores e demais atores sociais presentes nos espaços educacionais.

Ainda, é reconhecido que a educação contemporânea é atravessada por mudanças significativas, a exemplo da necessidade do ensino virtual, interferindo e sofrendo influências dos processos de ensino e aprendizagem. Neste sentido, a inserção da arte como ferramenta possível para intervenções nos contextos educacionais aponta para um outro processo de formação, que é sensível, subjetivo e artístico, marcando uma distinção com a recorrente estrutura curricular que tradicionalmente apresenta traços como objetividade e rigidez na produção e reconhecimento de saberes. A potencialidade de envolver a escola, a arte e o território efetivam a circulação de conhecimentos que rompem com o paradigma das verdades consideradas absolutas e universais (MORAIS, 2021).

Tomando como base a discussão de Maldonado-Torres (2017) sobre arte e formas de reexistência na contemporaneidade, o autor afirma que a reivindicação da arte como território de reexistência possui um significado particular em territorialidades marcadas por violências que atingem diretamente os corpos que as habitam. O território, assim como o corpo, configura-se como um ponto material e concreto para existência humana e, dessa forma, imprescindível para reivindicar formas de reexistência às tecnologias de poder que sustentam as lógicas coloniais da modernidade (MALDONADO-TORRES, 2017). Entende-se por reexistir um movimento que não se limita a negar e reagir às opressões sofridas, mas também de criar outros modos de existir, pensar, sentir e agir no mundo (MALDONADO-TORRES, 2017). Ao se reivindicar a arte como território de reexistência, busca-se criar zonas de afirmação de vida e de expressões corporais e existências outras frente ao mundo moderno/colonial sustentado por políticas de morte, seguindo por um viés descolonizante das subjetividades. Neste sentido, nosso coletivo Artes Insurgentes têm buscado ser esse território de apostas junto às juventudes, criando táticas e estratégias artísticas que buscam reexistir às lógicas que produzem as juventudes das periferias urbanas como vidas desimportantes (BUTLER, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto, mantivemos uma tentativa de enunciar contribuições para pensar criticamente a atuação da Psicologia junto a espaços escolares situados em territorialidades urbanas de periferias de Fortaleza. O trabalho feito a partir do nosso projeto *Artes Insurgentes: Coletivizando Resistências* nos têm possibilitado criar espaços formativos e oficinas em torno das artes e dos modos de ser juvenis. Parte desse trabalho é possível porque apostamos no trabalho dos dispositivos grupais como estratégias potentes para criar deslocamentos e ressignificações de projetos de vida, pertencimento ao território de periferia e fortalecimento das produções artísticas e culturais das juventudes.

As alianças feitas com os territórios escolares, cuja relação é anterior ao *Artes Insurgentes*, fruto de nossas parcerias com o Fórum de Escola pela Paz do Grande Bom Jardim, e agora como uma Iniciativa Comunitária do CCBJ, fortalecemos uma rede com coletivos juvenis e movimentos sociais para exercer uma Psicologia que paute junto com juventudes as situações que as atravessam, no fortalecimento de suas invenções micropolíticas e no aliançamento de coletividades.

Este lugar dividido por nós, imbricado do papel de pesquisadores e oficinas, do qual indissociados de nossas posições de estudantes e profissionais em Psicologia, fazem-nos tecer uma atuação que permite escutar e atuar conjuntamente com as juventudes, os professores, os articuladores e as lideranças de coletivos juvenis que atuam no desenvolvimento social e no combate das injustiças sociais no Grande Bom Jardim.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, K. F.; ROCHA, M. L. Micropolítica e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, p. 648-663, 2007.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. **Nota técnica 01/2020**. Coronavírus e homicídios: o Ceará sob duas epidemias. Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2020/05/nota3.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.
- BARROS, J. P. P.; ACIOLY, L. F.; RIBEIRO, J. A. D. Re-tratos da juventude na cidade de Fortaleza: direitos humanos e intervenções micropolíticas. **Revista de Psicologia**, v. 7, n. 1, p. 115-128, 30 jul. 2016.
- BARROS, J. P. P.; PAIVA, L. F. S.; RODRIGUES, J. S.; DA SILVA, D. B.; LEONARDO, C. DOS S. “Pacificação” nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. **Revista de Psicologia**, v. 9, n. 1, p. 117-128, 1 jan. 2018.
- BORGES, M. Homicídios quase dobram no Ceará nos três primeiros meses de 2020. **G1 CE**, Fortaleza, 17 abr. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/04/17/homicidios-quase-dobram-no-ceara-nos-tres-primeiros-meses-de-2020.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2021.
- BUTLER, J. **Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CAVALCANTE, L. F. *et al.* Fórum de Escolas do Grande Bom Jardim: práticas de enfrentamento à violência armada em territorialidades escolares de periferias de Fortaleza. **DESIDADES - Revista Eletrônica de Divulgação Científica da Infância e Juventude**, n. 30, p. 30-50, 2021.
- CAVALCANTE, L. F. **Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim: Enfrentamentos às dinâmicas da violência armada em periferias de Fortaleza**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2021.
- CAVALCANTE, R. M. B. **Vidas breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza**. 2011. 156f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas) - Centro de Estudos Social Aplicado da Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.
- CHAGAS, C. A. N.; SILVA, C. N.; SILVA, J. M. P. Território, Produção do Espaço e Violência Urbana: Uma Leitura Geográfica dos Homicídios na Região Metropolitana de Belém. In: **XIV Colóquio Ibérico de Geografia**. 2014.
- COSTA, A. F. *et al.* Re-existências decoloniais frente às violências: experiências extensionistas em periferias fortalezenses. **Extensão em Ação**, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 53-66, 2020.
- COSTA, E. A. G. A.; BARROS, J. P. P. Intergeracionalidades em análise: (re)composições ético-estético-políticas em pesquisas-inter(in)venções com crianças e adultos. **Desidades**, n. 28, p. 127-139, 2020.
- GONÇALVES, M. V. *et al.* Juventude (s), Arte-Cultura e Território: Experiências de um campo em movimento pela extensão universitária. **Revista da Extensão**, n. 21, p. 20-25, 2020.
- INICIATIVAS Comunitárias. **Centro Cultural do Bom Jardim - Governo do Estado do Ceará**, 2021. Disponível em: <https://ccbj.org.br/narte/acoes-estrategicas/iniciativas-comunitarias/>. Acesso em: 10 out. 2021.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25, p. 263-280, 2013.

LANE, S.T. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social: O Homem em Movimento**. 2. impressão. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 10-19.

MALDONADO-TORRES, Nelson. El arte como territorio de re-existencia. Una aproximación decolonial. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, n. VIII, p. 26-28, 2017.

MIRANDA, L. L. *et al.* A Relação Universidade-Escola na formação de professores: Reflexões de uma pesquisa-intervenção. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, p. 301-315, 2018.

MIRANDA, L. L. *et al.* “Como Quebrar os Padrões Sociais?": o Racismo no Cotidiano de Jovens Pesquisadores. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, 2020. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/zBdHTVtDNtBg45mnWnF97h/?lang=pt&format=html>

MIRANDA, L. L.; *et al.* Artes Insurgentes: coletivizando resistências no festival das juventudes do Grande Bom Jardim. In: GOMES FILHO, A. S. *et al.* (Org.). **Debates contemporâneos em psicologia**. 1ed. Iguatu: Quipá Editora, 2021. p. 71-82.

MORAES, M. Do pesquisarCOM ou de Tecer e Destecer fronteiras. In: BERNARDES, A.; TAVARES, G. & MORAES, M. **Cartas para pensar: políticas de pesquisa em psicologia**. Vitória: EDUFES, 2014.

MORAIS, T. A. Arte, subjetividade e formação sensível: reflexões sobre a educação na contemporaneidade. **Revista Educação Pública**, v. 21, nº 14, 20 de abril de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/14/arte-subjetividade-e-formacao-sensivel-reflexoes-sobre-a-educacao-na-contemporaneidade>

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, p. 64-73, 2003.

VIEIRA, A. Escolas fazem transição para presencial após novo decreto; medida não é obrigatória. **O Povo**. Ceará. 04 out. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2021/10/04/escolas-fazem-transicao-para-presencial-apos-novo-decreto-medida-nao-e-obrigatoria.html>. Acesso em: 06 out. 2021.

ZANELLA, A. V. Reflexões sobre a atuação do (a) psicólogo (a) em contextos de escolarização formal. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 23, p. 68-75, 2003.

ZANELLA, A. V.; *et al.* Movimento de objetivação e subjetivação mediado pela criação artística. **Psico-USF**. v. 10, n. 2, p. 191-199, 2005. Disponível em: <http://scielo.br/pdf/psuf/v10n2/v10n2a11.pdf>.

CAPÍTULO 2

A EFICÁCIA DA TERAPIA COGNITIVA COMPORTAMENTAL EM CASO DE ANSIEDADE

Nair Kercya Lima Barros

Maiana Parente Gomes Carneiro

Lielton Maia Silva

INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta o processo terapêutico com embasamento na Terapia Cognitiva Comportamental (TCC), o caso de uma jovem com transtorno de ansiedade causado pelas crenças disfuncionais, com traços de ideação suicida. A Terapia Cognitiva Comportamental tem como fundamento a forma de como cada indivíduo interpreta as situações que os acometem e como as crenças disfuncionais afetam o funcionamento psicológico (SANTOS, MEDEIROS, 2017).

A ansiedade é um processo natural da vida do sujeito, sendo primordial para a sobrevivência do mesmo, segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (5ª edição, American Psychiatric Association, 2014), o mesmo se caracteriza-se como o medo excessivo e uma ansiedade em excesso, gerando perturbações na vida do sujeito, a mesma é considerada como a catastrofização de situações vivenciadas durante o cotidiano e um excesso de futuro.

As perturbações geradas no cotidiano do sujeito, que estão cristalizadas, se dão pelas crenças centrais, que são embasadas em regras que antecipam as situações futura, sendo a visão que o sujeito tem de si mesmo, dos outros e do mundo, as crenças centrais são subdivididas entre desvalor, desamor e desamparo (ARRIGONI, 2021).

Este estudo tem sua relevância pautada no transtorno de ansiedade, uma queixa que se torna cada vez mais frequente no cotidiano das pessoas, e no âmbito clínico, as demandas para psicólogos no quesito ansiedade torna-se cada vez mais frequente, sendo necessário um aparato técnico eficaz para o tratamento e para auxiliar o paciente a como lidar com as perturbações causada pelo transtorno.

O objetivo desse estudo não é explanar o processo terapêutico, mais sim, como o processo terapêutico e a terapia cognitiva comportamental auxilia o paciente com as suas demandas e com seu processo de autoconhecimento, com base nas técnicas de psicoeducação, reestruturação cognitiva, descatastrofização, questionamento socrático, a relevância do estudo refere-se a eficácia da Terapia Cognitiva Comportamental em caso de ansiedade, assim como, a relevância de uma sessão estruturada e objetiva.

METODOLOGIA

O presente trabalho, condiz a um estudo de caso, referente ao atendimento de psicoterapia individual, realizado pelo Serviços de Psicologia Aplicado (SPA), na clínica escola do Centro Universitário Vale Do Salgado - UNIVS, orientados com uma visão de homem e de mundo na abordagem da Terapia Cognitiva Comportamental.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Terapia Cognitiva Comportamental - TCC, foi desenvolvida por Aaron Beck, o tratamento baseia-se na compreensão do paciente sobre as situações vivenciadas, a TCC embasa no modelo cognitivo, no qual seu conceito refere-se na influência da percepção do sujeito com interface direta na emoção, comportamento e fisiologia (CAMPOS et al, 2021).

O modelo cognitivo analisa os comportamentos disfuncionais e como os mesmo, interfere nas emoções e no pensamento, a proposta da TCC é adaptar os pensamentos disfuncionais para pensamentos mais realistas, trabalhando as crenças disfuncionais do paciente, que se caracteriza Como a forma que ele se percebe, na forma como ele percebe o mundo e os outros (CAMPOS et al, 2021).

No manejo clínico a Terapia Cognitiva Comportamental é considerada como um aparato técnico breve e pontual, voltadas para situações presente e com sessões estruturadas, referente ao estudo, vale ressaltar algumas técnicas, entre elas o Questionamento Socrático, usada para que o paciente possa analisar seu próprio pensamento, ou seja , é confrontar o sujeito através do questionamento, o objetivo que desenvolver a habilidades do paciente de examinar por si alternativas saudáveis (SANTOS, MEDEIROS, 2017).

A Psicoeducação é também objeto de trabalho deste estudo, técnica utilizada para orientar o paciente sobre seu tratamento, seu processo terapêutico e sua doença, a terapia se baseia em paciente/terapeuta ativos , para isso, é necessário que o sujeito tenha instruções necessárias sobre seu processo educado-o (ASSUNÇÃO, SILVA, 2019).

Para o processo também foi utilizado a técnica de reestruturação cognitiva, o objetivo desta é promover o paciente a identificar os pensamentos automáticos disfuncionais, promovendo uma contestação cognitiva, para que assim possa buscar alternativas e uma ótica diferente perante seus pensamentos (ARRIGONI, 2021).

Para o auxílio a técnica de descatastrofização é essencial, possibilitado ao paciente avaliar o nível de realidade dos pensamentos disfuncionais,, relevante para o transtorno de ansiedade, visto

que a mesma se refere ao excesso de futuro catastrófico, juntamente com o registro de pensamentos disfuncionais, objetivando a monitoração de pensamentos, e qual situação foi estímulo para eles, ajudando o paciente a mudar conceitos disfuncionais para interpretações condizente com a realidade (SANTOS, MEDEIROS, 2017).

A ansiedade é caracterizada por um excesso de ansiedade e medo, tendo como características também perturbações, o indivíduo com transtorno de ansiedade antecipa o medo de uma ameaça futura, no qual pode ou não ocorrer. O transtorno de ansiedade é amplo, sendo eles a Transtorno de Ansiedade Generalizada (TAG), Transtorno Obsessivo Compulsivo (TOC), Transtorno de Pânico (TP), Fobia Social, Transtorno Agorafobia, Mutismo Seletivo (MS), Fobia Social, Transtorno de Ansiedade de Separação, Fobias Específicas, dentre outros (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014).

Caracterizada como uma resposta de alerta a um perigo real ou imaginário, a ansiedade é vista em duas óticas, a ansiedade normal, sendo ela, biológica e natural do sujeito, necessária para sobrevivência e segurança do sujeito, e a patológica, sendo, um sinal de alerta excessivo e disfuncional, gerando perturbações (OESTREICH, MOURA, MACHADO, 2020).

Nos sintomas físicos da ansiedade está incluso a sudorese, tremores, boca seca, taquicardia, náuseas, dor no peito, falta de ar, insônia, dentre outros, nos sintomas cognitivos estão atrelados ao nervosismo, falta de concentração, sentimento de que alguma coisa ruim irá acontecer, medo em excesso, etc (OESTREICH, MOURA, MACHADO, 2020).

RELATO DE CASO E DISCUSSÃO

A paciente do sexo feminino, 25 anos, solteira, formada em matemática, reside com seus pais, atualmente principal cuidadora do seu pai, tendo quatro irmãos que negligenciam a situação do pai, sendo ela a única responsável por abdicar de sua vida para o tratamento do pai, com uma estrutura familiar embasada nos bons costumes, a mesma já tentou suicídio como uma forma de resistência aos valores.

A paciente que por questões ética de sigilo será nomeada como Aurora, começou atendimento no Serviço de Psicologia Aplicada – Centro Universitário Vale do Salgado, no ano de 2018, procurou os serviços depois do seu último termino de relacionamento, no qual tentou suicídio, os sintomas de ansiedade tornou-se vigente após a tentativa de se relacionar com outras pessoas, sentindo sintomatologia de falta de ar, excesso de futuro, insônia, medo, apreensão, angustia, inquietação, dificuldade de concentração e sensação de estar no limite, e vários pensamentos catastróficos.

Aurora rompeu com os atendimentos no ano de 2020, e retornou aos atendimentos no ano de 2021, trazendo como queixa central a ansiedade, ao longo da sessão destrinchou quais sintomatologias da ansiedade, sendo elas: tremores, angústia, medo excessivo, taquicardia, insônia, dores de cabeça, sudorese.

Na semana em que retornou aos atendimentos, foi trabalhado com a paciente uma busca ativa para identificar se as demandas ainda se tratavam das mesmas queixas que já haviam sido identificadas antes do rompimento do processo terapêutico, visto que não, lançou os objetivos e planos para a sessão posterior.

Nas sessões seguinte foi usada a técnica de psicoeducação, para conhecimento da base teórica - científico que irá embasa o processo terapêutico a Terapia Cognitiva Comportamental, também se trabalhou com a paciente o transtorno de ansiedade para autoconhecimento de como o mesmo age no seu processo, a técnica de psicoeducação tange em educar o paciente sobre a compreensão da sua doença e seu tratamento, sendo assim, importante salientar a compreensão da ansiedade normal e patológica (KNAPP, 2004).

Posterior, foram trabalhadas com a paciente questão sobre pensamentos automáticos e crenças centrais, essas são crenças desenvolvidas no decorrer da infância, e vivenciadas pelo sujeito de forma duradoura, sendo adquirida pela pessoa como verdade absoluta, as questões do seu cotidiano por diversas vezes são vistas de formas errôneas, passando então a selecionar informações contrárias e invalidar as evidências racionais (BECK, 2013).

Após a explicação sobre as Crenças Centrais a paciente Aurora relatou que se identificava com a Crença de Desamparo, utilizando de alguns pontos trazidos durante a sessão como: a fragilidade em lidar com as situações de conflitos durante o dia a dia, dificuldades em confiar em pessoas da qual o convívio está começando, tem dificuldades em manter uma atitude de mudanças. Em suas falas traziam frases como “Eu sou insuficiente”; “Eu sou um fracasso”; “Eu não sou bom o suficiente”, estas são características e critérios de identificação da crença de desamparo (BECK, 2013).

Durante algumas sessões a paciente Aurora trazia situações em que gerava uma preocupação excessiva, essa preocupação era vivenciada de forma catastrófica, trazendo em suas falas preocupação excessiva com o futuro e pensamentos negativos em relação a isso, sentindo alguns sintomas como: insônia e dificuldades de realizar as suas tarefas propostas durante o dia, dificultando a sua vivência com a realidade, foi trabalhado durante a sessão com a paciente para que ela pudesse observar os pontos positivos da sua realidade (ARRIGONI, 2021).

Outra técnica utilizada foi à identificação dos pensamentos automáticos, para que a paciente começasse a identificar a situação que influencia as suas emoções e seus comportamentos e

consequentemente as respostas em relação a cada situação vivenciada, trazendo para dentro da sessão os questionamentos socráticos utilizando de uma atividade para que ela começasse a confrontar se os pensamentos são verdadeiros (KNAPP, 2004).

Durante outras sessões além do questionamento socrático foi utilizado o Registro de Pensamentos Disfuncionais trazendo pensamentos ou recordações que levaram a emoção desagradáveis, e o quanto a paciente acreditava em cada pensamento, usando a técnica de contestação cognitiva para contestar suas crenças centrais (ARRIGONI, 2021).

Mostrando a eficácia da Cognitiva Comportamental na quinta sessão, a paciente Aurora inicia relatando que já está conseguindo identificar os pensamentos automáticos, se auto questionar sobre a veracidade dos pensamentos, a mesma expõe um episódio de ansiedade em que teve um pensamento suicida, mas utilizou do confronto e se realmente aquele pensamento era verdadeiro, começou a tentar controlar suas crises utilizando de uma rotina deixando de lado a procrastinação e aprendendo a ter uma voz ativa em relação ao seu contexto interpessoal.

Outra situação em que houve um gatilho para começar uma crise foi em relação aos cuidados do pai em que a mesma relata sofrer uma grande cobrança e responsabilidade, deixando em segundo plano a sua vida e afazeres de planos futuros, a paciente começou a identificar esses pensamentos e com a ajuda da psicoterapia Aurora começou a ter mais controle dos seus pensamentos.

Como já citado a ansiedade é caracterizado pelo excesso de futuro, onde o sujeito sofre antecipadamente com situações que não ocorreram, a paciente Aurora já consegue identificar quando está sofrendo de ansiedade antecipatória, a mesma já consegue controlar os pensamentos e as emoções advindas deste excesso de futuro.

Com já mencionado a paciente trazia em seu comportamento um excesso de futuro e uma preocupação em relação ao seu pai, tendo como gatilho esses comportamentos gerando assim uma crise de ansiedade e vários pensamentos suicidas, foi trabalhado com a paciente logo de início para saber quais fatores que fazem ter a crise, após a identificação dos gatilhos foi trabalhado o plano de contingência que consiste em acionar os contatos de emergência para que caso haja o começo de uma crise a paciente possa ser ajudada. Após as sessões a paciente expôs um Feedback positivo, relatando que se sentia mais aliviada em ter falado de suas questões durante a sessão.

Para o aparecimento dessas evoluções foram realizadas sete sessões, embasadas no livro de Judith Beck - Terapia Cognitiva Comportamental Teorias e Práticas Beck, (2004) tendo uma base a estruturação da sessão e estratégias cognitivas e comportamentais, sempre no aprofundamento da discussão no tratamento e relação terapêutica.

A possibilidade de vivenciar o campo se dá através do estágio supervisionado em ênfase, que possibilita um contato rico entre prático-teórico, através das supervisões fornecidas pelo professor

orientador em encontros semanais, é desenvolvida habilidades e as competências necessárias para o exercício profissional (BENEVIDES, FERNANDES, 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um equivalente de 7 sessões é possível observar os resultados da paciente, a reestruturação cognitiva objetivada no início do processo terapêutico foi alcançada, o sucesso da Terapia Cognitiva Comportamental (TCC) é perceptível, havendo uma considerável redução na ansiedade.

As técnicas propostas pela Terapia Cognitiva Comportamental mostraram resultados favoráveis, reafirmando através deste relato de caso sua eficácia em um período curto de tempo, o processo se elevou pela postura ativa do paciente e terapeuta desmistificando as ideias de que a TCC não leva em consideração a relação terapêutica, pois é através desta relação que se sustenta o processo terapêutico.

Com o vínculo criado ficou mais fácil para que a paciente relatasse que além da redução da ansiedade, a mesma agora consegue se impor nas questões pessoais, separando um tempo para resolver suas questões e olhar para si mesma desenvolvendo sua autonomia.

Durante todos os atendimentos foram de extrema importância e uma rica aprendizagem através dos estudos e técnicas da Terapia Cognitiva Comportamental como fonte e ferramenta principal durante as sessões, tendo resultados rápidos e precisos, trazendo a possibilidade de atuação do futuro profissional psicólogo, esses resultados e crescimento se deram através das orientações e supervisões que foram de extrema importância para que ocorresse um atendimento adequado, além de tirar todas as dúvidas existentes relacionados ao atendimento era mencionado como ferramenta principal a parte teórica o livro de Alfred Benjamin, Stefan Hofmann e Judith Beck, a abordagem trabalhada nas supervisões foi a Terapia Cognitiva Comportamental.

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-V**. 5. ed. São Paulo: Artmed, 2014.
- ARRIGONI, Alessandra Cristina Braçale et al. A Reestruturação Cognitiva como Intervenção na Redução das Interpretações Catastróficas no Transtorno de Ansiedade Generalizada. **REVISTA EIXO**, v. 10, n. 1, p. 13-22, 2021.
- ASSUNÇÃO, Wildson Cardoso; DA SILVA, Jeann Bruno Ferreira. Aplicabilidade das técnicas da terapia cognitivo-comportamental no tratamento de depressão e ansiedade. **Revista Educação, Psicologia e Interfaces**, v. 3, n. 1, p. 77-94, 2019.
- Beck, Judith S. (1997). **Terapia cognitiva: teoria e prática** / Judith S. Beck; tradução: Sandra Mallmann da Rosa; revisão técnica: Paulo Knapp; Elisabeth Meyer. - 2. ed Porto Alegre: Artesmed, 2013.
- BENEVIDES, P.G. FERNANDES, P. M. de A. C. (orgs.). **Manual do estagiário** - estágio supervisionado em psicologia básica e ênfase. Juazeiro do Norte: UNILEÃO, 2012.
- CAMPOS, Luís Antônio Monteiro et al. ANSIEDADE SOCIAL: O QUE A BOCA NÃO FALA O CORPO SENTE. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 2, n. 3, p. 183-197, 2021.
- DOS SANTOS, Camila Elidia Messias; DE ASSIS MEDEIROS, Francisco. A relevância da técnica de questionamento socrático na prática Cognitivo-Comportamental. **ARCHIVES OF HEALTH INVESTIGATION**, v. 6, n. 5, 2017.
- Manfro GG, Heldt E, Shinohara H. **Transtorno de Personalidade**. In: Knapp P, (org.). **Terapia Cognitivo-Comportamental na Prática Psiquiátrica**. Porto Alegre (RS): Artmed; 2004. p. 219-225.
- OESTREICH, Lucélia Gláucia Kirchhof; DE MOURA, Douglas Vargas; MACHADO, Laura Morais. A TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL E SUA EFICÁCIA NO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DE ANSIEDADE GENERALIZADA. **Anais do (Inter) Faces**, v. 1, n. 1, 2020.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE PSICOSSOCIAL DA VIOLÊNCIA CONTRA A COMUNIDADE LGBT+

Heitor Lima
Myllena Sabóia
Érika Silina

INTRODUÇÃO

Considerada como uma das maiores violações dos direitos humanos, a violência é um sério problema de saúde pública, já que, provoca forte impacto sobre as taxas de morbimortalidade, bem como prejudica a saúde biopsicossocial das vítimas e, conseqüentemente, ocasiona-lhes impactos significativos econômica e socialmente (OMS, 2002).

Embora acometa diferentes estratos sociais, alguns desses grupos estão mais vulneráveis a sofrerem frequentemente atos violentos, a exemplo daqueles considerados estigmatizados. Neste contexto se insere a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTs) (TOLEDO e PINAFI, 2012).

O Brasil é o país que concentra mais da metade dos assassinatos no mundo contra indivíduos LGBTs, portanto é campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. A condição de ser LGBT+ no Brasil traz repercussões à vida desses indivíduos, que merecem atenção por todos os segmentos sociais.

Dessa maneira, a realidade desse grupo é perpassada por manifestações de preconceito e discriminação em virtude da sua identidade de gênero e orientação sexual, que divergem dos padrões heteronormativos vigentes, podendo vir a ser alvo de violência física, sexual e psicológica, sendo capaz de ter como repercussão a morte (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016).

Levando em consideração o contexto social em que essa comunidade se encontra, o estresse vivenciado por esses indivíduos resulta em impactos negativos na sua saúde física e mental, bem como na sua qualidade de vida (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016). Portanto, os desdobramentos como consequência de atos violentos para com a comunidade LGBT+ perpassam tanto por questões de sociabilidade como de saúde, repercutindo negativamente na socialização e realização de atividades cotidianas desses indivíduos.

Segundo Albuquerque e Parente:

a exposição da população LGBT a atos de homofobia e suas variantes, materializados em fenômenos violentos, apresenta forte associação com o aparecimento de desordens fisiológicas e mentais, dentre as últimas, com destaque na baixa autoestima e aumento da ideação suicida. (2018, p.173).

Frente ao cenário em que a comunidade LGBT+ se configura atualmente, no qual seus direitos sociais, de liberdade e de expressividade da diversidade são colocados em questão, revela-se a relevância desta pesquisa pela necessidade de estudos que auxiliem no debate sobre temas que envolvem os indivíduos que a compõem, como também o contexto de violência que os cerca, razão a qual apresenta a relevância científica e social da realização deste artigo.

A partir de indagações, estudos e observações anteriores das condições e do contexto de violência a que a comunidade LGBT+ é exposta, acrescentado pelo interesse na temática, resolveu-se realizar esse artigo, acreditando que, a partir dos resultados, se possa identificar as implicações sociais e psicológicas vivenciadas pela comunidade LGBT+ em decorrência de atos de violência, como compreender a atuação da Psicologia com esse grupo.

METODOLOGIA

Esse artigo consiste em analisar a violência contra a comunidade LGBT+ e os seus impactos psicológicos e sociais incidentes sobre ela, o que se dará por meio de uma pesquisa de revisão bibliográfica, de natureza exploratória e descritiva com fundamentação na abordagem qualitativa.

Para Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado, com o objetivo de analisar diversas posições em relação a um tema específico. Segundo este autor a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está no fato de permitir ao investigador a cobertura bem mais ampla de uma série de fenômenos do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2010).

Para realizar a busca dos materiais científicos, utilizaram-se as bases de dados Scientific Electronic Library Online (*Scielo*), Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC) e revistas científicas eletrônicas. Tais bases foram escolhidas por serem referência na área de Psicologia, disciplina que aborda a temática escolhida. Foram utilizadas como descritores as seguintes palavras-chaves: homofobia; LGBTfobia; violência; Psicologia; saúde mental. Optou-se, segundo as variáveis de interesse, por 40 artigos dos quais foi realizada a leitura dos resumos, dentre os quais foram selecionados 8 trabalhos na base de dados *Scielo*, 2 na PePSIC, 1 na PROPSIQ, 2 livros, 3 relatórios e 1 monografia para se discorrer sobre na revisão literária, seguindo o processo de construção narrativa.

A partir da seleção dos artigos, estes foram lidos na íntegra e submetidos à análise temática, interpretados e agrupados considerando semelhanças e diferenças entre as informações dos diversos autores para a identificação dos seus respectivos eixos temáticos e núcleos de sentido, como descrito por Bardin (2011).

Definiu-se, como critério de inclusão, o fato de os artigos e relatórios de pesquisas terem sido realizados no Brasil, publicados no idioma Português, estarem disponíveis *on-line*, na íntegra, datados entre os anos de 2010 a 2020, o recorte temporal mais longo se deu por escassez de material publicado sobre o tema, levando em consideração todos os delineamentos metodológicos. Foi estabelecido, como critério de exclusão, as publicações que não atendem aos critérios de inclusão.

Este artigo foi elaborado após a leitura crítica e analítica desses outros trabalhos, atentando-se sempre à ideia central da pesquisa e à leitura de material já publicado, constituído de artigos disponibilizados na internet, procurando situar o assunto em relação aos vários autores pesquisados. Tal processo teve como período da pesquisa o intervalo de fevereiro a novembro de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Historicamente, a diversidade sexual configura-se como questão de importância para diversos âmbitos da sociedade em épocas diferentes. Isso porque ela já foi considerada um pecado para a teologia, um crime para a jurisdição, uma doença e um transtorno psicológico para a medicina (FREIRE e CARDINALI, 2012).

De acordo com Toledo e Pinafi (2012), algumas características que atualmente são direcionadas sobre a homossexualidade foram provocadas no seio da cultura judaico-cristã, para a qual, de forma arbitrária, homens que tinham relações sexuais com outros homens eram denominados sodomitas, comportamento que era vinculado a incitações demoníacas.

Portanto, os intitulados sodomitas tinham práticas que não deveriam nem mesmo ser mencionadas, situação provocada pelo fato de que as relações sexuais mantidas por eles não cumpriam a função de reprodução (FREIRE e CARDINALI, 2012). Desse modo, as relações sexuais que eram moralmente aceitas e legitimadas seriam relações que não impossibilitassem a reprodução, ou seja, apenas relações entre sexos opostos (heterossexuais).

Levando em consideração tal realidade, para além de comportamentos libidinosos entre indivíduos do mesmo sexo serem considerados, nesse período, um pecado, tais atitudes também eram consideradas crime. Assim, como citado por Freire e Cardinali (2012), desde os primeiros momentos do Brasil Colônia, relações como essas eram classificadas como criminosas, instalando-se uma verdadeira perseguição de modo a provocar um grande massacre.

Em concordância, Borrillo expõe:

[...] a tradição teológica organiza, ideologicamente, essa forma radical de perseguição contra os homossexuais. Eis a razão pela qual estes são considerados, daí em diante, como indivíduos extremamente perigosos, na medida em que eles se opõem ao que há de mais precioso na ordem da criação: a lei natural, expressão da vontade divina." (2010, p. 54).

Posteriormente, a partir do século XIX, com o saber científico ganhando protagonismo, as relações sexuais entre indivíduos do mesmo sexo, anteriormente vistas como algo externo ao homem, algo de que este não teria consciência, o que, conseqüentemente, o eximiria de responsabilidade, passam a ser entendidas pelo discurso médico e psiquiátrico como patológico, surgindo o termo homossexualismo (FREIRE e CARDINALI, 2012).

Assim sendo, enquanto inicialmente o que é observado seriam mais os atos e comportamentos do indivíduo do que ele próprio, com a valorização do saber científico, essa ideia se inverte. Portanto, no segundo momento, não se diz mais que o indivíduo é um pecador ou criminoso, este passa a ser olhado como vivendo em um estado permanente de doença (TOLEDO e PINAFI, 2012).

Já na década de 1980, é presenciado, no Brasil, um cenário de fortalecimento da luta pelos direitos humanos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (TOLEDO e PINAFI, 2012). As associações e os grupos ativistas, desde então, se multiplicaram pelo país. Sem dúvidas essa luta pela cidadania vem produzindo, desde esse momento, importantes frutos.

Em 1985, o Conselho Federal de Medicina (CFM) retirava a homossexualidade da relação de doenças, antecipando-se até mesmo à Organização Mundial da Saúde (OMS), que, em 17 de maio de 1990, retira a homossexualidade do rol de doenças, fato que marcou essa data como o Dia Internacional da Luta Contra a LGBTfobia (FREIRE e CARDINALI, 2012).

Desse modo, compreende-se que o fenômeno da diversidade sexual está presente na história humana desde as sociedades mais antigas, contudo ao longo do tempo, por interferência de motivos religiosos, políticos e sociais, passou a ser visto com rótulos estereotipados. Desta maneira, a homossexualidade/bissexualidade/transexualidade foi rebatida de muitos modos até atingir o seu status atual de orientação sexual e identidade de gênero, com o mesmo valor que a heterossexualidade e cisgeneridade (FREIRE e CARDINALI, 2012).

Mesmo com todos os avanços e apesar de todo um movimento social e de um ativismo político por parte da comunidade LGBT+ na luta para garantia dos seus direitos, sobre a existência de outras formas de ser e se relacionar, resguardados na Constituição Brasileira, acompanha-se o

contínuo quadro de violência e exclusão que a comunidade LGBTQ+ vive cotidianamente. Portanto, infelizmente, ser LGBTQ+ ainda se configura uma situação de risco.

Uma fonte de informação relevante para compreender a proporção da violência infiltrada nas vidas de indivíduos LGBTQs são os registros do Grupo Gay da Bahia (GGB), em 2019, 297 indivíduos LGBTQs foram assassinados no Brasil e 32 consumaram suicídio. Por meio de dados do mesmo relatório, o ano 2019 foi o maior em número de agressores presos em flagrante ou poucos dias após os crimes, com (19,76%) nos casos de homicídio.

O preconceito ainda reina, principalmente nas terras nordestinas, região que, segundo o relatório, concentra 35,56% dos casos, o maior índice entre as regiões brasileiras, causando sofrimento e muitas vezes levando à morte. A violência contra as minorias sexuais, que antes era considerada irrelevante pela sociedade, hoje não pode ser ignorada, pois que é vista nas diversas camadas sociais.

Em termos absolutos, das 329 vidas perdidas por motivações LGBTQfóbicas, predominaram as mortes de indivíduos gays (174). Entretanto, em termos relativos, as pessoas trans representam a categoria sexológica mais vulnerável à mortes violentas.

O total de 118 mortes, se referidas a 1 milhão de travestis e transexuais que se estima existir no Brasil, sinalizam que o risco de uma pessoa trans ser assassinada é aproximadamente 17 vezes maior do que o de um gay (GGB, 2019). Dados da União Nacional LGBTQ, citados pelo GGB (2019), apontam que o tempo médio de vida de uma pessoa trans no Brasil é 35 anos, menos da metade da expectativa para a população em geral, que é de 75,5 anos, conforme o IBGE.

Com relação à faixa etária das vítimas, esta corresponde à média entre 15 e 34 anos, com maior porcentagem (44,68%), e idade acima dos 60 anos com menor porcentagem (1,51%) conforme GGB, 2019.

Entende-se que dar visibilidade a estes números colabora para colocar este tema na pauta do debate público, suscitando avanços não só por parte de instituições públicas, como na própria mobilização da sociedade para coibir casos de preconceito e discriminação.

Os dados aqui apresentados representam histórias de vidas que foram interrompidas por atitudes e comportamentos brutais para com indivíduos LGBTQs. De acordo com o GGB (2019), a resposta às mortes violentas de LGBTQs no Brasil não deve contemplar apenas ações de segurança pública e justiça, é necessário pensar questões em torno da vulnerabilidade social e promoção de cidadania da comunidade.

Indivíduos que assumem uma identidade de gênero e orientação sexual diversa dos padrões heteronormativos hegemônicos vigentes, ou seja, a não adequação de gênero com o sexo biológico ou a identidade sexual não vista como “natural”, entre o sexo masculino e feminino, têm seus direitos humanos básicos agredidos e encontram-se em situação de vulnerabilidade (CARDOSO e FERRO, 2012).

Muitos comportamentos LGBTfóbicos surgem ainda do medo da equivalência de direitos entre as minorias sexuais e os heterossexuais, uma vez que isso significa, de certa maneira, o desaparecimento da hierarquia sexual estabelecida ao longo da história. De acordo com Freire e Cardinali (2012), a sociedade é composta por grupos oprimidos e privilegiados, e a lei não pode ser cega a estas circunstâncias no processo de criação do direito.

A LGBTfobia se aproxima de outras formas de preconceitos como o machismo, o racismo, a xenofobia, a intolerância religiosa, pois equivale a qualificar o outro (se homossexual, bissexual, travesti, transexual, transgênero) como desigual, inferior, anormal (PERUCCHI *et al.*, 2014).

Com isso, uma importante questão a ser destacada para se entender a LGBTfobia é que a complexidade e multiplicidade dos atos preconceituosos por conta da sexualidade se ligam com outros marcadores sociais como raça (etnia), classe social, geração, gênero, crença (PERUCCHI *et al.*, 2014).

Além disso, conforme Perucchi *et al.* (2014), como qualquer outra espécie de discriminação, a LGBTfobia constitui-se como uma ferramenta que produz e replica uma cadeia de diferenças para defender a exclusão e o domínio de uns sobre outros.

Conforme Resende (2016), a discriminação, o preconceito social, a exclusão e a violência podem levar a comunidade LGBT+, em boa parcela, a um sofrimento psicossocial forte. Além disso, pode produzir sofrimentos mais intensos, como transtornos mentais de diversos tipos, dependência química, automutilação ou mesmo suicídio. Para Francisco *et al.* (2020), “dados como esses demonstram a necessidade do conhecimento de fatores predisponentes relativos à ansiedade entre as minorias sexuais e de gênero”.

De acordo com Perucchi *et al.* (2014), a LGBTfobia é um fenômeno estruturado e particular, com dimensões psicológicas e sociais que influenciam na vivência individual das pessoas, mas que não termina ali, estendendo-se ao campo das relações sociais. Ao considerar a autenticidade da diversidade sexual, há um recolocamento na vida individual e coletiva dessa comunidade, visto que os valores morais são formadores das identidades e das culturas (PERUCCHI *et al.*, 2014).

Desse modo, a violência perpetrada contra LGBTs é considerada um estressor social que resulta em impactos negativos na saúde mental e na qualidade de vida destes, incluindo um aumento de quase seis vezes para ocorrência de quadros depressivos (RYAN *et al.*, 2009, *apud* ALBUQUERQUE *et al.*, 2016).

Para Francisco *et al.* (2020), é perceptível que fazer parte desse grupo acarreta uma intensa sobrecarga psíquica a esses indivíduos, o que os faz mais propensos ao adoecimento mental, que, por sua vez, repercute diretamente na perda do desempenho das atividades cotidianas e no sofrimento do indivíduo.

Conforme Francisco *et al.* (2020), de acordo com pesquisa realizada no Ceará, identificou-se como principais queixas de saúde dessa comunidade: tristeza, baixa autoestima e ansiedade, além de depressão e insônia.

Albuquerque e Parente (2018), em pesquisa realizada também no Ceará com 316 participantes LGBTs, apresentam dados que corroboram as ideias até aqui reveladas. Dentre os participantes da pesquisa, 249 revelaram que sofreram violência psicológica, e, como consequência do ato de violência, 94 apresentam sintomas de ansiedade e 71 de depressão.

Francisco *et al.* (2020, p. 54) ressaltam que o ou a LGBT, “por medo da repressão e rejeição, passa a viver de acordo com as normas impostas, buscando satisfazer apenas os desejos da população, o que causa intenso sofrimento e interfere diretamente no autoconhecimento, na sua saúde e em suas relações pessoais”.

Diante disso, a comunidade LGBT+ apresenta maior risco para o desenvolvimento de transtornos mentais. Com isso, o aparecimento dos sinais e sintomas desses transtornos estão interligados com a vergonha e o isolamento dessa comunidade devido à intensa discriminação e à ausência de apoio social e familiar, que provoca um alto nível de sofrimento (FRANCISCO *et al.*, 2020).

O apoio da sociedade e da família e a redução da discriminação podem proteger esses indivíduos contra o desenvolvimento de transtornos mentais. Isso enfatiza a importância e necessidade de mudança no comportamento social e cultural (FRANCISCO *et al.*, 2020).

Percebe-se que a LGBTfobia é um grave e relevante problema social, que precisa de medidas institucionais mais claras e específicas para o seu combate, para a proteção e promoção da integridade e liberdade desta comunidade. Uma vez que o preconceito é resultante de diversos fatores inter-relacionados, não há uma solução simples e rápida.

Diante de todo o contexto apresentado aqui até então, a atuação da Psicologia para com indivíduos da comunidade LGBTQ+ precisa ser baseada em uma atitude ética, respeitosa e livre de preconceitos. De acordo com Toledo e Pinafi:

Não é para adequar o paciente LGBTQ à norma heterosocial vigente que deve se orientar o trabalho terapêutico, ou seja, no sentido de levá-lo à assunção de uma postura que seja a mais asséptica e palatável possível dentro dos padrões heterossexuais, mas sim para forjar possibilidades que disparem processos de subjetivação singulares no lugar onde seu paciente não consegue, ou seja, ajudar o paciente a produzir uma existência na qual sinta que pode habitar sem sofrer. Para tanto, o trabalho terapêutico não deve se ancorar em preceitos morais, religiosos, ou pressuposições heterossexistas que façam referência a um modelo predeterminado de normalidade, de qualquer espécie, em seus posicionamentos analíticos. (2012, p. 152)

Na contramão da atitude de uma Psicologia pautada na ética, tem-se como exemplo o caso da psicóloga do Rio de Janeiro Rozangela Alves Justino, cuja prática clínica é orientada sob princípios religiosos no que se refere à questão da diversidade sexual. Citada em Toledo e Pinafi (2012), em entrevista, Rozangela expõe claramente sua visão sobre LGBTQs, em um trecho que diz: "A heterossexualidade é o padrão, já que o ser humano é um ser criado por Deus, e ele não tem uma forma para gerar homossexuais." Tais posicionamentos são de caráter homofóbico e antiéticos e resultaram em processo ético pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro por irem contra a Resolução CFP nº 01/99.

Portanto, condutas como as de Rozangela são prejudiciais ao cumprimento de uma Psicologia ética. Julgamentos de cunho moral e religioso podem ser geradores de discriminação e estigmas, sendo assim mais uma forma de preconceito disfarçados em um discurso de "pseudo-neutralidade-científica" (TOLEDO E PINAFI, 2012).

Com isso, levando em consideração indivíduos que compõem a comunidade LGBTQ+ e que podem se encontrar em vulnerabilidade psicossocial, a Psicologia tem papel fundamental por buscar proporcionar um ambiente de acolhimento e de reconhecimento ao indivíduo em sofrimento. Desse modo, Toledo e Pinafi apresentam:

Uma vez que os sujeitos estão subjetivamente situados dentro de uma rede de opressão, tanto exterior quanto interior, deve-se ter como norte que o processo terapêutico demanda: por um lado, uma leitura particularizada que envolve aspectos intrínsecos ao seu processo de subjetivação, por outro, as influências do entorno social nos quais estiveram e estão localizados. (2012, p. 147).

Desse modo, o trabalho realizado pela Psicologia com indivíduos LGBTs deve possibilitar liberdade plena de outras configurações de existir e ser, não enrijecer o indivíduo em uma identidade fixa. Negar ou desvalorizar a identidade ou orientação sexual do paciente é proporcionar a manutenção de ideias preconceituosas as quais o profissional não deve corroborar.

Portanto, conforme citado por Machado *et al.*, (2016, p. 34) "a prática da Psicologia em saúde mental com LGBTs deve levar em consideração a diminuição do sofrimento e a aceitação da identidade sexual e de gênero, reconhecendo o preconceito como fator que vulnerabiliza a saúde mental dessa população." Assim, profissionais da Psicologia devem auxiliar os indivíduos a refletirem e externalizarem os seus sentimentos e pensamentos, oferecendo suporte para que consigam reelaborar e trazer novos significados para suas vivências.

A atenção da Psicologia com indivíduos vítimas de violência provocadas por motivações LGBTfóbicas devem ser redobradas, no sentido de identificar fatores que merecem serem compreendidos com atenção. Para além de possibilitar um ambiente seguro e acolhedor, profissionais da Psicologia devem atentar-se a questões voltadas não somente para a violência sofrida e reconhecer o risco de suicídio, bem como a fatores de risco e proteção, os quais são de grande importância nesse cenário.

Por fim, como apresentado por TOLEDO e PINAFI (2012), o objetivo do atendimento psicológico voltado aos indivíduos LGBTs não é fazer com que estes sintam-se normais, mas sim que vivam sua subjetividade de forma autônoma e singular, que sintam que podem existir sem sofrimento, assumindo e apreciando sua diferença.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de direitos legalmente garantidos, muitos LGBTs são vítimas diariamente de atos desumanos. A convicção, por parte de alguns indivíduos, de que há um modo de expressar a sexualidade superior a outros é ainda bastante enraizada na sociedade. De fato, perceber a sexualidade como sendo algo inflexível reforça visões que podem vir a impulsionar atitudes e comportamentos preconceituosos e discriminatórios.

Diante disso, percebe-se grande influência de concepções religiosas e posicionamentos conservadores que limitam e excluem outras formas de existir além das condutas impostas e validadas pela heteronormatividade, aniquilando a possibilidade de pertencimento de indivíduos LGBTs ao meio social como algo próprio da expressão humana. Em decorrência da naturalização desses fatores, são disseminadas violências aparentes e silenciosas que geram consequências físicas e mentais graves, podendo levar as vítimas a desenvolverem transtornos, cometerem suicídio e até serem assassinadas.

A Psicologia tem papel fundamental no auxílio desses indivíduos na intenção de possibilitar a diminuição do sofrimento decorrente da violência e das suas implicações. Profissionais da área devem atentar-se ao processo social que resulta na vulnerabilidade e no adoecimento dessa comunidade, bem como identificar a existência ou falta de políticas públicas que facilitem a criação de estratégias para o enfrentamento a todas as formas de discriminação sexual e de gênero.

Por fim, compreendendo a necessidade de mais pesquisas sobre o tema e a partir disso, de acordo com as informações e discussões até aqui realizadas, espera-se que esse artigo possa contribuir para dar visibilidade ao assunto e mobilizar os profissionais a desenvolverem novos estudos. Através de informação e diálogo, barreiras levantadas pelo preconceito são minimizadas e novas formas de perceber e compreender o mundo e as relações vão surgindo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar, *et al* . Violência psicológica em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do Ceará, Brasil. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 109, p. 100-111, 2016. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042016000200100&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 set 2020.
- ALBUQUERQUE, Grayce Alencar; PARENTE, Jeanderson Soares. **Violência perpetrada contra o grupo LGBT: Interfaces com desordens fisiológicas e psicológicas nas vítimas**. Revista eletrônica Tempus. v.11, n 4. Ago, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2010.
- CARDOSO, Michelle Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. **Saúde e população LGBT: demandas e especificidades em questão**. Brasília: Psicol. cienc. prof., v. 32, n. 3, p. 552-563, 2012. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932012000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 set 2020.
- FRANCISCO, Leilane Camila Ferreira de Lima *et al* . Ansiedade em minorias sexuais e de gênero: uma revisão integrativa. **J. bras. psiquiatr.**, Rio de Janeiro , v. 69, n. 1, p. 48-56, Jan. 2020 . Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0047-20852020000100048&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2020.
- FREIRE, Lucas; CARDINALI, Daniel. **O ódio atrás das grades: da construção social da discriminação por orientação sexual à criminalização da homofobia**. Rio de Janeiro: Sex. Salud Soc. n.12, p. 37-63, 2012. Disponível em: <http://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872012000600003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 out. 2020.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002. p. 61.
- GGB. Grupo Gay da Bahia. **Relatório de mortes violentas de LGBT+ no Brasil, 2019**. Salvador: GGB, 2019. Disponível em: <<https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/>>. Acesso em: 24 set 2020.
- MACHADO, Bianca & Machado Borba Soll, Bianca & Mueller, Andressa & Tomé, Heitor & Lorencetti, Karine & Moraes, Michelle & Lobato, Maria & Fontanari, Anna & Costa, Angelo. **Saúde mental e população de lésbicas, gays, bissexuais e pessoas trans**. PROPSIQ, v. 3, n. 4, p. 9 - 41, 2016.
- OMS, Organização Mundial de Saúde. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: WHO; 2002.
- PERUCCHI, Juliana; BRANDÃO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. **Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays**. Natal: Estud. psic., v.19, n. 1, p. 67-76, 2014. Disponível em: <<https://www.Scielo.br/pdf/epsic/v19n1/09.pdf>>. Acesso em: 21 set 2020.
- RESENDE, L.S. **Homofobia e violência contra população LGBT no brasil: uma revisão narrativa**. 2016. Monografia (Curso de Saúde Coletiva), Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://www.bdm.unb.br/bitstream/10483/16212/1/2016_LiviaDaSilvaRezende_tcc.pdf Acesso em: 23 ago. 2020.

TOLEDO, Livia Gonsalves., PINAFI, Tânia. **A clínica Psicológica e o público LGBT.** *Psic. Clin.*, Rio de Janeiro, vol. 24, n.1, p. 137 – 163, 2012. Disponível em: <https://www.Scielo.br/SciELO.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652012000100010&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 04 nov. 2020.

CAPÍTULO 4

ARTES INSURGENTES: *PODCAST* COMO FERRAMENTA PARA A COLETIVIZAÇÃO DE SABERES SUBALTERNIZADOS

Milena Araújo Bezerra

Raimundo Cirilo de Sousa Neto

Mayara Ruth Nishiyama Soares

Ingrid Rabelo de Freitas

Larissa Ferreira Nunes

João Paulo Pereira Barros

Luciana Lobo Miranda

INTRODUÇÃO

A utilização de recursos tecnológicos e digitais vem se fortalecendo como metodologia de ensino no âmbito da educação formal e informal, afinal entendemos o processo educativo em seu sentido amplo, enquanto intervenção de transmissão da história e produção estética, política e em busca de transformação social que não necessariamente precisa estar ligada a uma instituição escolar (FREIRE, 1991;1997). Ainda que o acesso à internet no Brasil não seja democrático e acessível a todos, esses recursos informais e alternativos se mostram necessários à inclusão de outros modos de conhecimento, além da coletivização de saberes e de temáticas diversas, sobretudo durante a pandemia por COVID-19 e pelos decretos de distanciamento social, os quais trouxeram o desafio de utilizarmos a cultura digital enquanto ferramenta educacional.

Assim, levando em consideração o baixo acesso à Internet resultante da segregação tecnológica fomentada pela desigualdade social brasileira, que dificulta encontros síncronos, o uso de áudios para continuação educacional e até mesmo para socialização torna-se uma ferramenta fundamental. Para Botton, Peripolli, Santos (2017) *podcast* seria uma dessas ferramentas alternativas, tendo em vista a flexibilidade tanto em sua produção quanto em sua aplicação, o que fomentaria a horizontalização do conhecimento ao ser partilhado por múltiplas discussões e autores, e não centrado em uma figura única.

Podcast é um arquivo de áudio e ou vídeo (videocast) sobre os mais diversificados temas nas áreas do conhecimento, disponibilizado em um website, podendo ser produzido pelo próprio usuário de forma informal ou profissional. Podcasts possuem diferentes aplicações, podendo ser utilizado tanto para o consumo (ouvir/ver) como para a sua produção (construção/elaboração). (BOTTON; PERIPOLLI; SANTOS, 2017).

A partir dessa estética mais flexível e com menor consumo de dados possibilitada pela ferramenta de áudio, ao viabilizar a partilha de saberes alternativos e conhecimentos subalternizados, o Projeto Artes Insurgentes: coletivizando resistências se utiliza, então, do *podcast* como uma ferramenta para compartilhar as atividades e parcerias que tem produzido. Portanto, entendemos o *podcast* enquanto um dispositivo político na potencialização de (re)existências de jovens e coletivos das periferias de Fortaleza.

Cabe salientar que o Grupo Artes Insurgentes: coletivizando resistência, tem o intuito de fortalecer ações de cultura artística de coletivos juvenis do Grande Bom Jardim (GBJ)², Fortaleza-CE, a fim de reforçar a memória cultural das invenções e as insurgências artísticas de periferias urbanas. Constituído por alunes do curso de Psicologia e pós-graduandos do Programa de Pós-graduação em Psicologia, integrantes do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violências, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES) e do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS), ele é vinculado à Secretaria Cultura Artística da Universidade Federal do Ceará (SECULT/UFC), todos ligados à Universidade Federal do Ceará (UFC). O coletivo desenvolve atividades em duas frentes principais: 1) Mapeia coletivos juvenis presentes no território a fim de viabilizar a realização, em conjunto, de oficinas temáticas para alunes de escolas públicas do GBJ; 2) Produz um *podcast* que procura dialogar também com integrantes desses coletivos juvenis, que atuam, principalmente, na luta por direitos no GBJ, coletivizando o que estão produzindo e tecendo no território.

Ao estabelecermos vínculos com os coletivos do território, vimos na produção do *podcast* um modo que pudesse dialogar sobre as atividades realizadas por eles, para além de nossas parcerias, com outras instituições e outros coletivos do território, a fim de fortalecer e dar visibilidade a esses grupos.

Assim, pretendemos como objetivo deste trabalho abordar a metodologia e os diálogos produzidos na frente 2 de atuação do projeto, o *podcast* “Artes Insurgentes: coletivizando resistência”, perpassando sua existência enquanto um dispositivo de incidência política e educacional, ao mesmo tempo, em que buscamos produzir uma epistemologia subalterna, estética e decolonial.

Cabe ainda ressaltar que as contribuições presentes neste capítulo se utilizam da linguagem neutra. Pensando na inclusão de integrantes do nosso grupo, de parceiros que estabelecemos para a realização das atividades e a quem nosso trabalho irá alcançar, a opção pela linguagem neutra se dá

² Região no sudoeste da capital cearense formada pelos bairros Canindezinho, Bom Jardim, Granja Portugal, Granja Lisboa e Siqueira.

em função de evitar qualquer ambiguidade ou desvalorização de algum gênero, assinalando a necessidade de fomentar o uso de linguagens inclusivas na comunidade universitária.

METODOLOGIA

O que conhecemos hoje como *podcast* surgiu no início dos anos 2000 e representou uma mudança significativa na forma de consumirmos conteúdo. O formato, que tem se popularizado no Brasil nos últimos anos, principalmente pela oferta massiva de plataformas de *streaming*, possibilitou o consumo mais rápido de um conteúdo mais personalizado e variado. Logo, em pouco tempo temos observado a disseminação do formato e sua diversificação (FOSCHINI; TADDEI, 2006). Neste tópico nos debruçaremos acerca dos procedimentos de produção que possibilitaram o planejamento, gravação, edição e divulgação dos episódios do *podcast* homônimo ao projeto.

A primeira fase de produção do episódio, a de planejamento, consiste na escolha coletiva de uma temática que atravesse as perspectivas de atuação do projeto. Após a escolha do tema partimos para a elaboração do roteiro do episódio, criado também de forma coletiva, flexível e aberta, que funciona como uma primeira elaboração sobre o tema a ser tratado de forma a nos possibilitar uma organização mais detalhada para os passos seguintes da produção.

Para compor o momento, com exceção do primeiro episódio, contamos com a presença de convidadas diversas, como, agentes comunitários, artistas, educadores sociais, militantes, dentre outros, com atuação no território do GBJ. O convite é realizado diretamente por integrantes do projeto e, junto a isso, é enviado um roteiro prévio para apreciação e finalização coletiva.

O processo de gravação tem acontecido via *Google Meet*, para posterior edição e conversão para o formato de áudio, com convidadas, a apresentadora Milena Araújo e a equipe técnica do *podcast* formada por integrantes do projeto. Após a finalização da edição, o material é encaminhado novamente aos demais componentes do projeto e aos convidadas para uma última consideração do conteúdo, sendo aprovado passa para a fase final de postagem e divulgação.

Os episódios são postados na plataforma de *streaming Spotify* e tem acesso gratuito e livre a qualquer pessoa com acesso à plataforma. A divulgação ocorre por meio do *Instagram* do projeto (@artesinsurgentes), onde são utilizadas as ferramentas do *feed*, *stories* e *reels*, em diversos grupos de *WhatsApp* de caráter acadêmico, artístico e de articulação política, além de ser divulgado entre os diversos parceiros e atores sociais que compõem o território do GBJ.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O episódio que inaugura os lançamentos do *podcast* Artes Insurgentes contou com a participação dos integrantes do projeto Larissa Nunes, Tadeu de Lavor Filho, Carla Jéssica, Lara Thayse e, como apresentadora, Milena Araújo. Na primeira parte do episódio, são apresentados os dois laboratórios de pesquisa e extensão que fazem parte da iniciativa, o VIESES e o LAPSUS, ambos vinculados ao Departamento de Psicologia da UFC e também ao Programa de pós-graduação em Psicologia da mesma instituição. Os dois grupos têm desenvolvido ações de extensão no território do GBJ e estabelecido parcerias com diversos atores sociais do território, atuando na defesa dos Direitos Humanos, na efetivação de Políticas Públicas e no fortalecimento de estratégias de re-existências realizadas por coletivos juvenis e organizações sociais atuantes politicamente nos territórios de periferia da cidade de Fortaleza-CE (COSTA et al., 2020).

Já na segunda parte do episódio é discutido o papel da arte no projeto. As falas de Tadeu de Lavor Filho e Carla Jéssica ressaltam a capacidade que a arte tem de forjar alianças políticas entre corpos, coletivos e afetos, possibilitando a criação de um *ethos* político, estético e epistemológico de criação de outras possibilidades de vida e enfrentamento coletivo às narrativas hegemônicas e reificantes ligadas às periferias. Demarcam ainda a importância da invenção de um comum entre a universidade pública e os movimentos políticos como forma de realização da função social da universidade brasileira, garantindo não só a tecnicidade da formação acadêmica, mas também o fortalecimento da justiça social e da produção acadêmica engajada com a realidade da população (LAVOR FILHO et. al., 2021). Ainda segundo as falas, essas composições entre universidade e coletivos juvenis de territórios vulnerabilizados provoca um deslocamento importante na forma de produzir conhecimento acadêmico, saindo de uma postura neutra e puramente cientificista para apostar na postura ética das construções coletivas e que coloquem em disputa os saberes marginalizados e historicamente silenciados pelas hegemonias acadêmicas (KILOMBA, 2019).

O segundo episódio trouxe a relação entre agentes comunitários e universidade a partir da experiência do Festival das Juventudes, o qual ocorreu no primeiro semestre de 2021 em formato online com escolas no Grande Bom Jardim. O momento contou com a presença de Ingrid Rabelo, assistente social que coordena o grupo Jovens Agentes de Paz (JAP) e da artista Megh Coelho integrante do mesmo grupo, a apresentação do *podcast* foi realizada por Milena Araújo uma estudante e participante do projeto Artes Insurgentes. Na gravação e suporte técnico estavam Larissa Nunes e Tadeu De Lavor Filho, dois estudantes do mesmo projeto.

A fala das convidadas remeteram a história e o processo de criação do Festival das Juventudes, trazendo marcos históricos na educação cearense como as ocupações protagonizadas por

estudantes em 2016, quando estes reivindicaram aumento do orçamento para educação, reformas em suas escolas e também mudanças na grade curricular pautando discussões sobre gênero, raça, diversidade, cultura entre outras dimensões dos direitos humanos. A assistente social entrevistada afirma “que nada poderia ficar como antes, depois das ocupações”, referindo-se às conquistas dos estudantes em incluir ações de cidadania e diversidades no cronograma estabelecido pela Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC).

Além disso, para as entrevistadas, o *podcast* tornou-se um espaço para compartilhar as metodologias adotadas para superar os desafios do ensino remoto, dentre elas as temáticas escolhidas por estudantes no *Google Forms*, ferramenta do *Google* utilizada para registrar informações através de formulários com perguntas e respostas. Elas compartilharam que a partir dos eixos referentes a temáticas de gênero, raça, direito à cidade e diversidade, bem como também pelas parcerias firmadas entre organizações da sociedade civil e universidade, as atividades e os diálogos com estudantes, possibilitaram a estes consciência política sobre seus direitos. Nessa perspectiva, ressalta-se o caráter educativo do *podcast*, como afirma Lima *et. al.* (2020, p. 03) “surge como uma tecnologia alternativa com enorme potencial para ser utilizada a serviço do processo de ensino e aprendizagem”. De forma que as experiências compartilhadas evidenciam os aprendizados tanto dos/as estudantes participantes através das oficinas virtuais, como dos/as organizadores/as do festival que descobriram possibilidades de jogos, dinâmicas e exposições dialogadas sobre as temáticas mais votadas no formulário citado.

No terceiro episódio trazemos as insurgências e travessias de dois jovens moradores do território do Grande Bom Jardim (GBJ) enquanto arte educadores, militantes dos movimentos sociais e agentes comunitários. A conversa aconteceu com o Aurianderson Amaro, homem negro, morador do território, artista, circense, escritor e ator, e com o Eduardo Marques, também morador do território e atuante nos movimentos sociais, com mediação e apresentação de Milena Araújo, integrante do projeto Artes Insurgentes. No episódio, convidadas dialogaram sobre suas atuações como articuladores do Núcleo de Articulação Técnica e Especializada (NARTE), um dos pilares do Centro Cultural Bom Jardim (CCBJ), instituição da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará gerida em parceria com o Instituto Dragão do Mar, que segundo Aurianderson tem como foco a sua base comunitária, voltado aos direitos humanos, arte e cultura.

Nesse episódio como os anteriores, objetivamos que este seja um espaço feito com o território, insurgências de saberes e fazeres locais, afirmando o potencial inventivo que brota no chão do GBJ. Apesar de se tratar de um território marcado por políticas de mortificação, apagamento e silenciamento, ao mesmo tempo que há em construção coletividades que lutam por melhorias no GBJ como o Fórum de Escolas de Paz no GBJ (CAVALCANTE, 2021), por meio do *podcast* buscamos

visibilizar, fortalecer e compor as estratégias de enfrentamento às múltiplas violências e opressões postas as juventudes das periferias de Fortaleza, problematizando a produção psicossocial de jovens negros e inseridos nas margens urbanas como corpos matáveis (BARROS, BENÍCIO, BICALHO, 2019, p. 37). Assim, contribuímos com o enfrentamento da violência urbana e letalidade juvenil que interseccionalmente é marcada por questões raciais, de classe e de gênero (BARROS, *et. al.*, 2019).

As falas de convidadas são encarnadas por uma produção de arte que jorra outra estética de vida periferizada, uma produção estética como estratégia de (sobre)vivência e emancipação tanto des agentes que enunciam, mas principalmente, da comunidade. Corroborando com Lacaz *et. al.* (2015), buscamos produzir outras imagens e narrativas contra os estereótipos produzidos principalmente pelas mídias hegemônicas que vinculam a vida na periferia à criminalidade e à descartabilidade. Eduardo destaca: "A arte nos salvou de alguma forma, e eu acho que salva a comunidade e as juventudes também", a criação é o que possibilita a produção de uma vida na periferia.

Além disso, es convidadas foram questionados sobre como suas atividades foram afetadas pela pandemia por Covid-19, eles relataram que uma das frentes que atuou fortemente nesse contexto foi a entrega de cestas básicas às famílias acolhidas pelo CCBJ, devido as diversas facetas das desigualdades sociais ainda mais visíveis, possibilitando o mínimo à alimentação. O equipamento se adaptou para que suas atividades fossem para a virtualidade, com aulas, oficinas e lives nas plataformas como *Instagram*, *Google Meet* e *Site*, contudo, Aurianderson relatou a constante tentativa de atender e chegar na comunidade mesmo com as limitações e escassez de acesso a internet e equipamentos.

Por fim, os convidadas relataram sobre os impactos advindos de suas atividades desenvolvidas no GBJ, e trouxeram como principal reverberação a possibilidade de produzir o afeto da esperança, tal qual Espinosa (2009), a produção de afetos corrobora com a potência de ação, sendo importante para o processo criativo e inventivo para outros novos modos de subjetivação que não sucibem a essas malhas de moritificação. Assim, a esperança funciona como ação do verbo esperar por mundos outros.

No quarto episódio Jô Costa, artista transexual, negra e residente do Grande Bom Jardim compartilhou um pouco sobre sua trajetória de luta e resistência, tendo a arte, assim como Eduardo Marques, como esse dispositivo de reinvenção de si. Jô narra em sua fala os melindres, meandros e percalços que é ser uma pessoa LGBTQIAP+³ no Ceará, região marcada pelo machismo,

³ Refere-se às identidades políticas dos sujeitos que não assujeitam-se a heterossexualidade compulsório ou a cisgeneridade, significa respectivamente: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Quuer*, Intersex, Assexual, Pansexuais, etc. Para saber mais, ler: GOMES FILHO; NUNES; LAVOR FILHO, 2021; LIMA, et al., 2021.

LGBTfobia⁴ e pelo elevado número de assassinatos à pessoas LGBTQIAP+ com requintes de crueldade, como no caso Dandara (LAVOR FILHO, et al., 2021). Sua experiência não foge dessa realidade, ainda em sua infância, Jô relata episódios de homofobia/transfobia, um se destaca: um dia ela e seus amigos estavam indo para o Centro CCBJ e no caminho adolescentes homens, que estavam em um córrego, lançou ofensas para o grupo, como por exemplo “viadinho”. Como relata, seus amigos refutaram. No retorno para casa, esses adolescentes estavam esperando seu grupo, atiraram pedras, sacos de lixo, tomaram seu boné e ao tentar pegar de volta, a jogaram-na um coco que quase pega em sua cabeça e deram-na uma “voadora”, a mesma saiu correndo para casa assustada. Por um tempo Jô relata que não sabia se conseguiria ir novamente ao CCBJ, mas conta que apesar da violência sofrida, ela sabia que aquele espaço era seu também e decidiu não sucumbir e retornou a frequentar o CCBJ, onde hoje apresenta ações artísticas. Sua trajetória de resistência à segregação imposta e fugir da curva do assujeitamento ao dizer que sua vida não seria resumida ao cemitério ou cadeia, fazendo referência à falas de personalidades da segurança pública do Estado, ao resumir o destino de jovens da periferia, possibilitou que Jô hoje seja educadora social no Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) e militante dos direitos LGBTQIAP+.

Jô visibiliza a importância de programas culturais nas periferias de Fortaleza, em sua fala “a minha vivência se deu muito no âmbito cultural, até eu ter o entendimento do que era o social, que também estão atrelados [...] meu trabalho artístico e meu trabalho social, eles não são duas partes e sim uma só”. Ao articularmos essa reinvenção de si à vivência política com Jota Mombaça (2021), o uso do corpo enquanto dispositivo político e em performances artísticas, tencionam questões raciais, de gênero, centro-periferia e outras problemáticas de base colonial que produzem subjetividades asfixiante (para articular com o tempo atual pandêmico), ao mesmo tempo em que ao combinarem de não morrer, acionam políticas de re-existências.

Mais adiante Jô fala que os momentos culturais foram importantes para tomada de consciência da importância de organização política enquanto movimento de luta e resistência, sobretudo depois do estopim do caso Dandara. Junto com sua amiga, fundaram o Gueto *Queen*. Segundo ela, esse coletivo tem como intuito visibilizar as necessidades de pessoas LGBTQIAP+, pautar e lutar pela garantia de direitos, dignidade e refutar aquele espaço periférico como das pessoas LGBTQIAP+ também, ou seja, a importância da caminhabilidade desses corpos em espaços urbanos (LIMA, et la., 2021). O coletivo atua em três vertentes: 1. circuitos formativos, como falas sobre

⁴ Em 2019 o STF, em decisão histórica, equipara homofobia e transfobia ao racismo, entretanto usamos o termo LGBTfobia por este ser popularmente mais comum.

vivências; 2. audiovisual, como curta metragem Rebu que fala sobre o cotidiano de duas travestis periféricas; 3. Eventos culturais.

Por fim, ainda irão ocorrer mais dois episódios, sendo o quinto sobre a Marcha da Periferia e a Semana Cada Vida Importa com convidadas que atuam nesses movimentos e o sexto com professores e alunos para dialogarem sobre os impactos e reverberações das oficinas formativas em artes nas escolas feitas pelo projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O maior intuito da produção do *podcast* é visibilizar as ações realizadas pelo projeto Artes Insurgentes e seus inúmeros parceiros no território, e também experimentar formas mais potente e inventivas de propagar as estratégias de resistências políticas, mas também estéticas e epistemológicas que são montadas e traçadas nesse território marcado pela vulnerabilidade. As possibilidades de visibilidade e coletivização de saberes do *podcast* são bastante significativas, uma vez que é um canal de comunicação entre diferentes agentes sociais e viabiliza ações, sobretudo, de coletivos artísticos do GBJ.

Além disso, a aliança entre comunidade e academia, ou seja, o encontro entre universidade e sociedade, mostrou-se como forte instrumento de compor as lutas cotidianas que a periferia enfrenta, assim como desloca e provoca um outro olhar sobre a produção de conhecimento na contemporaneidade, saberes subalternos. O *podcast* tem sido uma ferramenta de produção epistemológica subalterna e decolonial ao visibilizar, dizibilizar e contribuir para outros canais de escuta, além de apresentar-se como um importante dispositivo de incidência e fortalecimento político, estético e educacional.

Por fim, além de alcançarmos diferentes sujeitos e ser uma construção coletiva, proporciona novos olhares epistemológicos e éticos que desmontem o centro, a ilusão da neutralidade científica e apostem num saber atravessado pelos territórios existenciais, pelas vidas e necessidades, valorizando as construções e composições coletivas (hooks, 2019). Portanto, o dispositivo *podcast* apresentou-se como essa possibilidade de compartilhar experiências metodológicas a partir do “fazer junto”.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Secretaria Cultura Artística da Universidade Federal do Ceará (SECULT/UFC), pelo financiamento deste trabalho.

REFERÊNCIAS

- BARROS, J. P. P.; NUNES, L. F.; SOUSA, I. S.; CAVALCANTE, C. O. B. Criminalização, extermínio e encarceramento: expressões necropolíticas no Ceará. **Revista Psicologia Política**, v. 19, n. 46, p. 475-488, 2019.
- BENÍCIO, L. F. D.; BARROS, J. P. P.; BICALHO, P. P. G. Violências no Brasil: que problemas e desafios se colocam à Psicologia? **Revista Ciência & Profissão**, v. 39 (n. esp. 2), p. 33-44, 2019.
- BOTTON, Luciane de Avila et al. Podcast - uma ferramenta sob a ótica dos recursos educacionais abertos: apoio ao conhecimento. **Revista Redin**, v. 6, n. 1, 2017. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/redin/article/view/613/469>. Acesso em: 5 out. 2021.
- CAVALCANTE, L. F. **Fórum de Escolas pela Paz do Grande Bom Jardim: Enfrentamentos às dinâmicas da violência armada em periferias de Fortaleza**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2021.
- COSTA, A. F. *et. al.* Re-existência decoloniais frente às violências: experiências extensionistas em periferias fortalezenses. **Extensão e ação**, v. 19, n. 1, p. 53-66, 2020.
- ESPINOSA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- FREIRE, P. **A educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FOSCHINI, A. C.; TADDEI, R. R. **Coleção Conquiste a Rede**: Podcast. São Paulo, 2006.
- HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?: mulheres negras e feminismo**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.
- KILOMBA, G. **Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- GOMES FILHO, A. S.; NUNES, L. F.; LAVOR FILHO, T. L. A escrevivência do corpo na composição de experiências de dissidências de gênero decoloniais. **Bagoas - estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 22, p. 123-154, 2021.
- LACAZ, A. S.; LIMA, S. M.; HECKERT, A. L. C. Juventudes Periféricas: Arte e Resistências no Contemporâneo. **Psicologia & Sociedade**. 2015, v. 27, n. 01, pp. 58-67.
- LAVOR FILHO, T. L.; HOLANDA., R. R.; NUNES, L. F.; GOMES FILHO, A. S. Reflexões de uma mesa-debate sobre violência social de corpos dissidentes: autoritarismo e problemas de gênero. In: GOMES FILHO, A. S., et al. **Debates contemporâneos em Psicologia**. Iguatu: Quipá Editora, 2021, p. 150-160.
- LAVOR FILHO, T. L. *et. al.* Responsabilidade Social da Universidade (RSU) no Brasil: Uma Revisão Sistemática. **Educação, Sociedade e Culturas**, [S. l.], n. 58, p. 11–31, 2021.
- LIMA, A. A. S. *et. al.* E quando as bichas, sapatão, travas e trans caminham pelas ruas? Os emblemas sociais da caminhabilidade no Brasil. **Sociologias Plurais**, v. 7, p. 276-297, 2021.
- LIMA, K. *et. al.* O PODCAST COMO FERRAMENTA AO ENSINO: implicações e possibilidades educativas. In: **Congresso Nacional de Educação**, 2020, Alagoas, Anais Online, 2020. p. 1-6.
- MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

CAPÍTULO 5

“DONA-DE-CASA, ESPOSA E MÃE”: A CIRCULAÇÃO DE MANUAIS DE CONDOTA PARA MULHERES NO SÉCULO XX

Jonas Lucas Chaves Queiroz

Antoniél dos Santos Gomes Filho

Zuleide Fernandes de Queiroz

INTRODUÇÃO

As questões da sexualidade humana tornam-se alvo de debates nos mais diversos campos de saber (Ciências Naturais e Humanas, Literatura, Filosofia, Psicanálise, etc...) desde a modernidade, inaugurada pela Revolução Científica e Francesa, que rompe historicamente com estruturas seculares, inclusive no que tange as fronteiras entre o masculino e o feminino, gerando assim a possibilidade de questionamento e elaboração discursiva sobre as diferenças sexuais, como apontam Laqueur (1990), Giddens (1993; 2012), Neri (2005) e Birman (2016).

Birman (2016, p. 27) enfatiza que “[...] a noção de diferença sexual se constitui firmemente no imaginário cultural do Ocidente na virada do século XVIII para o XIX, a partir das contradições sociais produzidas pelo ideário igualitário constituído pela Revolução Francesa”. Desse modo, o século XIX apresentou-se marcado por um movimento racional e científico da ideia de sexo único, ou seja, o masculino, sustentado desde a antiguidade clássica, para a ideia de diferença sexual masculino-feminino, instaurando assim um processo de instabilidade e crise do masculino, que desembocou numa constante vigilância sobre o feminino, que se desdobra nas formulações das ciências médicas e biológicas, assim como no seio social, traduzindo-se em livros que serviam de manuais de conduta para a educação das mulheres em circulação nos séculos XIX e XX (HOLANDA; CAVALCANTE, 2013).

Diante do exposto o presente artigo tem como objetivo analisar o manual intitulado: *Enciclopédia da mulher no lar*, organizado por Teresinha Aparecida Moreira, em circulação no final dos anos de 1980, com vistas na compreensão de sua influência sobre a educação de mulheres no Brasil.

O artigo é apresentado em três partes: primeiramente faz-se necessário uma imersão à construção social dos papéis de gênero em sociedade e as evidências desses nesta. Na segunda parte, vê-se a perspectiva de outras pesquisas sobre diversos manuais de conduta e meios que serviam de manuais mesmo não designando-se como tal. Por fim, na terceira parte, há a análise aprofundada do livro “Enciclopédia da Mulher no Lar”, de Teresinha Aparecida Moreira, publicado em 1986 que

circulou pelos mais diversos lugares do país, como um manual obtido por várias famílias brasileiras que buscavam nortear suas filhas nos processos educacionais para o matrimônio.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologicamente o estudo apoia-se na abordagem qualitativa que é múltipla e relevante para o estudo dos processos da sexualidade. Para Flick (2009, p. 25), “a pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado. Diversas abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e a prática da pesquisa”.

Em relação aos objetivos a pesquisa é classificada como exploratória de tipo bibliográfica (GIL, 2009). Desse modo, destaca-se que a fonte bibliográfica é de ordem secundária, conforme apontado no objetivo do estudo, sendo agregado para análise teóricos/as como Beauvoir (1970), Giddens (2012), Ebbutt (2011).

Vale ressaltar que a abordagem qualitativa foram de suma importância para dar voz àqueles/as que estão em situação de desigualdade social, sendo um meio efetivo para apresentar as vivências e experiências das mulheres e LGBT na sociedade ocidental a partir da segunda metade do século XX. (GAMSON, 2006; GOMES FILHO, 2017b).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Construcionismo social e papéis de gênero

As definições de homem e mulher pode ser pensada sob diversos olhares, desde o âmbito biológico que leva em consideração as diferenças sexuais e seus aspectos, até os olhares culturais e sociais, que tomam como ponto de partida as relações e construções sociais. Assim, a construção do indivíduo humano se dá em sociedade e não está livre das influências presentes em instituições como a família, a igreja, a escola, o ambiente profissional e a sociedade. Trata-se de um sujeito que, em partes, é modelado pelas ideologias presentes no meio cultural, histórico e social em que vive.

Beauvoir (1970), no primeiro volume de *O Segundo Sexo*, inicia sua obra indagando o que é ser uma mulher. Sua pergunta permeia reflexões que viajam pelos aspectos biológicos e sociais e demonstra a visão cultural que os homens têm sobre as mulheres (visão esta que dominava a década de 1970 e que reverbera até os dias atuais). Principalmente sobre o “ser mulher”, dizendo ela que considera-se sim a existência de fêmeas na espécie humana, mas que “mulher” é um termo cheio de significados atribuídos que, de tão complexo, possa ser que não exista indivíduo algum capaz de se enquadrar perfeitamente.

Tendo isso em vista, percebe-se que a definição do gênero masculino e do gênero feminino se caracteriza por conjuntos de aspectos que dão forma às categorias de gênero. Nesse sentido, o indivíduo que se destoa desses aspectos para com o seu gênero pode sofrer repressões. Giddens (2012) evidencia isso usando da perspectiva funcionalista, nos dizendo que a sociedade usa de reforços positivos e negativos para enquadrar os garotos e garotas conforme os papéis sexuais que deles, em comportamento, são esperados.

Considerando essa distinção de papéis sociais determinada pelo gênero de cada pessoa, um ambiente de desigualdade se instala no decorrer da história humana, subjugando a mulher ao poder do homem. Na cultura brasileira, traços dessa desigualdade estão bem evidentes no cotidiano, repleto de fazeres e dizeres de cunho machista e sexista. “No Brasil, os homens se sentem socialmente e economicamente superiores as mulheres.” (DESOUZA *et al*, 2000, p. 493). Como um reflexo disso, tem-se a política brasileira: um estudo realizado em 2019 (quase 20 anos depois da citação anterior) acusa que 47 unidades federativas nunca tiveram uma mulher como governadora e 18 dos 26 estados tinham sequer uma representante feminina no Senado, o que sugere uma grande monopolização do poder na mão dos homens. (BENIGNO *et al*, 2020).

Sempre presente nas discussões acerca das desigualdades de gênero está o conceito de “patriarcado”. De forma sucinta, pode-se entender patriarcado como um mecanismo de dominação e exploração das mulheres. Ou seja, os homens se mantêm no domínio de todas as relações de poder (político, econômico e social) e a eles são designados esses papéis culturalmente. (MOTTA, 2020).

O patriarcado se mantém ainda nos dias atuais impregnado na cultura da sociedade brasileira. Isso cria uma influência substancial na vida brasileira cotidiana. É importante enfatizar o quão essas práticas de desigualdade de gênero estão presentes na realidade e como elas vêm sendo reforçadas desde cedo:

Estudos de interações entre pais e filhos, por exemplo, mostram diferenças claras no tratamento de meninos e meninas, mesmo quando os pais acreditam que suas reações a ambos são iguais. Todos os brinquedos, livros ilustrados e programas de televisão que as crianças pequenas conhecem tendem a enfatizar as diferenças entre atributos masculinos e femininos. Embora a situação esteja mudando um pouco, os personagens masculinos geralmente estão em maior número do que os femininos na maioria dos livros infantis. Os personagens masculinos tendem a representar papéis mais ativos, mais aventureiros, enquanto as mulheres são retratadas como passivas, receptivas e orientadas para questões domésticas (GIDDENS, 2012, p. 432).

O papel da mulher tem sido vinculado com um padrão destinado a funções domésticas e à maternidade na Europa, no Brasil e em diversos outros lugares do mundo, ficando em segundo plano no contexto político, social e econômico, sempre “à sombra” dos homens. Mesmo no início da emancipação feminina, bem antes dos primeiros movimentos feministas sem o viés pacifista lutarem

contra a opressão do machismo e do patriarcado, elas continuavam ganhando apenas os espaços profissionais que lhe mantinham no papel de Maria (uma ideia de mulher sem sexualidade, limitada aos papéis desempenhados em casa), tais como o de professora do primário, que remete à ideia de cuidadora de crianças, ganhando menos que os homens, mesmo desempenhando funções que exigiam tanto esforço físico quanto as deles, e sendo exploradas moral e sexualmente. (DESOUZA, 2000).

É perceptível a discrepância em que o julgamento da sociedade difere-se para com homens e mulheres no século XIX. Segundo Giddens (2012), na época vitoriana, havia uma abundância da hipocrisia no âmbito sexual. As mulheres eram separadas em categorias. As prostitutas (muito bem aceitas na época), ditas “livres”, enquadravam-se em níveis muito diferentes (e, dedutivamente, inferiores) das ditas “virtuosas”. Estas não deveriam demonstrar interesses sexuais, estando sempre à mercê de seus maridos. Enquanto isso, os homens bem vistos socialmente, tidos como dedicados às suas esposas, visitavam frequentemente as prostitutas ou tinham amantes. Este comportamento era perfeitamente tolerado, ao passo que a situação contrária (em que a mulher teria um amante) era inaceitável.

Contudo, o início da quebra da demarcação de papéis de gênero, desvirtuando-se de padrões impostos, teve no Brasil a ajuda de circunstâncias históricas. Samara (2002) justifica que com a migração dos homens em busca de lugares com mais recursos e de uma vida com mais conforto; e a falta de escravos perante uma grande demanda de trabalho, as mulheres puderam preencher essas brechas e começar a construir seu lugar no mercado e, conseqüentemente, na sociedade.

Do fim do século XIX ao início do século XX, a primeira onda do movimento feminista se ergueu com as famosas “sufragistas”, que reivindicavam direitos iguais para as mulheres (o primeiro deles a ser conquistado foi o do voto). O movimento revolucionário pegou impulso da Inglaterra e se espalhou pela Europa e por várias partes do mundo. Uma delas, o Brasil, teve a bióloga Bherta Lutz como líder das sufragistas brasileiras. Houve uma queda no movimento feminista na Europa na década de 30, voltando a crescer apenas nos anos 1960, período no qual as mulheres falam pela primeira vez diretamente sobre as relações de poder entre homens e mulheres. Já no Brasil, esse crescimento foi atrasado pela ditadura militar e só veio a acontecer na década de 1970. Com criação de Conselhos, ONGs, realização de conferências internacionais; o movimento chegou ao século XXI com força e articulação, apesar do fato do feminismo ser não só um movimento, mas também uma corrente teórica de estudo, o que o ramifica em linhas de pensamento e o divide em vertentes. (PINTO, 2010).

Toda a desigualdade exacerbada, que prejudica a liberdade de mulheres da atualidade, mulheres do século XIX, XX, XXI e mesmo mulheres de muitas outras épocas da história (claro que

com suas distinções sociais, culturais e histórias); levanta certos questionamentos. Por um lado, os movimentos feministas ganharam poder com o tempo e conquistaram direitos (tais como o voto, a educação e o emprego), mas por que os homens também não se mostraram engajados em lutar contra a injustiça de gênero? Ao analisar autores que falaram sobre a relação entre patriarcado e capitalismo, Arruzza (2015) traz uma discussão que sugere os meios de produção como endossadores das relações desiguais de gênero no formato em que até o momento se encontram, evidenciando que mulheres acabam trabalhando mais que homens (principalmente pela dupla jornada de trabalho) e ainda podem ter sobre si a imposição de um pensamento narcísico de certos homens sobre superioridade masculina.

Mudanças da posição social da mulher só concretizaram-se graças ao esforço dos movimentos feministas, que reivindicavam direitos como: tratamentos de saúde específicos para mulheres, o direito à creche, ao exercício livre da sexualidade, à contracepção e à não-violência. Reivindicava-se a presença dessas temáticas e das questões de gênero em geral na agenda pública, para que fossem criadas políticas públicas que contemplassem as especificidades das demandas femininas (LOPES, 2013).

Santos (2013) remete à influência também da mídia na construção de papéis designados às mulheres. Na TV, os finais felizes proporcionados no fim das novelas costumeiramente atrelam a ideia de felicidade ao casamento, à gravidez e ao nascimento dos filhos das personagens. Logo, ensina-se que deve-se buscar essas metas e para alcançá-las é preciso cumprir requisitos para que sejam bem vistas e aceitas perante a sociedade. Até porque, se assim não o fossem, não serviriam para casar, por exemplo.

Manuais de conduta de gênero

Dentre tantos reforçadores da distinção dos papéis de gênero (e evidências também), um deles é excepcionalmente merecedor de destaque: os manuais e enciclopédias de conduta para mulheres. Há décadas (não tantas quanto se imagina), circulavam entre as cidades brasileiras (e em muitos outros lugares do mundo) manuais que ensinavam às mulheres como se comportar em sociedade e, principalmente, dentro do matrimônio.

Analisando um manual denominado “*O que as esposas NÃO devem fazer*”, publicado originalmente em 1913 e republicado em 2011 com o intuito de divulgar essas regras e de reaproveitá-las, é possível compreender a visão da sociedade sobre que rumo de conduta esposas e maridos costumavam tomar e quais elementos o manual procurava reajustar. Vale ressaltar que o

manual possui uma parte para explicar o que os homens também não devem fazer dentro do matrimônio (EBBUTT, 2011).

É possível perceber que as mulheres eram vistas como pessoas de intelecto inferior ao dos homens. Isso fica evidente com as duas seguintes citações: “Não leve seu marido a pensar em você como uma mulher doce e burra. Se você se pegar passando essa imagem, coloque seu cérebro para funcionar. Não deve haver nada que seu marido queira conversar que você não esteja apta a acompanhar.” (no que se direciona às esposas) (EBBUTT, 1913, p. 11) e “Não seja condescendente. Você não é a única pessoa na casa que tem cérebro.” (EBBUTT, 1913, p. 11)

Também percebe-se uma relação em que a mulher é vista como um ser frágil, desprovida de poder para viver sem a ajuda do homem. Isso fica claro em “Não proteja sua esposa de qualquer vento que sopra. Resguardando o corpo dela dessa maneira, vai acabar matando sua alma.” (EBBUTT, 1913, p. 11) e em “Não se esqueça de que você não é imortal. Que chances sua esposa terá se você morrer e ela não conhecer a realidade deste mundo cruel?”. (EBBUTT, 1913, p. 11)

Além disso, predomina-se a ideia de que a consistência da relação do casamento está nas mãos da mulher, que esta deve zelar para que ele perdure. No manual, Ebbutt (1913) explica que a esposa é uma artista e sua arte seria construir esse ambiente agradável dentro do casamento. Que o que de fato faz de uma mulher uma boa esposa seria conseguir continuar casada.

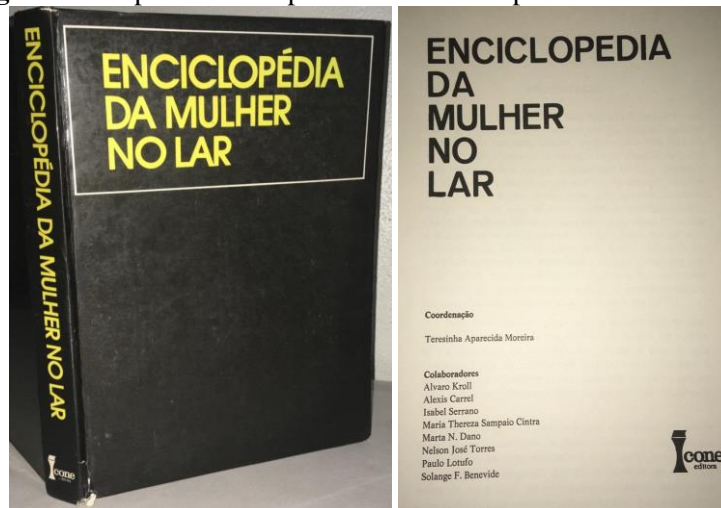
Almeida (1988, 1989) analisou três manuais portugueses sobre o matrimônio. Os manuais datam de 1540, 1630 e 1651. Almeida consegue nos trazer uma visão muito rica sobre o pensamento da sociedade portuguesa daquela época sobre o casamento. Os manuais, de acordo com Almeida, defendiam a submissão intelectual e econômica das mulheres aos homens. As mulheres não deveriam, segundo os manuais, se envolver em assuntos políticos. Também atribuíam os afazeres domésticos à boa esposa. Quanto à beleza, a mulher deveria ser mediana e, quanto mais bonita, mais bem escondida dos olhares alheios. Retrata o sentimento de confinamento das mulheres em seus lares, sempre à mercê das tarefas de casa. Era ensinado às mulheres que não buscassem conhecimento, que se afastassem das tentativas de ler ou refinar o palavreado. Ensinava-se demasiadamente que a mulher deveria estar devota a seu marido de tal forma que ele fosse o centro de sua vida (assim também era ensinado ao homem, mas que deveria ter como centro sua honra e conseguiu-la em sua mulher). E até mesmo era dito aos homens que não amassem suas mulheres em exagero, pois isso poderia colocá-las num status mais elevado que o dele dentro de sua relação.

Contudo, é importante salientar que, em alguns momentos, via-se certo apoio às esposas, dizendo, por exemplo, que elas são inferiores intelectualmente por falta de prática do intelecto e não por natureza. Também repreendia-se os homens num dos manuais por chamar as mulheres de ingratas simplesmente por não fazerem o que eles queriam.

“Dona-de-casa, esposa e mãe”: uma análise do livro - A enciclopédia da mulher no lar

“Toda jovem antes do casamento, deveria estudar com carinho as obrigações e responsabilidades que irá enfrentar na qualidade de dona-de-casa, esposa e mãe. A vida moderna exige da mulher um desdobramento imenso e quanto mais profundamente ela conhecer o que se espera dela, melhores condições terá de manter um casamento feliz.”
Teresinha Aparecida Moreira (1986), Apresentação da Enciclopédia da Mulher no Lar.

Imagem 01: Capa e contracapa do livro Enciclopédia da Mulher No Lar



Fonte: Moreira (1986).

Em 1986, Teresinha Aparecida Moreira (e colaboradores) publicava sua obra *Enciclopédia da Mulher No Lar*. Um manual que ensinava os passos necessários para ser a esposa perfeita. Obviamente, apesar de ser um livro de ensinamentos para o matrimônio, era direcionado única e exclusivamente para as mulheres. A enciclopédia circulou o Brasil inteiro, estando presente dentro de inúmeros lares na tentativa dos pais de instruírem suas filhas a uma boa conduta matrimonial.

O manual traz uma variedade de ensinamentos que acredita-se ser necessários para viver em comunhão estável com um marido. Encontra-se itens falando sobre economia, maquinaria e manutenção domésticas, bem como culinária e educação para com crianças. Existindo, uma seção dedicada a dicas de beleza.

Ao observamos a apresentação do livro, já é possível inferir alguns conceitos sobre os papéis socialmente atribuídos à mulher e, logo, por associação, alguns que são atribuídos ao homem. (BEURVOIR, 1970). Por exemplo, se é dever da mulher procurar meios de economizar o dinheiro de seu marido nas compras e gastos domésticos, então é dever do homem conquistar capital para evitar necessidades e faltas dentro de casa. Como diz o manual: “Uma qualidade valiosa para uma dona-de-casa é saber fazer render o dinheiro da família, evitando desperdícios nas compras de supermercado e feira, assim como despesas supérfluas” (MOREIRA, 1986, p. 7). O manual especifica na seção, Regulando as finanças, aponta que:

[...] as questões de aplicação de capital visando ampliar o patrimônio do casal (compra e venda de terrenos, construção de prédios etc.) para que com o tempo essas invenções judiciosas venham a multiplicar o rendimento de afeto aos homens, pelo seu contato mais íntimo e permanente com o mundo dos negócios. Todavia, a esposa deverá sempre ser ouvida nas transações de certo vulto que possam afetar mais ou menos profundamente a vida do casal. Eventualmente existem mulheres que superam o marido neste gênero de acuidade comercial, mas seria prudente e louvável que a esposa se mantivesse na penumbra e se contentasse em representar o papel de “musa inspiradora”, sugerindo-lhe atos e práticas (MOREIRA, 1986, p. 27-28).

A passagem descrita no manual nos mostra como os papéis de gênero devem ser definidos na relação matrimonial. É notório que há um enquadramento sobre os espaços ocupados por homens e mulheres; aos homens o espaço público pois são mais “íntimos do mundo dos negócios”, e para as mulheres o espaço privado do lar onde há mulher tem seu lugar de “rainha” e “musa inspiradora” (GOMES FILHO, 2017; GOMES FILHO et al. 2017a). A passagem também nos dá pistas sobre para que tipo de classe era destinado, pois as mulheres que eventualmente superam seus maridos no mundo dos negócios e comércio, são mulheres oriundas das classes trabalhadoras, logo, vê-se que as classes mais abastardas eram o foco desses escritos, para tal é necessário pensar as transformações das famílias brasileiras.

Assim, tanto na Europa como no Brasil, o conceito de família passou por diversas modificações. A ideia do “amor materno” é uma construção social, criada principalmente para controlar a mortalidade infantil. Antes, o ideal de família aristocrática (que, no Brasil, teve o incremento do contexto colonial) atribuía à mulher o dever de gerar, mas não de cuidar. As crianças eram entregues à amas-de-leite ou abandonadas na rua, mortas ou interrompidas na gestação; por desinteresse das mães em consequência de condições financeiras desfavoráveis no Brasil (RESENDE, 2017).

Para reverter esse cenário, muitos discursos surgiram direcionando aos homens a importância do aumento populacional para a sociedade (principalmente no Brasil, que estava em processo de colonização) e às mulheres sobre a importância de cuidar bem de seus filhos e de amamentá-los elas mesmas. Assim, surgia a família burguesa. No Brasil, as atitudes de abandono foram vistas com maus olhos principalmente por causa dos princípios religiosos advindos da Europa. Por isso, cuidou-se para que as mulheres ficassem sob o poder de seus maridos e fossem devidamente catequisadas. Além disso, ainda no Brasil, também foi oferecido um incentivo financeiro às famílias que adotassem as crianças abandonadas, de considerável valor. Logo, considerando essa transição entre família aristocrática e família burguesa, o “amor materno”, tal qual o conhecemos hoje, foi

instaurado. Isso não nega a existência do amor de mulheres por seus filhos, mas demonstra que esse papel de cuidadora natural é incompatível com a realidade (RESENDE, 2017).

Nesse contexto destaca-se o título do último capítulo do manual: “GERAR E EDUCAR – DEVER DA MÃE”, apontando que toda a responsabilidade dos filhos (desde tratar de doenças, alimentação, ensino...) é atribuído à mulher. Nas páginas do manual:

A espera do filho é um dos períodos mais importantes da vida de uma mulher. Assim que a criança é gerada, estabelecem-se entre mãe e filho vínculos que perdurarão pelo resto de suas vidas. Este compromisso começa no útero. Portanto, a mulher deve tomar cuidado para só engravidar quando sentir que tanto seu corpo como seu psiquismo estão amplamente capacitados a assumir a responsabilidade por uma gravidez saudável e uma maternidade consciente (MOREIRA, 1986, p. 213).

Ao analisar o capítulo do manual observa-se que não há menção e ou orientações para os homens, pais das crianças. Desse modo, vale apontar que existe ainda hoje uma cobrança extrema sobre mães e das mães para consigo mesmas, internalizada pela violência simbólica da sociedade, que as ensina a se cobrarem desempenho em funções às quais são designadas por gênero (SANTOS, 2013). Logo, se às mulheres é atribuído esse papel materno, aos homens é perdoado a ausência nesse tipo de tarefa. Um exemplo claro é a situação dos pais que se fazem presentes em tarefas domésticas e paternas, sendo vistos como “ajudantes”, em vez de se compreender que o fazem por ser também seu dever.

O manual que visava formar uma boa esposa era claramente direcionado para famílias de elevado status social e boa situação financeira, visto que existem ilustrações e partes dos textos com instruções sobre como lidar com empregados, pois: “Passou o tempo em que se tratava a criadagem com arrogância. Tornar-se-á sempre mais difícil fazer desempenhar os serviços domésticos pessoas que não foram bem alimentadas e alojadas. Não existem mais as prestimosas ‘Nhanhãs’ e ‘Mucamas’” (MOREIRA, 1986, p. 25).

Imagem 02: Ilustração sobre a relação com os empregados



Fonte: Moreira (1986, p. 25).

Em análise, observa-se na ilustração que a “criadagem” e/ou empregada doméstica encontra-se em uma casa de uma família abastada, devidamente paramentada com um uniforme, onde tanto ela como sua patroa apresenta feições de felicidade em relação as atividades domésticas e/ou do lar. Vale ressaltar que conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística “em 2016, o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras(es) domésticas(os), dos quais 92% eram mulheres.” (OIT, 2021, s/p). Desse modo, o trabalho doméstico ainda é uma tarefa em sua grande maioria das mulheres. Assim, há no manual analisado dicas de limpeza e higienização do lar, bem como formas de dedetização e cuidados com saúde e bem-estar.

Também existe uma construção e/ou reforçamento da ideia de que a racionalidade e a sensatez são características masculinas, enquanto a feminilidade é repleta de impulsos e sentimentos, deixando-se passiva à masculinidade (que, por sua vez, teria um papel ativo). Tal ideia pode ser vista na passagem: “O homem é ativo, lógico e duro. A mulher é passiva, sentimental e intuitiva. O seu temperamento e sistema nervoso preparam-na para a maternidade” (CARREL, 1986, p. 18).

Imagem 03: Ilustração sobre o amor conjugal

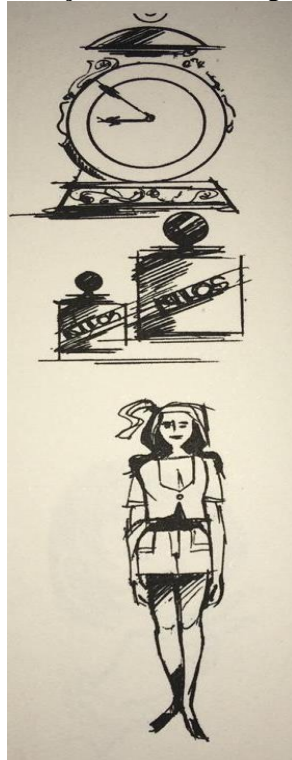


Fonte: Moreira (1986, p. 18).

Encontra-se na enciclopédia uma forte rejeição à evolução de métodos contraceptivos, sendo vistos como uma afronta à lei natural da vida. Carrel (1986) defende veementemente que um casamento sem filhos torna-se monótono e vazio e que a fecundidade é algo para ser bem explorada, considerando também que ter apenas um filho não é o suficiente, pois este seria desprovido de companhia e do auxílio potencial que irmãos poderiam lhe proporcionar. Defende também que o número mínimo de filhos para uma família bem estruturada seria três.

Como mencionado, a beleza é muito exaltada no manual analisado. Existe uma seção com aproximadamente 30 dicas diferentes sobre a estética do corpo, seguida de um tópico com 10 dicas para emagrecer e outras 10 dicas para engordar, a exemplo: “Quando beber água, junte um pouco de suco de limão. Não beba água às refeições.”, e, “Seu banho diário deve ser morno e não quente.”.

Imagem 04: Ilustração de como emagrecer e engordar



Fonte: Moreira (1986, p. 52).

Conclui-se desse modo que uma boa esposa tinha o dever de se manter atraente para seu marido, apesar de não haver evidências de uma cobrança semelhante para com os homens, dentro ou fora do matrimônio. Também fala-se muito de postura e da forma correta de se fazer coisas como servir a mesa (reforçando novamente a aproximação da imagem da mulher à imagem de um empregado).

Após mais de 150 páginas, com a descrição de ensinamentos sobre como manusear equipamentos domésticos, eliminar infestações de ratos e insetos, alimentação em todas as suas variações e dicas de cuidados de saúde; chega-se à seção destinada aos afazeres de mãe. Reforça-se a ideia de que toda uma preparação da mulher desde a gestação até próximo à adolescência dos filhos, nunca menciona o papel do marido para essa criação da criança, a não ser nas questões financeiras.

O livro encerra-se com um tópico falando sobre os direitos das crianças e outro que explana os direitos das mulheres, que é assinado por Nelson José Torres⁵. Neste último, é interessante observar a citação “A mulher, que outrora, ocupava nítida posição de subordinação ao homem, hoje se vê em plano de igualdade” (TORRES, 1986, p. 244) revela uma contradição: por um lado, acreditava-se plenamente que os direitos das mulheres já lhes asseguraram, naquela época, a igualdade perante os homens. Contudo, por outro lado, as próprias regras ensinadas pelo manual

⁵Destaca-se que o manual não apresenta uma apresentação das trajetórias pessoais, profissionais e/ou acadêmicas.

(que, ora influenciadas pela sociedade, ora influenciando-a também) submetem a mulher à figura de um ser servil e destinado para o espaço privado do lar. Onde, mesmo inseridas no mercado de trabalho, acumulavam os cuidados e afazeres domésticos e/ou do lar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se a partir desse estudo que a sociedade constrói papéis de gênero de acordo com influências históricas, sociais e culturais, e que essas influências têm grande relevância na vida cotidiana da população brasileira. É compreendido também que a circulação de manuais de conduta para ensinar mulheres a se tornarem esposas ideais moldava a sociedade de forma a subjugar o papel da mulher como sujeito que se põe em segundo lugar, para pôr em primeiro as necessidades de seu lar, de seu marido e de seus filhos.

É importante ressaltar que muitos meios de influência social atuaram e ainda atuam reforçando padrões de gênero, como os livros religiosos, campanhas midiáticas, livros de literaturas, novelas, dentre outras expressões. Com a análise do livro/manual: *Enciclopédia da Mulher No Lar*, organizado por Teresinha Aparecida Moreira e publicado em fins dos anos 1980, pode-se inferir que muito do que é ensinado e apresentado no manual, ainda pode ser observado na atualidade, mesmo diante da ocupação das mulheres nas diversas instâncias da vida social.

Vale salientar, que grande parte do conteúdo do livro seria válida mesmo para a vida doméstica da atualidade. As informações proporcionadas por tópicos que ensinam a desenvolver certa autenticidade dentro de casa (como limpeza e manutenção da casa, dos utensílios e das roupas; alimentação e receitas; procedimentos de prevenção e cuidado de doenças; infestação de ratos e insetos; gerência de finanças; etc.). Todavia, a grande questão encontra-se quando as funções domésticas são atribuídas somente às mulheres. Boa parte das dicas do livro seriam de grande ajuda para qualquer indivíduo da sociedade brasileira atual, independentemente de seu sexo biológico e/ou sexualidade. Mas, quando se analisa a *Enciclopédia da Mulher No Lar*, que houve mudanças na sociedade brasileira desde seu lançamento em 1986, assim as condutas machistas sobre as distinções de gênero tem sido fortemente combatidas através das lutas e movimentos sociais que buscam a equidade de gênero e a efetivação dos direitos das minorias sociais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. M. **Os Manuais Portugueses de Casamento dos Séculos XVI e XVII**. 9. São Paulo: Rev. Bras. de Hist. 1988/1989.
- ARUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. 23. Estados Unidos: **Revista Outubro**. 2015.
- BENIGNO, G. O. L.; VIEIRA, D. M.; OLIVEIRA, J. E de. Desigualdade de gênero nos estados brasileiros e análise dos *stakeholders* do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **Revista De Administração Pública**, Rio de Janeiro 55(2), 2020.
- BEURVOIR, S. DE. **O segundo sexo**. 4. São Paulo: Difusão Europeia do Livro. 1970.
- BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo: a feminilidade e suas formas de subjetivação em psicanálise**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARREL, A. O amor conjugal. In: MOREIRA, T. A. **Enciclopédia da mulher no lar**. São Paulo: Cone. 1986.
- DAVIES, B. **Frogs and Snails and Feminist Tales**. Sydney: Allen and Unwin. 1991.
- DESOUZA, E.; BALDWIN, J. R.; ROSA, F. H.A **Construção Social dos Papéis Sexuais Femininos**. 13(3). Illinois: Psicologia: Reflexão e Crítica. 2000.
- EBBUTT, B. **O que as esposas NÃO devem fazer**. Rio de Janeiro: Sextante. 2011.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GAMSON, J. As sexualidades, a teoria queer e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- GIDDENS, A. **Sociologia**. 6. Porto Alegre: Penso. 2012.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- GOMES FILHO, A. S. Corpo, sexo, gênero e biopolítica. In: MELO, M. A. S.; GOMES FILHO, A. S. QUEIROZ, Z. F. (Orgs.). **Epistemologias em confronto no Direito: reinvenções, ressignificações e representações a partir da interdisciplinaridade**. Curitiba: EDITORA CRV, 2017.
- GOMES FILHO, A. S. et al. Relações de trabalho e transformações das famílias: uma perspectiva sócio-histórica. In: MELO, M. A. S.; GOMES FILHO, A. S. QUEIROZ, Z. F. (Orgs.). **Epistemologias em confronto no Direito: reinvenções, ressignificações e representações a partir da interdisciplinaridade**. Curitiba: EDITORA CRV, 2017a.
- GOMES FILHO, A. S. **Experiências educacionais e sociais de travestis no Ceará: um estudo comparado em Juazeiro do Norte e Canindé**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017b.
- HOLANDA, P. H. C.; CAVALCANTE, M. J. M. DO AMOR AO CASAMENTO: ANÁLISE DE UM MANUAL DE PREPARAÇÃO DAS MOÇAS PARA ASSUMIR OS DEVERES DE ESPOSA,

MÃE E DONA-DE CASA, EM CIRCULAÇÃO NO NORDESTE DO BRASIL NA DÉCADA DE 1940. In: **VII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Cuiabá, 2013.

LAQUEUR, T. **La construcción del sexo: Cuerpo y género desde los griegos hasta Freud**. Ediciones Cátedra, Universidad de Valência / Istituo de la Mujer. Madrid, 1990.

LOPES, G. **Gênero na Psicologia: Articulações e Discussões**. 1. Salvador: Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região (BA). 2013.

MOREIRA, T. A. **Enciclopédia da mulher no lar**. São Paulo: Cone. 1986.

MOREIRA, V.; GUEDES, D. **Largada pelo marido! o estigma vivido por mulheres em Tianguá-CE**. 12. Maringá: Psicologia em Estudo. 2007.

MOTTA, D. **A contribuição de Heleieth Saffioti para a análise do Brasil: gênero importa para a formação social?**. Caderno CRH, Salvador, v. 33, p 1-14, 2020.

NERI, R. **A psicanálise e o feminino: um horizonte da modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Organização Internacional do Trabalho (OIT). **Trabalho Doméstico**. 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>

PINTO, C. R. J. **Feminismo, História E Poder**. Rev. Social. Polit, Curitiba, v. 18, n 36, p 15-23, 2010.

RESENDE, D. K.; BEDRAN, P. M. **As construções da maternidade do período colonial à atualidade: uma breve revisão bibliográfica**. Minas Gerais-MG, 2017.

SAMARA, E. DE M. **O Que Mudou na Família Brasileira? (da Colônia à Atualidade)**. 13. São Paulo: Psicologia USP. 2002.

SANTOS, H. M. Discussões Sobre Gênero, Mídia e Violência Simbólica: O que a Psicologia tem a ver com isso? In. SANTOS, H. M. (editor). **Gênero na Psicologia: Articulações e Discussões**. Salvador-BH. Conselho Regional de Psicologia 03, 2013, p. 93 a 112.

TORRES, N. T. Os direitos da mulher. In: MOREIRA, T. A. **Enciclopédia da mulher no lar**. São Paulo: Cone. 1986.

TRUZZI, O. **Sociabilidades e Valores: Um Olhar Sobre a Família Árabe Muçulmana em São Paulo**. 51. Rio de Janeiro: Revista de Ciências Sociais. 2008.

WEITZMAN, L. *Sexual Socialization in Picture Books for Preeschool Children*. *American Journal of Sociology*. 1972.

ZAMMUNER, V. L. *Children's Sex-Hole Stereotypes: A Cross-Cultural Analysis*. Londres: Sage. 1987.

CAPÍTULO 6

INVENÇÕES NOS MODOS DE FAZER ESCOLA EM TEMPOS DE PANDEMIA - ENUNCIÇÕES EMERGENTES DE PROFESSORES E ESTUDANTES SECUNDARISTAS DO COTIDIANO ESCOLAR

Antonio Marlon Coutinho Barros

Artur Ponciano Lima Costa

Igor de Lima Teixeira

Lara Thayse de Lima Gonçalves

João Miguel Lima Themótheo

Mayara Ruth Nishiyama Soares

Tadeu Lucas de Lavor Filho

Luciana Lobo Miranda

INTRODUÇÃO

O presente texto busca narrar experiências vividas através de um projeto de extensão em uma escola pública estadual de Fortaleza com o objetivo de levantar discussões e problematizações acerca dos impactos da pandemia de coronavírus - SARS-COV-2, no cotidiano escolar através de cenas experienciadas pelos estudantes da graduação e da pós-graduação da Universidade Federal do Ceará, por meio do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS). Levantaremos discussões a respeito do ensino remoto na vida dos diversos atores escolares que compõem o cotidiano da instituição Escola e as reverberações da pandemia nos modos de subjetivação desses sujeitos.

Para Foucault, pensar o sujeito é observar os “diferentes modos, pelos quais, em nossa cultura, os seres humanos se tornam sujeitos” (FOUCAULT, p. 231), refletir a construção histórica dos nossos tempos e suas influências sobre o sujeito é observar o que muda, o que permanece e o que se transforma no cotidiano escolar.

Desde o início da pandemia no País, em março de 2020, os governos estaduais vem adotando medidas de prevenção sanitária de modo a incentivar o distanciamento social, com o intuito de seguir recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da Secretaria de Saúde, diversas estratégias dentro da administração pública foram criadas para minimizar os impactos da COVID-19, tais como o distanciamento social, o uso de máscaras, limitação de circulação de pessoas de modo a diminuir os riscos de infecção (FARIAS, 2020). Além destas, outra estratégia adotada também foi o

fechamento das escolas obedecia as orientações e normativas das secretarias de educação e sua transposição para um modelo remoto (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

É no encontro dos corpos que habitam o lugar virtualizado da escola em tempos de pandemia que observamos os mais diferentes modos de existir dos sujeitos. Conseguimos observar isso em nossos encontros com a escola, com os estudantes, professores e gestores através do Projeto de Extensão “Pensando Caminhos, construindo profissões”.

O Projeto de extensão “Pensando Caminhos, Construindo Profissões”, do LAPSUS, esteve ao longo dos anos de 2020 e de 2021 problematizando, juntamente com os estudantes de Ensino Médio e com os demais agentes da comunidade escolar de escolas públicas da periferia de Fortaleza, os tensionamentos, bem como os atravessamentos envolvidos no período pré-vestibular e o processo de construção de projetos de vida. Aliado a isso, foram transversalizadas questões sobre práticas de saúde em tempos de pandemia.

Com efeito, em 2020, foram realizados grupos de encontro e diálogo com estudantes secundaristas que, por meio dessas rodas de conversas emuladas no ambiente virtual, desenvolviam essas práticas discursivas em interlocução com os eixos temáticos do projeto. Foi objetivado nessa proposta entender os meios de se subjetivar, ou seja, de se transformar e transformar o território escolar/educacional, simultaneamente, ao desenrolar de uma adolescência. Como os estudantes estavam se relacionando com a escola de forma remota nesse momento, procuramos dar vazão às angústias da alteração de seus projetos de vida frente a pandemia de COVID-19, refletindo sobre as novas formas de trabalho que têm focado numa autonomia e individualidade exacerbada, questões estas relacionadas ao modo de capitalismo neoliberal. Em um cenário nacional de educação precarizada, a escola pública enfrenta dificuldades de garantir o direito da educação para todos nesse contexto de desmonte, ainda mais quando, pela primeira vez na história, todas as escolas do mundo fecharam e não se sabe se, após essa pandemia, a educação será a mesma (KOHAN, 2020, p.5). Por isso, a extensão universitária encontra nesse contexto uma missão de superar esses desafios e de cumprir com seu dever moral para com a comunidade em um momento tão difícil. Sendo assim, buscaremos no presente artigo, levantar debates sobre as influências da pandemia por COVID-19 nos modos de subjetivação de jovens através das experiências narradas nos encontros realizados no espaço escolar.

METODOLOGIA

O projeto de pesquisa em questão parte ético-teórico-metodologicamente da Pesquisa-Intervenção (PI). Dessa forma, compreende-se a ação investigativa como um processo coletivo e colaborativo entre pesquisadores da universidade e partícipes do campo, abandonando a ideia de pesquisa como uma coleta de dados que aquele primeiro faz em relação a este segundo, mas como uma intervenção micropolítica de transformação da realidade entre co-pesquisadores atuantes (ROCHA; AGUIAR, 2003).

Partindo desta perspectiva, a pesquisa rompe com o ideal de neutralidade comumente associado à prática científica, e assume um lugar de implicação e de desnaturalização daquilo que é considerado como dado (PAULON; ROMAGNOLI, 2010). Com isso, em um contraponto ao afastamento neutro, com a PI pesquisadores/as produzem analisadores, acontecimentos que fazem surgir a análise no processo investigativo (LOURAU, 1993), em uma relação de construção conjunta com todos/as os/as co-pesquisadores/as.

Assim, a extensão universitária é, então, uma estratégia e forma de intervir com a escola, de modo que as construções de pesquisa/extensão possam acontecer em espaços coletivos de partilha. Como experiências propostas pelo projeto de extensão “Pensando Caminhos, Construindo Profissões”, foram organizados 3 encontros, sendo um com estudantes do 3º ano do ensino médio, com 40 participantes, um com estudantes do 1º ao 3º ano, com 100 participantes, e um com professores/as vinculados ao Projeto Diretor de Turma da mesma escola, com 30 participantes. Os temas em destaque foram: Saúde mental e formas de cuidado coletivo durante a pandemia, Vinculação com a escola durante o ensino remoto, e Adaptação à virtualização do ensino (MIRANDA *et al.*, 2021).

Os encontros aconteceram através da plataforma digital Google Meet, tendo sido divulgados pela escola através de redes sociais, no caso daqueles realizados com estudantes, e ocupando o espaço da reunião de professores/as, no caso do último encontro. Os espaços eram organizados a partir de uma metodologia de rodas de conversa, no qual foram utilizados alguns recursos disparadores da discussão, como uso de questionários disponibilizados previamente acerca da temática para apresentação de nuvem de palavras com as principais respostas no espaço de debate. As interações aconteciam, especialmente com estudantes, por meio do chat de mensagens, deixando livre o espaço para diálogo entre pares, de forma que não tivesse de ser mediada a todo momento por aqueles/as ligados/as à universidade.

Estes momentos foram gravados como forma de documentar a construção da pesquisa/extensão e, além disso, foram acompanhados pela composição de diários de bordo, que

nesse processo funcionaram como espaço de elaboração e atuação do/para/com o campo. Os diários de campo são escritos de forma coletiva e plurivocal por um modo de narrar não-imparcial com os tensionamentos, questionamentos, surpresas do campo errante da extensão. Segundo Medrado, Mello e Spink (2014), à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nomeamos de pesquisa. Esse companheirismo rompe com o binarismo sujeito-objeto, tornando o diário também um ator/atuante que permite a potencialização da pesquisa, enquanto uma conjugação de fluxos de agenciamentos coletivos (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014). A partir disso, escolhemos o diário de campo como ferramenta para dar substancialidade a essa escrita, utilizaremos como analisadores algumas cenas emblemáticas dos encontros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É necessário salientar inicialmente que os apontamentos aqui escritos possuem menos o intuito de responder perguntas do que sobre fazer emergir provocações que toquem nas estruturas dos fazeres sócio-educacionais, contextualizados pela pandemia de COVID-19. Corroborando com Preciado (2020), o vírus atua com semelhança às formas de dominação que recrudescem a contemporaneidade, tal quais os manejos biopolíticos e necropolíticos. Dessa forma, todos os tensionamentos de problematização analisados neste artigo, tendo como ponto nevrálgico a lógica de análise foucaultiana, podem ser entendidos como características e efeitos das técnicas governamentais biopolíticas que se exercem como uma trama complexa de poderes capilarizados na sociedade, estendendo-se por todos os territórios até adentrar nos corpos. (PRECIADO, 2020, p.164).

Assim, a tecnologia dos biopoderes e seu controle sobre a regulação dos corpos é utilizada, por meio da governamentalidade, para construir fluxos de normalização das existências e dos afetos. Dessa maneira, a pandemia de COVID-19 e suas consequências mortíferas são muito mais acentuadas e presentes em corpos considerados pelas formas de poder dominante, como dispensáveis ou até indesejáveis.

Traremos aqui cenas dos encontros, elas narram a experiência da vivência em tempos de pandemia e das relações com a escola e os atores escolares que aí estão inseridos. Cenas como estas em que durante o encontro virtual os estudantes interagiram através de falas que narram as dificuldades de quanto ao acesso às tecnologias, um estudante fala no chat no encontro “*Professor eu já não fazia (as atividades) no colégio imagina na internet, com a internet ruim como faz?*”. Outros estudantes comentaram que conhecem colegas que estão com dificuldades para acessar as atividades

por não ter equipamento eletrônico para acompanhar as aulas e fazem apenas as atividades do livro e as impressas mandadas pela escola. Segundo dados recolhidos no Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Estado do Ceará (SPAECE) no ano de 2018, em um dos estados mais atingidos pela pandemia da COVID-19 no Brasil, apontam que 73,1% dos/as estudantes da rede pública não possuem acesso à internet em casa e 65,8% não possuem nenhum computador em seus domicílios. O maior número de acessos ocorre via aparelho de celular, com 82,5% dos alunos tendo em casa pelo menos um aparelho (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020). Entretanto, a falta de redes banda larga nas residências diminui a qualidade da conexão, dificultando o acompanhamento de atividades, ainda que se tenha acesso a um celular com internet móvel. Dessa forma, mesmo com o envio de atividades e a realização de aulas online, a educação das crianças e dos jovens moradores/as de periferia, pobres e pretos/as e pardos/as, que estão presentes na escola pública, se encontra, comprometida ou até mesmo inviabilizada, como relatado pelos jovens secundaristas nos encontros.

A pandemia de COVID-19 escancarou desigualdades que assolam, especialmente, corpos negros, pobres e periféricos, em uma necropolítica que impõe um imperativo de que quem não tem acesso às tecnologias de informação, não tem acesso à educação. Ou seja, nesse caso *suis generis*, o problema não é a evasão, era a impossibilidade de acesso à educação. Esse tipo de fenômeno ocorria no passado por limitações físicas de distância das residências de famílias do interior do país a escolas, mas neste momento a distância estava na capacidade econômica de comprar um dispositivo que permite acesso não só a educação à distância, como aos parentes e amigos afastados pelo distanciamento social.

A desigualdade de acesso à tecnologia, nesse caso, nos leva da dificuldade de jovens de classes sociais desfavorecidas à assistirem aula, mas também de socializarem. A escola era um ambiente de forte socialização e que, nós da Psicologia, identificamos como um movimento de subjetivação, ou seja, de construção de um eu em movimento. Porém, esse movimento literal e abstrato foi impedido pela pandemia e pelas limitações econômicas. Em um momento como esse, o objetivo maior é a saúde, a luta pela vida, e o projeto do atual governo na saúde tem corroborado com o modelo necropolítico por impedir que essa mesma população tenha acesso a mecanismos básicos de proteção contra o vírus (KOHAN, 2020, p.4), se somando às limitações subjetivas do modelo de EAD produzindo uma geração desesperançosa. Prova disso é que 2021 foi o ano com o menor número de inscritos na prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em mais de uma década (IDOETA, 2021), prova essa que serve de entrada para a grande maioria das instituições de ensino superior do país. Em 2021 houve 3,1 milhões de inscritos, número discrepante com os 8,7 milhões de inscritos em 2014. Educação superior e projeto de vida não estariam mais intrínsecos na visão adolescente pós-pandêmica?

Nesse sentido, as necessidades econômicas do momento se sobrepõem a uma regra social de que menores de idade precisam estar vinculados à escola ou a uma faculdade para se tornarem adultos justos e formados para o mercado de trabalho e para a vida. Porém, esse processo é extremamente desigual, pois adolescentes de classe alta costumam condicionar suas perspectivas de futuro à universidade, priorizando um processo educativo formal por não precisar urgentemente de uma fonte de renda, enquanto que muitos alunos da rede pública, geralmente, inserem-se desde cedo no mercado de trabalho.

Outra cena emblemática que podemos trazer está relacionada aos problemas intergeracionais criados entre jovens e a família com a convivência diária dentro de casa. A adaptação à rotina diária com pais, irmãos e avós surge como um analisador significativo a se pensar. “*A única coisa que eu não consigo me adaptar é a minha família, na vida que eu tinha (antes da pandemia e isolamento social) dava pra ignorar, mas em casa toda hora é meio complicado*”. Falas como estas atravessaram os encontros. “*É mais fácil fazer a parede me entender do que meus pais*”. Dificuldades intergeracionais tornam-se um problema significativo durante a pandemia que obrigou os jovens ao convívio diário e intenso com suas famílias.

Podemos perceber a partir destes comentários vindos dos jovens, que a transposição do ambiente de estudo, da sala de aula para o ambiente doméstico, vem acompanhada de uma série de problemáticas que devem ser levadas em consideração quando pensamos em estratégias para o ensino remoto, como a necessidade de conciliar os estudos com o desempenho de tarefas domésticas e o cuidado com outros membros da família, além da falta de um ambiente propício para os estudos. Além disso, com o acirramento das barreiras sociais, econômicas, tecnológicas e estruturais já existentes, ao decorrer da pandemia (ALVES, 2020, p. 357), alguns jovens ouvidos relataram a necessidade de entrar no mercado de trabalho para ajudar no sustento de suas famílias.

A escola surge como um lugar seguro para que os jovens assumam uma postura de entender suas identidades e individualidades, o acompanhamento diário das regras impositivas e impostas pelos mais velhos e a falta do convívio com pessoas da mesma idade interfere diretamente nos modos de ser e se sentir-se seguro para falar sobre seus sentimentos.

“A urgência da situação de pandemia leva a uma reelaboração das relações familiares a despeito da vontade dos sujeitos, pois aciona e inviabiliza uma divisão igualitária e cerceia a interação entre os parentes. O embate entre percepções sobre os limites e possíveis perigos da pandemia expõe situações díspares de visão de mundo, de interesses particulares e condições financeiras (HEILBORN; PEIXOTO; BARROS, 2020, p. 4).

Conflitos devido a uma convivência forçada entre jovens e pais, avós, irmãos surgem devido a pensamentos diferentes, aos modos como cada um lida com problemas. Tudo isso gera angústia e

sofrimento aos jovens.

Outro importante ponto a ser levantado é como as falas vêm sendo atravessadas por questões relacionadas à ansiedade. “*Tem hora que eu fico pensando muito e fico com paranóias, fico pensando se eu vou passar no Enem, E começo a chorar com medo*”. Aqui, além da fala do estudante gostaria de trazer a tona também uma fala de um professor em um encontro que fizemos com estes “os alunos ficam muito ansiosos com as atividades, com as propostas, os alunos muitas vezes interpretam de forma diferente as atividades, o que destoia um pouco do objetivo”.

Percebemos nas falas dos secundaristas queixas relacionadas aos níveis de ansiedade alterados devido a não estarem ocupando o espaço físico da escola pelos estudantes, o cansaço mental relacionado ao número de atividades passadas, dificuldades de concentração de aprender utilizando tecnologias que antes não era tão utilizadas em sala de aula, problemas de estabelecimento de rotina, demandas de depressão e às incertezas que se acentuaram nesse período. De acordo com Rego e Maia (2021), adolescentes estão mais expostos a estressores psicossociais criados pela pandemia, tendo em vista que medidas sanitárias afetam diretamente a interrupção da rotina diária dos jovens, podendo causar consequências a longo prazo, mas que afetam os sujeitos em seu cotidiano durante o período da pandemia, tais como preocupação com suas famílias, com a infecção por COVID-19, com o futuro econômico e político do país, interrupção repentina das aulas e fechamento das escolas, luto, estresse crônico (GUESSOUM, 2020).

Oliveira *et al.* (2020) também aponta que a quebra de rotina na vida de adolescentes devido ao confinamento leva a sentimentos que afetam diretamente o bem-estar e a qualidade de vida dos jovens. Para além da bibliografia trazida, observar a nossa experiência com os encontros é muito importante para perceber como, de fato, essa questão interfere nos modos de aprender da juventude durante o período de ensino remoto.

O quarto e último analisador o qual gostaríamos de trazer relaciona-se a sobrecarga laboral a qual os professores da rede e da escola vêm sofrendo. Aqui, iremos trazer falas e cenas de nosso encontro com os professores da escola, neste encontro ouvimos muitas questões trazidas por todos os presentes, as demandas relacionadas ao trabalho durante a pandemia eram muitas e, por vezes, um fardo excessivo. Assim, eles relataram desde as exigências do trabalho em todos os turnos para conseguir fazer com que os estudantes se sintam minimamente mobilizados a permanecer a escola foram marcantes, como também as dificuldades de divisão de tarefas domésticas, problemas com a família que precisam ser solucionados nos momentos da aula, as necessidades de formação continuada adequada e em horários que extrapolam cargas de trabalho.

Uma das professoras relatou sobre a precariedade de direitos dos professores, o vínculo empregatício frágil, uma demanda excessiva de produtividade que afeta o trabalho do professor de

forma negativa. Relata sobre os “perrengues” que os professores passaram nesse contexto, sendo chamado de “heróis”, figura quase que impossível de se alcançar. Comentou sobre a dificuldade técnica, de adaptação, de aparato tecnológico, dificuldade como mãe, e como professora, que se somam nesse contexto. Dificuldades domiciliares e de trabalho se cruzando, acentuando a precariedade e o desgaste.

Outra professora relata que está muito cansada, estressada e sem ânimo, “*No normal eu sentia que trabalhava muito mais que antes, me sentia cansada, mas atualmente, apesar de trabalhar menos, me sinto mais cansada, mais desgastada, sem ânimo*”, Comenta que o fato de ter contato com o problema dos alunos, de lidar com questões pesadas dos alunos e se angustiar diante disso, não ter com quem desabafar é o que pesa mais, ela tem que escutar os problemas dos alunos, mas não tem ninguém pra falar sobre os problemas dela, o fato de ter parentes de risco, e de todas as questões supracitadas “*Eu estou estou acabada, desgastada, emocionalmente e fisicamente, me sinto culpada, por estar trancada, sem poder fazer nada, sem dar nenhuma solução prática para os alunos, isso me deixa mal*”. Comenta que não tem mais final de semana, não tem mais rotina, o que faz com que ela se sinta perdida, comenta que sair desse contexto de trabalho que ela já estava acostumada lhe deixa mal.

As dificuldades enfrentadas pelos professores durante o período de ensino remoto são significativas, o enfrentamento de questões de como lidar com o tempo, com a intensificação do trabalho docente e a necessidade de disponibilidade para trabalhar em uma sociedade que cobra o exercício da função vinte e quatro horas por dia, sete dias da semana levam professores a exaustão e ao adoecimento (SARAIVA, TRAVERSSINI, LOCKMANN, 2020). Os relatos dos professores são claros e evidenciam a necessidade de repensar a produção do trabalho docente durante o período pandêmico.

“O trabalho vai além da carga horária contratada e o professor encontra-se disponível nos três turnos para responder às perguntas e tirar dúvidas por WhatsApp. Além disso, há a necessidade de planejar as atividades, enviar, seja em formato digital ou físico, e, ainda, ter tempo para receber e corrigir as atividades realizadas pelos alunos.” (SARAIVA, TRAVERSSINI, LOCKMANN, 2020, p.13).

É cada vez mais comum normalizar o adoecimento docente durante a pandemia, refletir sobre como nós enquanto sociedade coadunamos com a prática de adoecimento desta classe faz-se de extrema importância nos dias atuais. De acordo com Saraiva, Traverssini, Lockmann (2020, p. 12) a educação remota traz diversas dificuldades que levam os professores a exaustão “Insegurança, necessidade de adaptações rápidas, invasão da casa pelo trabalho e pela escola, ansiedade frente às condições sanitárias e econômicas são elementos presentes no cenário atual que vêm produzindo professores em estado de exaustão.”

Repensar a prática docente no período atual é deveras importante, para aprender a lidar com a crise paradigmática social e educacional que a pandemia levantou. Procuramos aqui nas discussões abrir portas e trazer reflexões sobre os discursos trazidos em nossos encontros, como dissemos anteriormente, nosso intuito é apenas gerar reflexões críticas sobre questões hodiernas, afinal seguimos vivendo em um tempo pandêmico.

CONCLUSÃO

Destarte, é imprescindível que análises sejam feitas no que tange discussões acerca do local da escola na contemporaneidade, bem como seus fazeres e práticas institucionais - que atravessam todo o corpo escolar - e suas reverberações na conjuntura social-política. É com o encontro dos corpos que habitam o lugar virtualizado da escola em tempos de pandemia, que percebemos, através dos momentos com os estudantes e professores, que a pandemia por COVID-19 tem influenciado de diversas formas os modos de fazer/pensar a educação para além dos espaços físicos. Ouvir e analisar os relatos de jovens secundaristas e de professores nos faz refletir acerca da importância de pensar qual escola está sendo feita e para quem vem sendo feita.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. et al. *Sopa de Wuhan. Pensamiento contemporáneo en tiempos de pandemias*. Buenos Aires, Argentina: ASPO, 2020.
- ALVES, L. Educação remota: Entre a ilusão e a realidade. *Interfaces científicas*. Aracaju, v. 8, ed. 3, p. 348-365, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/9251/4047>. Acesso em: 8 out. 2021.
- DE OLIVEIRA REGO, K.; MAIA, J. L. F. Ansiedade em adolescentes no contexto da pandemia por COVID-19. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 6, p. e39010615930-e39010615930, 2021.
- DIÁRIO DO NORDESTE. Alunos de escolas públicas enfrentam obstáculos no acesso remoto. Fortaleza. Redação do Diário do Nordeste. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/alunos-de-escolas-publicas-enfrentam-obstaculos-no-acesso-remoto-1.2228974>. Acesso em: 08 out. 2021.
- FARIAS, H. S. D. O avanço da Covid-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade. Espaço e Economia: *Revista brasileira de geografia econômica*, 17(9). 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/11357>.
- FOUCAULT, M. Sobre a genealogia da ética: uma revisão do trabalho. In **Rabinow, Dreyfus. Michel Foucault: uma trajetória filosófica (para além do estruturalismo e da hermenêutica)**. V. Portocarrero, Trad. 1995. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GUESSOUM, S. B.; LACHAL, J.; RADJACK, R.; CARRETIER, E.; MINASSIAN, S.; BENOIT, L.; MORO, M. R. Adolescent psychiatric disorders during the COVID-19 pandemic and lockdown. 2020. *Psychiatry research*, 291, 113264.
- HEILBORN, M. L. A.; PEIXOTO, C. E.; BARROS, M. M. Tensões familiares em tempos de pandemia e confinamento: cuidadoras familiares. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 30, p. e300206, 2020.
- IDOETA, P. A. **Enem: o que explica menor número de inscritos na prova em mais de uma década**. Publicada em 2 ago. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58021267>. Acesso em: 8 out. 2021.
- KOHAN, W. O. Tempos de escola em tempos de pandemia e necropolítica. *Práxis Educativa (Brasil)*, v. 15, 2020.
- LOURAU, R. **Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.
- MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. In: SPINK, M. J. P.; BRIGAGÃO, J. I. M.; NASCIMENTO, V. L. V.; CORDEIRO, M. P. (Org.) **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 274-294, 2014.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Boletim Epidemiológico nº 05. Doença pelo coronavírus 2019. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2020. Recuperado de <https://www.saude.gov.br/images/pdf/2020/marco/24/03--ERRATA---Boletim-Epidemiologico-05.pdf>.

MIRANDA, L. L.; BARROS, E. E. S.; TEIXEIRA, I. L.; GONÇALVES, L. T. L.; SILVA, P. F. J.; LAVOR FILHO, T. L.; SOARES, M. R. N.; BARROS, A. M. C. Atravessamentos do período pré-vestibular no cotidiano de jovens estudantes de uma escola pública: inter(in)venções possíveis durante a pandemia. In: GOMES FILHO, A. S.; RIBEIRO, I. R.; LAVOR FILHO, T. L.; PACHECO, M. E. A. G. (Orgs). **Debates contemporâneos em Psicologia**. Quipá Editora: Iguatú, 2021.

OLIVEIRA, W. A. et al. A saúde do adolescente em tempos da COVID-19: scoping review. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00150020, 2020. ROLIM, Josiane Alves; DE OLIVEIRA, Aldecir Ramos; BATISTA, Eraldo Carlos. Manejo da ansiedade no enfrentamento da Covid-19. *Revista Enfermagem e Saúde Coletiva-REVESC*, v. 5, n. 1, p. 64-74, 2020.

PAULON, S.; ROMAGNOLI, R. Pesquisa-intervenção e cartografia: melindres e meandros metodológicos. **Estudos & Pesquisas em Psicologia**, v. 10, n. 1, p. 85-102, 2010.

PRECIADO, P. Aprendiendo del vírus *in* Pablo Amadeo (org). **Sopa de Wuhan**, ASPO, 2020. p.163-185.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a Produção de novas análises. **Revista Psicologia Ciência e Profissão do CFP**, n. 4, p. 64-73, 2003.

SARAIVA, K.; TRAVERSINI, C. S.; LOCKMANN, K. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. **Práxis educativa**. Ponta Grossa, PR. Vol. 15 (2020), e2016289, p. 1-24, 2020.

CAPÍTULO 7

REPERCUSSÕES DO ISOLAMENTO SOCIAL NA SAÚDE FRENTE À PANDEMIA E SUA RELAÇÃO COM O ESTADO DE FELICIDADE

Fernanda Veras Vieira Feitosa

Mayara Ruth Nishiyama Soares

Ariane Santos Teixeira

Thaís Fortes Ramos

Thaís de Lima Oliveira

Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro

Raimunda Magalhães da Silva

INTRODUÇÃO

É provável que, com a política de isolamento social, os indivíduos acabam desenvolvendo algum grau de comprometimento a nível mental como aparecimento ou agravamento da ansiedade e/ou de transtornos mentais. Assim como, é importante destacar que o isolamento social pode ocasionar mudanças na vida das pessoas em vários aspectos de ordem ambiental, o qual, neste cenário pode-se visualizar uma redução repentina de atividade física e falta de estimulação cognitiva/mental. Esses impactos de ordem mental repercutem no corpo físico em termos individuais (RIBAS; NAPIMOGA; DONALISIO, 2020).

A alerta com a saúde mental e física da população se exacerba durante uma preocupante crise social. Situações de pandemias podem ser identificadas como uma dessas crises, a qual tem sido visualizada como um dos maiores problemas de saúde pública de caráter internacional das últimas décadas (OMS, 2020). Um evento como esse se acredita que pode provocar inquietações mentais e sociais que repercutem na capacidade de enfrentamento de todo o corpo social, em diversos níveis de intensidade e disseminação e complicações em geral. Tais complicações acredita-se que podem resultar ainda no surgimento de problemas não somente físicos, mas também emocionais, causando depressão, baixa autoestima, dificuldades de relação interpessoal e interferindo na felicidade desses indivíduos. Logo, torna-se de valia o desenvolvimento de pesquisas voltadas não somente para reabilitações físicas e fisiológicas, mas também relacionados com os aspectos psicossociais de cada pessoa, que impactam na felicidade do indivíduo durante e após essa pandemia.

Nos dias atuais, a felicidade é visualizada de forma valorosa, sendo proposto, em 2010, na Constituição Federal Brasileira uma emenda ao artigo 6 que incluiu o direito de se buscar a

felicidade por cada sujeito e pela sociedade como um todo, incluindo junto com o direito à, saúde, educação, proteção, maternidade, previdência social, maternidade e infância (BRASIL, 2010).

OBJETIVOS

Diante do exposto indaga-se: “Qual o impacto físico e mental decorrente da pandemia por Covid-19? De que maneira repercutiu na felicidade das pessoas? Com esses questionamentos somados ao interesse pela temática resolveu-se realizar este estudo, acreditando que saber mais a fundo sobre as repercussões da pandemia na vida das pessoas possa trazer benefícios na vida dos indivíduos afetados fisicamente e mentalmente por essa enfermidade.

A partir do estudo, acredita-se contribuir com a promoção da saúde e melhoria da qualidade de vida da população, podendo propor a inclusão desta prática em protocolos clínicos, assistenciais e psicológicos das pessoas afetadas por essas doenças. Favorecendo na atuação dos profissionais de saúde na assistência a essas pessoas bem como em medidas a nível governamental a serem tomadas. O estudo teve como objetivo analisar o impacto do isolamento social na saúde física e mental de pessoas frente a pandemias e sua relação com o estado de felicidade.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa em caráter qualitativo que segundo Minayo (2009) esse tipo de pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A abordagem metodológica utilizada como estratégia nesta pesquisa, foi uma revisão integrativa de literatura que tem como objetivo obter um vasto entendimento de um determinado fenômeno baseado em estudos anteriores (SOUZA, SILVA E CARVALHO, 2010). Para a realização do estudo utilizou-se as bases de dados eletrônicas: Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências e Saúde (LILACS), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE) e Portal de Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PEPSIC), sendo usado as seguintes palavras chaves: Pandemia; Isolamento social; Felicidade; Saúde mental.

O período de coleta de dados aconteceu de fevereiro a julho de 2021. Foram utilizados como critério de inclusão: publicações em língua portuguesa e produções no período de 2014 a 2021. Como critério de exclusão adotou-se: publicações em língua estrangeiras, publicações que não permitiam acesso completo e gratuito e de outras áreas de conhecimento.

Após a coleta dos dados, foi realizada a leitura de todo o material coletado, as principais informações foram compiladas. Posteriormente realizou-se uma análise descritiva das mesmas

buscando estabelecer uma compreensão e ampliar o conhecimento sobre o tema pesquisado e elaborar o referencial teórico. Após a leitura e os delineamentos metodológicos para revisão integrativa foram aceitos os seguintes artigos, livros e dissertações. O método utilizado na análise de dados foi a análise do conteúdo, uma das formas de organizar dados dentro da pesquisa qualitativa. De acordo com Bardin (2011, p.15), “a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Trata-se de um método focado no aprofundamento das vivências do sujeito, tornando-se crucial interpretar os dados corretamente e assim chegar a uma conclusão, baseando-se no referencial teórico utilizado.

As etapas do processo de análise foram divididas em pré-análise, exploração do material, inferência que é a técnica de tratamento dos resultados, técnica de análise, categorização e interpretação, sendo todos esses passos cruciais para o desenvolvimento e para a composição da conclusão do artigo (BARDIN, 2011). Para a utilização do método, três categorias foram divididas, sendo estas: Percurso histórico sobre Pandemia e suas repercussões; Aspectos biopsicossociais envolvidos no enfrentamento do isolamento social; Impacto na felicidade dos indivíduos frente a Pandemias.

Esse artigo seguiu e respeitou os princípios éticos metodológicos, que fundamentou o desenvolvimento teórico conforme a norma da pesquisa científica, investigando e interpretando os dados bibliográficos coletados através de fontes confiáveis, referenciando e destacando no artigo as ideias centrais dos autores, como forma de abranger um maior conhecimento sobre a temática proposta pelo artigo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados 112 artigos dos quais somente 28 foram incluídos. Ao avaliá-los quanto à ilegibilidade, 84 foram excluídos por serem pesquisas que fugiam do tema ou proposta do estudo. Sendo assim, apenas vinte e oito artigos fizeram parte da pesquisa, sendo 7 artigos na base de dados LILACS, 9 artigos na base de dados SCIELO e 8 artigos na base MEDLINE e 4 na base PEPISIC.

Os artigos incluídos, foram organizados por ordem alfabética de autores, sendo descrito o(s) autor(es), o ano de publicação e o título, conforme apresentado no quadro abaixo:

Nº	Ano	Autor	Título
1	2020	BEZERRA, A.C.V; SILVA, E.D.; SOARES, F.R.G.; DA SILVA, A. M.	Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19.
2	2020	BRASIL, Fundação Oswaldo cruz	Saúde mental e atenção Biopsicossocial na Pandemia covid-10.
3	2020	BRASIL, Tele saúde.	Qual a diferença entre surto, epidemia, pandemia e endemia?
4	2020	BRASIL, Sociedade Brasileira de Infectologia.	Informe da Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) sobre a nova corona vírus.
5	2020	BITTENCOURT, R. N	Pandemia, isolamento social e colapso global.
6	2020	BRASIL, OMS/OPAS.	COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)
7	2017	CAMPOS, P. P.; ROJAS, M. F.	A produção científica sobre a felicidade em periódicos brasileiros.
8	2020	CANUTO, P. J.; LIMA, L. DE S.; BARBOSA, H. C. V.; BEZERRA, K. A.	Repercussões do isolamento social diante da pandemia covid-19: abordando os impactos na população.
9	2021	DE OLIVEIRA et al	Impactos do isolamento social na saúde mental de idosos durante a pandemia pela Covid-19.
10	2020	DE SOUZA, R. A. D.; DE SOUSA, R.B.; REIS, L.C	O trabalho e a classe trabalhadora em tempos de pandemia da COVID-19.
11	2020	DIAS, J.A. A.; DIAS, M.F.S.L, OLIVEIRA, ZM, et al.	Reflexões sobre distanciamento, isolamento social e quarentena como medidas preventivas da covid-19.
12	2020	FARO, A et al.	COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado.
13	2021	FARIAS, M.N.; JUNIOR, J.D.L.	Vulnerabilidade social e Covid-19: considerações com base na terapia ocupacional social.
14	2020	FONSECA, R. P. O et al	Da proximidade ao distanciamento social: desafios de sustentar a lógica da atenção psicossocial em tempos de pandemia.
15	2020	LIMA, R. C.	Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental.
16	2020	Ministério da Saúde [MS]	Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo Coronavírus 2019-nCoV: Centro de operações de emergências em saúde pública (COE-nCoV).
17	2020	Ministério da Saúde Italiano	Sanções mais duras para quem não respeita as medidas restritivas [em italiano].
18	2020	OLIVEIRA, R. G et al.	Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural
19	2020	PEREIRA, M. D et al.	A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: Uma revisão integrativa.
20	2020	PITANGA, BECK, PITANGA,	Inatividade física, obesidade e COVID-19: perspectivas entre múltiplas pandemias.
21	2020	RIBAS. A.R; NAPIMOGA, M; DONALISIO, M. R.	Análise da gravidade da pandemia de Covid-19.
22	2021	REIS, M.A.O et al.	Impactos na saúde mental por distanciamento e isolamento sociais pela

			COVID-19: uma perspectiva brasileira e mundial.
23	2019	RIBEIRO, D	A Pirâmide da Felicidade
24	2020	SANTANA et al.	Alterações psicológicas durante o isolamento social na pandemia de covid-19: revisão integrativa.
25	2010	SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M.	O estudo científico da felicidade e a promoção da saúde: revisão integrativa da literatura.
26	2014	SIMÕES, F. S; HORITA, F.H.S.	Direito à busca da felicidade: uma breve reflexão sobre direitos fundamentais sociais e políticas públicas.
27	2020	SOUZA, D. d O.	A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social.
28	2021	SOUZA, M. C.d C	O Estado e o turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID-19

Fonte: Pesquisador, 2020.

Estima-se que entre um terço e metade da população exposta a uma epidemia/pandemia pode vir a sofrer alguma manifestação psicopatológica, caso não seja feita nenhuma intervenção de cuidado específico para as reações e sintomas manifestados. Entretanto, é importante destacar que nem todos os problemas psicológicos, físicos e sociais apresentados poderão ser qualificados como doenças. A maioria será classificada como reações normais diante de uma situação anormal (FIO CRUZ, 2020).

As pandemias e epidemias fazem parte do processo histórico e marcam períodos de rupturas, instabilidades e mudanças complexas na sociedade. Atualmente, o mundo passa por outro período de pandemia, o da COVID-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) (OLIVEIRA et al, 2020; SANTANA et al, 2021). Devido à sua alta gravidade clínica e transmissibilidade, em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência internacional de saúde pública e no dia 11 de março, a pandemia foi oficializada, tendo assim suas repercussões e dificuldades (FARIAS; JUNIOR, 2020; REIS et al, 2021).

Pode-se perceber que a pandemia é um tipo de episódio de uma determinada doença em que se espalha ligeiramente e isso faz com que a saúde mental e psicossocial da população seja afetada pois é algo com incertezas e confusa, entende-se que de uma certa forma é novo para a população e a mesma não sabe como reagir (BRASIL,2020). As pessoas nesses tempos de crises pandêmicas são em sua grande maioria afetadas no que tange seu bem-estar, psicossocial e mental, ocasionando depressões, infelicidade e medo, pois ao ser diagnosticados com COVID-19, eles são classificados como descartáveis e supérfluos. É de se questionar a importância que se tem este para sua saúde mental, corporal e social.

As políticas de saúde mental e a atenção psicossocial no Sistema Único de Saúde (SUS), têm relação direta com a ideia-proposta-projeto-movimento-processo, diante das problemáticas em que

estamos vivenciando, foi necessário se fazer uma reformulação em parceria com os CAPSi, para um melhor acompanhamento a estes pacientes diagnosticados com COVID-19 que necessitam do atendimento mental e psicossocial (SOUZA, 2020).

E percebido que dificuldades perante a atuação nos serviços que antes eram presenciais, defronta-los com um dilema que de um lado implica-os o reconhecimento da clínica da saúde mental que se esforça pela prestação de serviços com o objetivo de promover mudanças através do encontro qualificado entre e os sujeitos que necessitam de cuidados e os sujeitos que cuidam e de outro lado com a necessidade de cumprir-se a medida comunitária de afastamento como forma de proteger a população de um risco eminente de contágio do coronavírus.

O isolamento social é quando ocorre a separação de uma única pessoa ou de um grande grupo da sociedade. Tendo em vista isto existem alguns conceitos utilizados em cima de um isolamento social que acabam andando em conjunto muitas vezes, que é o distanciamento social, a quarentena e o sistema lockdown (BRASIL, 2020). Tendo em vista que o isolamento social se denomina como uma separação de um indivíduo da sociedade e da sua rotina de vida, existindo alguns tipos que se podem caracterizar um isolamento social, visto que eles podem se dividir entre um isolamento que vem por causa de alguns problemas psicológico onde na qual é bem exposto nos dias atuais como a depressão, ansiedade causando no indivíduo um sentimento de se auto isolar.

A forma de se isolar involuntariamente se denomina um isolamento onde o indivíduo precisa se isolar de forma segura em meio a algum tipo de epidemia ou pandemia, onde na qual evita uma forma de contaminação em massa de alguma patologia que esteja pondo em risco a saúde do indivíduo, sendo assim uma estratégia mais eficaz de barrar a proliferação e preservar a saúde do mesmo. Dessa maneira, o isolamento social aumentou os índices de problemas que atingiram mental da população trazendo consigo a dificuldade de comunicação, contato em principal com a família trazendo consigo grandes impactos pra sociedade evoluindo para crises de ansiedade, síndrome do pânico, depressão levando até o suicídio.

No caso de idosos que já enfrentam transtornos psiquiátricos, a vulnerabilidade é ainda maior, apresentando-se na exacerbação da angústia e depressão (OLIVEIRA et al 2020). Como apresenta outro estudo, em que numa cidade na China, a população que apresentou sintomas psicológicos mais severos, foram as pessoas mais velhas, devido, segundo os entrevistados, a idade média de morte pelo coronavírus ser de 55 anos. Além disso, eles se sentiam ansiosos só em pensar na possibilidade de se infectar. Nesse contexto, percebe-se que de qualquer forma a ansiedade é um sentimento predominante na população que está em isolamento (SANTANA et al., 2020).

À ansiedade definida como a antecipação de uma ameaça futura, sendo normalmente vivenciada pelos indivíduos, porém essas sensações podem se intensificar e persistirem ao longo de

todo o distanciamento social, tendendo a agravar o estado de ansiedade (SANTANA et al., 2020). De acordo com estudo do autor SANTANA et al (2020) e OLIVEIRA et al (2020) a ansiedade vem se intensificado cada dia mais diante do isolamento social em todas as faixas etárias de idade, mas com mais ênfase com questão de maior vulnerabilidade os idosos, trazendo consigo grandes problemas psicológicas, visto que ela é uma das que se torna cada dia mais agravantes para a população e a mais abordada nos últimos tempos no cenário pandêmico.

Tendo em vista que o período de pandemia transformou a vida de toda a população, através das mudanças de hábitos e comportamentos, aproximando assim, a comunidade ao meio científico. Com isso, a atenção com a saúde mental mediante estratégia de alerta para sinais e sintomas são cuidados essenciais para um cenário futuro. (BEZERRA et al., 2020). Estima-se que um terço ou metade da população mundial apresente algum tipo de transtorno mental, manifestando-se conforme a força do evento e o estado de vulnerabilidade social, o tempo e a efetividade das ações governamentais no contexto social ao longo da pandemia de COVID-19 (PITANGA, BECK, PITANGA, 2020; PEREIRA et al., 2020).

Do ponto de vista intrínseco, o isolamento social impactou primariamente na diminuição da interação social, onde os meios de trabalho aderiram ao ambiente virtual, com rotina e local laboral em consonância com a ambiência familiar, repercutindo também nas relações familiares e no aumento da tensão doméstica. Um outro aspecto refletido foram as relações estudantis, com aulas virtuais, interferindo no modo de aprendizagem, no lazer dos indivíduos, nas relações sociais, podendo aumentar a ansiedade e sensação de frustração (REIS et al, 2021; CANUTO; LIMA; BARBOSA; BEZERRA, 2020).

Pensando nas consequências do isolamento, não se pode deixar de citar que além do impacto econômico e na dimensão social, percebe-se um abalo na dimensão emocional dos indivíduos. À vista disso, conforme o evidenciado, é necessário pensar em estratégias de enfrentamento e intervenções que incluam as dimensões sociais e psicológicas (PERREIRA et al., 2020). Assim, é de extrema importância buscar meios e ações para intervir o biopsicossocial de quem necessita de acolhimento (FARO et al, 2020; SIMÕES; HORITA, 2014).

O mecanismo de distanciamento social e o alto nível de estresse relacionado impactaram significativamente quanto ao tocante do aumento da violência doméstica. Na China, segundo Vieira e colaboradores (2020) os registros de denúncias contra mulheres triplicaram durante a pandemia. Já no Brasil, apenas durante o mês de março houve um crescimento de 18% nas denúncias. Os fatores que estão relacionados a tal situação são: estresse, fatores extrínsecos, a falta de divisão de tarefas adequadas, e o próprio regime de home office, causando assim uma maior tensão no ambiente familiar. Existem diversos fatores que possam contribuir para o grande número de violências

relatadas e denunciadas durante a pandemia, o período de isolamento social no qual muitas pessoas vêm ficando sobrecarregadas e desmotivadas, contudo, acarretando diversos conflitos familiares (CANUTO; LIMA; BARBOSA; BEZERRA,2020).

A manutenção das redes de apoio social durante a quarentena também é essencial para a saúde mental, já que a ruptura das conexões sociais e físicas é um importante facilitador de impactos psicológicos negativos.

A exposição que os indivíduos se encontram afeta a maneira como ele se visualiza no mundo contribuindo para que sintomas físicos e transtornos mentais sejam evidenciados pela possibilidade de morte de si ou daqueles que amam e de estarem expostos ao vírus, assim como pelo impacto de todas as mudanças do funcionamento social de trabalho, desemprego, distanciamento social que foram decorrentes da pandemia (RIBEIRO,2019).

Fonseca, et al., (2020), enfatiza que a pandemia evidentemente, agravou algumas expressões da questão social, especialmente, o desemprego. Sendo também que todo esse processo é a favor das medidas de prevenção (como o afastamento social) e a famigerada defesa da economia, sob o subterfúgio de que a bancarrota (e a miséria que supostamente surge daí) mataria mais do que a COVID-19, gerando todo um processo de desgaste humano tanto o psicossocial como o mental e no estado de felicidade das pessoas (FONSECA et al., 2020).

Já os autores De Sousa; Reis et al., (2020), disseram que apesar do desgaste humano, ser psicossocial ou mental, mesmo tendo gerado este grande índice de desemprego, e grande quantidade de mortes pelo o COVID-19 no mundo, deu-se oportunidade para o crescimento financeiro dos empresários, com vendas de seus produtos de forma virtual e auxílio dos governos federais em nosso país, mas que é de extrema necessidade o isolamento social para combater o vírus e as dificuldades de resistência são imensas, mas somente a partir da organização e da luta da classe trabalhadora é possível barrar os ataques e colocar as necessidades sociais em primeiro plano.

No Brasil, a COVID-19 culminou na redução do agravamento da crise empresarial, do PIB setorial, e no fechamento de muitos empreendimentos que servem de suporte à atividade, em todas as regiões do país (SOUZA, 2021). De acordo com a autora, entende-se que a prática turística do nosso país foi afetada, pois o turismo acontece na troca de serviços e bens e no deslocamento temporário de pessoas/usuários, tendo a necessidade de promover ações de integração e o seu planejamento de atividades deve-se ser bem estruturada totalmente e infelizmente, a pandemia não permite, pelo fato do seu isolamento, desemprego, bem-estar e saúde mental afetada.

A felicidade está presente na linha de discussões das mais diversas áreas do conhecimento dos seres humanos. Sua multiplicidade, enredamento de definição e mesmo as variadas formas de entendimento do que venha a ser, mudam de acordo com a ciência que visualiza os indivíduos que

sobre ela estudam e as causas políticas e sociais que são levadas em considerações na análise do que venha a ser felicidade para certo público ou em um dado local, país (SIMÕES; HORITA, 2014).

Quanto aos efeitos do isolamento na saúde física, psicológica e no estado da felicidade das pessoas que enfrentaram essas condições, a literatura aponta que ocorre uma alteração no estado humoral e sentimentos de medo, angústia, depressão, baixa autoestima, dificuldades de relação interpessoal e interferindo na felicidade desses indivíduos, além de um quadro de hipotensão, hipotonia, alterações cardiovasculares e obesidade o que impacta diretamente na percepção da felicidade (PITANGA, BECK, PITANGA, 2020)

A felicidade é um estado durável de plenitude, satisfação e equilíbrio físico e psíquico de um indivíduo, isso reflete muito na condição que ele se vê no seu cotidiano. Nossa sociedade nos vem ensinando que a realização de nossos desejos é a visto como felicidade. Isso afeta muito na mudança radical de hábitos e vem a trazer consequências como por exemplo depressão dentre outras várias possibilidades.

Não se está preparado para a recepção de uma epidemia ou pandemia e seus desencadeadores como o isolamento social o distanciamento seja ele social ou não, seus protocolos que são a cada dia reinventado e melhorado de acordo com as necessidades e experiências vividas, o que leva a efeitos e alterações fisicamente, mentalmente e socialmente.

CONCLUSÃO

Conclui-se com o estudo que o isolamento social ocasionado diante de uma pandemia, leva a situação de comprometimento da saúde física e mental dos indivíduos, levando ao desenvolvendo de doenças como ansiedade, depressão, distúrbios do sono, transtornos alimentares dentre outros. Os cuidados na saúde física e sobretudo na mental devem ser redobrados especialmente neste contexto, pois o isolamento social vem carregado de medo, incerteza com o futuro, mudança no ritmo das relações sociais. Levando em conta a definição do bem-estar biopsicossocial, cada indivíduo terá sua relação com a felicidade de certa forma abalada pelo isolamento, por terem suas rotinas mudadas e a privação do convívio social e diante das alterações físicas, psicológicas e sociais.

REFERÊNCIAS

- CANUTO, P. J.; LIMA, L. DE S.; BARBOSA, H. C. V.; BEZERRA, K. A. **Repercussões do isolamento social diante da pandemia covid-19: abordando os impactos na população.** Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, p. 122 -131, 18 jun. 2020.
- BEZERRA, A.C.V; SILVA, E.D.; SOARES, F.R.G.; DA SILVA, A. M. **Fatores associados ao comportamento da população durante o isolamento social na pandemia de COVID-19.** Ciênc. saúde coletiva 25 (suppl 1) • Jun 2020 • <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10792020>
- BRASIL, Fundação Oswaldo Cruz. **Saúde mental e atenção Biopsicossocial na Pandemia covid-10.** MS, Brasília, 2020.
- BRASIL, Tele Saúde. **Qual é a diferença entre surto, epidemia, pandemia e endemia?** São Paulo, 2020.
- BRASIL, Sociedade Brasileira de Infectologia. **INFORME DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE INFECTOLOGIA (SBI) SOBRE O NOVO CORONAVÍRUS,** São Paulo, 2020.
- BITTENCOURT, R.N. **Pandemia, isolamento social e colapso global.** Rev. espaço acadêmico, Brasil, 2020.
- BRASIL, OMS/OPAS. **Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus.** BRASIL, 2020.
- CAMPOS, P. P.; ROJAS, M. F.; **A produção científica sobre a felicidade em periódicos brasileiros. Revista ensaios pioneiros.,** SP, 2017.
- DE OLIVEIRA et al. **Impactos do isolamento social na saúde mental de idosos durante a pandemia pela Covid-19.** Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v.4, n.1, p.3718-3727 Jan/Feb. 2021.
- DE SOUZA, R. A. D.; DE SOUSA, R.B.; REIS, L.C. **O trabalho e a classe trabalhadora em tempos de pandemia da COVID-19.** PEGADA-A Revista da Geografia do Trabalho, v. 21, n. 3, p. 195-214, 2020.
- FARIAS, M.N.; JUNIOR, J.D.L. **Vulnerabilidade social e Covid-19: considerações com base na terapia ocupacional social.** Cad. Bras. Ter. Ocup. 29 • 2021 • <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoEN2099>
- FARO, A et al. **COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado.** Estud. psicol. (Campinas) 37 • 2020 • <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>
- FONSECA, R. P. O et al. **Da proximidade ao distanciamento social: desafios de sustentar a lógica da atenção psicossocial em tempos de pandemia.** Health Residencies Journal-HRJ, v. 1, n. 1, p. 48-64, 2020.
- LIMA, R. C. **Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental.** Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 30(2), e300214, 2020.
- Minayo, M. C. S. (2009). Pesquisa social: teoria, método e criatividade, 28ª ed. Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Saúde [MS] (Brasil). **Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo Coronavírus 2019-nCoV: Centro de operações de emergências em saúde pública (COE-nCoV).** Ministério da Saúde, Brasília, 2020.

Ministério da Saúde Italiano. **Sanções mais duras para quem não respeita as medidas restritivas** [em italiano]. MS Itália, 2020.

OLIVEIRA, R. G et al. **Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural**. Cadernos de Saúde Pública, v. 36, p. e00150120, 2020.

PEREIRA, M. D et al. **A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento: Uma revisão integrativa**. Research, Society and Development, 2020.

PITANGA, F.G; BECK, C.C; PITANGA, P.S. **Inatividade física, obesidade e COVID-19: perspectivas entre múltiplas pandemias**. Rev Bras Ativ Fís Saúde. 2020.

REIS, M.A.O et al. **Impactos na saúde mental por distanciamento e isolamento sociais pela COVID-19: uma perspectiva brasileira e mundial**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, 2021, 13(2), e6535. <https://doi.org/10.25248/reas.e6535.2021>

RIBEIRO, D. **A Pirâmide da Felicidade**. Edição: 1.^a Tiragem, 2019.ISBN: 978-989-20-9307.

RIBAS. A.R; NAPIMOGA, M; DONALISIO, M. R. **Análise da gravidade da pandemia de Covid-19**.SciELO - Scientific Electronic Library Online, São Paulo SP - Brazil, 2020.

SCORSOLINI-COMIN, F.; SANTOS, M. **O estudo científico da felicidade e a promoção da saúde: revisão integrativa da literatura**. Revista Latino-Americana de Enfermagem, v. 18, n. 3, p. 472-479, 1 jun. 2010.

SIMÕES, F. S; HORITA, F.H.S. **Direito à busca da felicidade: uma breve reflexão sobre direitos fundamentais sociais e políticas públicas**. Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM [REGRAD] UNIVEM: Marília-SP n. 1 2014.

UJVARI, S.C. **Pandemias a humanidade em risco**. Pinsky, Sp Brasil,2011.

SANTANA et al. **Alterações psicológicas durante o isolamento social na pandemia de covid-19: revisão integrativa**. REFACS (online) Jul/Set 2020; 8(Supl. 2):754-762

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa: o que é e como fazer**. Einstein (São Paulo), vol. 8, nº 1, 102-106, março 2010. São Paulo.

SOUZA, D. d O. **A pandemia de COVID-19 para além das Ciências da Saúde: reflexões sobre sua determinação social**. Ciência & Saúde Coletiva, v. 25, p. 2469-2477, 2020.

SOUZA, M. C.d C. **O Estado e o turismo no Brasil: análise das políticas públicas no contexto da pandemia da COVID-19**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 15, 2021.

CAPÍTULO 8

TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: LIBERDADE E INCLUSÃO SOCIAL

Ana Victória Nicolau da Silva

Isabela Bezerra Ribeiro

Tadeu Lucas de Lavor Filho

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se define como um transtorno do neurodesenvolvimento, no qual ocorrem limitações no desenvolvimento intelectual e interação social. De acordo com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE, 2017), o número de casos de autismo vem crescendo, alguns anos atrás a média estipulada era de 500 mil pessoas com TEA, atualmente aponta-se que a cada 100 crianças uma têm autismo.

Segundo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM (APA, 2014), as pessoas com TEA são caracterizadas por possuir danos que comprometem a comunicação e interação social recíproca, sendo essas chances menores ou inexistentes de competência inicial de contatos e troca de afetos, o que em alguns casos acontece apenas reprodução de ações já reparados, também contém hábitos repetitivos, seja em falas, comportamentos e atitudes, recorrências ao apego sobre determinados objetos, atividades e até mesmo pessoas, dificultando seu desenvolvimento coletivo diário.

O TEA é caracterizado enquanto doença crônica, sem causa definida, apesar de serem identificados fatores hereditários e sociais. Os tratamentos multidisciplinares auxiliam os sujeitos a não serem tão comprometidos pelos sintomas que apresentam, porém não existe uma cura para tal (PINTO et al., 2016).

O trabalho multidisciplinar se faz extremamente necessário, pois diversos profissionais podem contribuir para a adaptação e superação de dificuldades na vida dos indivíduos e das famílias. A equipe buscará meios de promover uma vida mais nobre, integrando atividades que poderão qualificar o processo de desenvolvimento social para as pessoas, abrangendo crianças e adolescentes com TEA. O psicólogo além de auxiliar família e indivíduo, poderá também orientar toda a equipe diante de alguns caso e situações específicas, assim como explicar modos que facilitarão a absorção e aprendizagem dessas crianças e adolescentes (SOUZA et al., 2004).

Atualmente, ainda se torna um fato recorrente a dificuldade dos pais em aceitarem o diagnóstico revelado pelo médico psiquiatra, neste momento levando em consideração a mãe, acaba

mantendo uma certa resistência diante do processo de aceitação por, ao estar gestante, imaginar seu/sua filho(a) de uma forma onde não tenha algumas limitações, tais essas que não são em conformidade com o almejado (CONSTANTINIDIS; SILVA; RIBEIRO, 2018).

Algumas mães acreditam que são capazes de serem as únicas que conseguem compreender o(a) filho(a) autista, elas se tornam mães vigilantes estando sempre presente no seu desenvolvimento e buscando meios que facilitem a comunicação e o desempenho diante de 13 certas atividades e procurando dar o maior suporte possível para a realização dos mesmos, como ir além de costumes sociais de diálogo. Entretanto, ainda mantém a preocupação de como será o futuro do(a) filho(a) por receio de não ser bem tratado por outras pessoas. O pai tende a visualizar o(a) filho(a) futuramente ainda dependente, o que causa um desconforto por ser preciso estar sempre aos cuidados, dessa forma as mães acabam que convertendo a situação e tomando toda a responsabilidade para si (FADDA; CURY, 2019).

Se tratando da relação familiar com o ambiente escolar novas barreiras aparecem, a falta de preparo dos professores e gestores e as expectativas da família são pontos importantes a se considerar para compreender o processo de desenvolvimento desses sujeitos. O profissional psicólogo, para além de entender essa dinâmica, também deve estar ciente dos direitos da pessoa com TEA.

De acordo com o art. 3º da lei nº 10.764, de 27 de dezembro (BRASIL, 2012), a pessoa com transtorno Espectro Autista possui direito de obter proteção em oposição a qualquer aspecto abusivo ou de exploração, sendo garantida assim uma vida digna, com totalidade moral e física, assegurando a obtenção da autonomia na sua aprimoração da personalidade, com entretenimento e segurança, e com seguimento no acesso de forma universal e integral a todas as ações e equipamentos de saúde para que assim consiga obter atendimento adequado, desde informações e diagnóstico precoce ao tratamento medicamentosos e acompanhamento multiprofissional. Além disso, dispõem também de inclusão a educação, ao comércio profissional, a previdência e assistência social, e acesso a domicílios, incluindo residências de amparo quando necessário.

O interesse pela temática advém do estudo de psicologia e psicologia do desenvolvimento infantil, enquanto discente do curso de psicologia, assim como também teve origem a partir de experiências vivenciadas no equipamento de assistência APAE, que com profissionais especializados acolhe crianças e adolescente com necessidades especiais.

As pessoas com TEA, possuem uma dificuldade maior quando se trata de aprendizagem e desenvolvimento escolar, geralmente essas pessoas costumam aprender de forma mais eficaz através da técnica de associação, sendo assim, realizando a reprodução de ações e atividades observadas por elas (LUZ; GOMES; LIRA, 2017). Problematiza-se que mesmo com a inclusão garantida por lei,

algumas escolas não conseguem adaptar a dinâmica de sala de aula para receber essas crianças e adolescentes.

Dessa forma, é de suma importância que haja uma demonstração do que será executado acompanhada de uma explicação prática, é preciso também que seja levado em consideração que a pessoa com TEA não tende a generalizar de forma natural as informações recebidas, ficando carecendo de um cuidado mais singular. É relevante pontuar que a relação professor-aluno se torna bastante considerável, de modo que o professor passa uma segurança para o aluno e assim consiga obter um certo controle diante de seus comportamentos impulsivos (LUZ; GOMES; LIRA, 2017).

OBJETIVOS

Objetivo geral

- Compreender como pais e responsáveis percebem as limitações para a realização da inclusão social das pessoas com Transtorno do Espectro Autista.

Objetivos específicos

- Conhecer as vivências de crianças e adolescentes com o Transtorno do Espectro Autista;
- Identificar possibilidades e analisar os meios de inclusão social para crianças e adolescentes autistas;
- Compreender o processo de adaptação dos pais diante dos obstáculos sociais

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada com questionários online a qual, teve como foco três cidades cearenses: Jaguaribe, Icó e Iguatu. A motivação pelo levantamento de dados diz respeito a formação recente de psicólogos na região. Acredita-se contribuir com os dados desta pesquisa na formação de profissionais psicólogos que pretendem atuar com crianças com desenvolvimento atípico, suas famílias e os ambientes que estas frequentam.

Os participantes foram escolhidos de forma aleatória sendo estes os responsáveis por crianças e adolescentes autistas, objetivando compreender as dificuldades diante do processo de descoberta e de inserção social dos filhos que possuem o TEA. Participaram da pesquisa os pais que possuem pelo menos um filho com TEA e que tenha uma convivência diária estando presentes em todo o desenvolvimento e evolução do transtorno. Foram excluídos os pais que não têm contato diário com

o(a) filho(a), que não fazem o acompanhamento no tratamento e atividade ocupacionais em casa ou os pais que se recusarem a participar da pesquisa

A análise do questionário foi realizada com base na teoria de Bardin, seguindo os passos da análise categorial temática, por ser considerada uma técnica rápida, efetiva e clara. Deste modo, pode-se dizer que os dados são destacados da pesquisa, reagrupados em categorias temáticas para estes serem analisados conforme sua classe (BARDIN, 1977).

De acordo com Bardin (1977), o processo da análise se dá através de três etapas, sendo elas a pré-análise, que se caracteriza por fazer uma junção das ideias organizadas que irão ser úteis para a realização do planejamento das ações. Na pré-análise serão recolhidos todos os questionários, será feita uma leitura prévia por item, de forma a comparar os itens de cada questionário, na qual o pesquisador irá identificar proximidades e dissonâncias entre os relatos para identificar categorias sobre. A segunda etapa é caracterizada pela exploração de materiais onde começa os estudos dos processos de distribuição e listagem dos dados, nesta etapa o pesquisador irá fazer uma leitura aprofundada de cada questionário individualmente, identificando individualidades nas respostas para complementar e ratificar a escolha das categorias da análise. A terceira e última etapa é a do tratamento dos resultados, interferência e exploração, que se refere a ação de assimilar e envolver todo o material exposto dentro da tese coletada, nesta o pesquisador construirá a discussão dos dados junto ao referencial teórico apontado na revisão bibliográfica.

A pesquisa foi realizada tendo como base a resolução 510/2016, que apresenta normas em pesquisa científicas que envolvem seres humanos para que os participantes sejam preservados, levando em consideração o respeito a decência humana. A resolução enfatiza que todos os processos da pesquisa devem abordar princípios éticos, seguindo as praxes da pesquisa referentes a documentos e termos de assentimentos, apresentando somente informações relevantes, além também de afirmar que os participantes têm o direito de estarem informados sobre todos os processos da pesquisa, incluindo seus riscos e benefícios (BRASIL, 2016). O projeto da pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) por meio da Plataforma Brasil, para assim ser avaliado e em seguida, liberado pelo CAAE 36921820.6.0000.5048.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa foi realizada com 20 participantes, no qual o gênero dos participantes que prevaleceu foi do sexo feminino, sendo 16 mulheres e 4 homens, os quais se disponibilizaram a responder o questionário online, com faixa etária entre 31 e 48 anos. Dos 20 participantes, 15 se

identificaram como praticante de algum tipo de religião e 5 afirmaram que não praticam. Os dados relatados podem ser observados na tabela 1, abaixo.

Com relação a estrutura familiar 12 participantes declaram ter estrutura nuclear, que se designam como somente pais e filhos; 5 participantes têm família alargada, composta por pais, filhos avós/tios; 2 participantes têm família uniparental, estabelecida apenas pelo pai ou mãe com o filho; e 1 participante declarou o tipo de família como “outros”, trazendo a estrutura familiar incluindo, mãe, filho, avó, tios e primos. A partir dos dados obtidos, nesta amostra, notou-se uma variedade de composições familiares, contudo a maioria ainda se configura dentro de padrões da família nuclear.

Tabela 1 – Dados do questionário sociodemográfico

Participante	Gênero	Idade	Religião	Estrutura familiar
A	Feminino	36 anos	Praticante	Nuclear
B	Feminino	37 anos	Praticante	Nuclear
C	Feminino	37 anos	Praticante	Alargada
D	Feminino	35 anos	Praticante	Nuclear
E	Feminino	31 anos	Não Praticante	Nuclear
F	Feminino	32 anos	Não Praticante	Outros
G	Masculino	36 anos	Praticante	Nuclear
H	Feminino	39 anos	Praticante	Nuclear
I	Feminino	43 anos	Praticante	Nuclear
J	Feminino	46 anos	Praticante	Nuclear
K	Feminino	37 anos	Não Praticante	Nuclear
L	Feminino	39 anos	Não Praticante	Uniparental
M	Feminino	33 anos	Praticante	Nuclear
N	Feminino	33 anos	Não Praticante	Nuclear
O	Feminino	42 anos	Praticante	Alargada
P	Feminino	41 anos	Praticante	Nuclear
Q	Feminino	48 anos	Praticante	Uniparental
R	Masculino	35 anos	Não Praticante	Alargada
S	Masculino	40 anos	Praticante	Alargada
T	Masculino	42 anos	Praticante	Alargada

A busca do diagnóstico e em seguida a busca pelo tratamento, mostra-se como primeiros passos a serem tomados pelos participantes para dar continuidade ao processo de desenvolvimento das crianças e adolescentes com TEA, a qual a família investiga junto com o profissional e acaba fazendo parte também das atividades que auxiliarão o tratamento.

RELAÇÃO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

Com os dados obtidos na pesquisa, a maioria dos diagnósticos foram realizados por psiquiatras, pediatras e neuropediatras, juntamente com o acompanhamento do psicólogo. Alguns dos pais das crianças e adolescentes com autismos afirmam que quando receberam o laudo médico,

ficaram impactados com a notícia, porém logo procuraram meios que auxiliassem no processo de evolução. Conforme aparece nas respostas a seguir:

“Aos 2 anos, o neuropediatra que deu laudo”. (Participante H)

“Depois de várias idas aos médicos pediatras”. (Participante O)

“Através da Psicóloga e psiquiatra”. (Participante Q)

Em contrapartida, ao que diz respeito a relação com o diagnóstico, para alguns cuidadores a aceitação do diagnóstico foi mais flexível, na medida em que já haviam observado comportamentos que indicassem alguma alteração no desenvolvimento infantil. Como na descrição dos participantes:

“Sentíamos que nosso filho tinha algo, mas ao mesmo tempo fomos pegos de surpresa, devido a ele ter passado por duas pediatras, uma terapeuta ocupacional elas diziam que ele não tinha nada, que era apenas o tempo dele, foram alguns dias de luto até compreender o que é o autismo, sofremos muito, hoje é tranquilo”. (Participante E)

“Foi bem difícil, desmoronamos, mas pouco vivemos o luto, partimos pra luta!”. (Participante A)

É perceptível na pesquisa que todos os pais receberam o diagnóstico durante a infância, o qual variou entre 1 e 6 anos de idade, mesmo os sintomas sendo apresentados tempos antes do laudo dado pelo médico. Com isso, corroborando com o que diz o DSM-V (APA, 2014), é possível realizar tal diagnóstico a partir de um acompanhamento nos primeiros anos de vida. A crença espiritual apareceu em alguns discursos como importante para a aceitação do problema e investir em algum tratamento ou não, para os participantes J e G a fé ou crença diante de sua religião, os motivaram e os fortaleceram para seguir em frente e buscar o melhor para a criança. De acordo com Vêras, Vieira e Moraes (2010), a religião vem se tornando cada vez mais como uma fonte de amparo, para que as pessoas consigam se manifestar emocionalmente com a intenção de se fortalecerem diante de ocasiões que envolvam doença e luto.

“Não tive luto! Aceitei sem problemas! Procurei focar no tratamento dele. Busquei opções do que poderia ser feito naquele momento e eu estava ao meu alcance. Uma das coisas que foi crucial pra mim que ajudou muito foi a fé”. (Participante J)

“Conheço, mas não recebi (apoio psicológico), Jesus tem sido o melhor e sempre será” (Participante G)

Ainda sobre as aproximações com o DSM-V (APA,2014), notou-se que os dados da pesquisa vão de encontro aos sintomas apresentados pelas crianças com TEA, sendo os principais: déficit na interação social, dificuldade ao manter contato visual, sensibilidade a sons e o toque ou ação repetidos em excesso. Os participantes da pesquisa descreveram os primeiros sinais e sintomas que o fizeram buscar um diagnóstico para os filhos:

“A partir de 1 ano! Pouco contato visual, não atendia pelo nome, não verbal” (Participante A) “Tinha 6 anos de idade e foi quando eu percebi que ele falava e fazia muitas coisas várias e várias vezes e não gostava de barulho”. (Participante O)

“2 anos, percebi ao notar que ela tinha dificuldade de comunicação”. (Participante R)

“5 anos, não gostava muito de barulho, não gostava de se envolver muito com crianças que não conhecia, dificuldade na fala”. (Participante S)

Assim como Bosa (2006) aponta, um dos sintomas envolve a linguagem pode ocorrer um atraso verbal a depender do nível no espectro autista. Há alguns casos discriminados pelos participantes da pesquisa em que se percebeu essa maior dificuldade na linguagem, um dos sintomas que mais prevaleceu:

“Atraso na linguagem e dificuldade de interação, aos 2 anos de idade”. (Participante I)

“Percebi porque ele não interagiu com as outras crianças da mesma idade, não falava, porém gritava muito”. (Participante L)

Quando se fala em meios de tratamentos, 11 participantes descreveram acompanhamento multidisciplinar, com mais de um profissional, 5 mencionaram acompanhamento atual somente por um dos profissionais da equipe multidisciplinar e 3 relataram que, por causa do contexto atual de pandemia, não estava obtendo nenhum acompanhamento profissional como os participantes:

“Acompanhado pelo terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo e psicólogo”. (Participante B)

“Terapeuta ocupacional, psicóloga, psicopedagogos, fonoaudióloga. Neuropediatra (apenas de 6 em 6 meses). Nutricionista e pediatra (só quando há alguma ocorrência).” (Participante E)

“Apenas uma psiquiatra”. (Participante G)

“Somente o neuropsicólogo”. (Participante O)

“No momento nenhum”. (Participante M)

“Hoje nenhum por causa da pandemia”. (Participante T)

Para Carvalho e Nunes (2016), é importante a presença de uma equipe multidisciplinar para o desenvolvimento da criança ou adolescente, realizando uma junção do trabalho dos professores na escola e da família em casa. Os profissionais, além de auxiliarem os indivíduos com TEA, também são apoio para os familiares no processo de aceitação e de acompanhamento do tratamento dos filhos. Durante a pesquisa houve descrição de participantes que passaram por um acolhimento em momentos de angústias e orientação profissional, mais específico pelo psicólogo.

“Todos os profissionais que trabalham com o meu filho, desenvolvem um trabalho bem articulado com a família e a escola”. (Participante I)

“dicas de como ser tratado em casa e como ajudar no desenvolvimento. (Participante C)

“Sim, tive transtornos de ansiedade e síndrome do pânico quando recebi o laudo, fui acompanhada quatro meses e foi um trabalho magnífico.” (Participante K)

A família aparece enquanto fonte de cuidado para a criança e adolescente com TEA, contudo, muitas vezes, esta também é foco deste cuidado, seja pela assistência das políticas públicas aos responsáveis ou pela procura de serviços particulares.

Suporte das políticas públicas a família em forma de benefício

Nos dados coletados nessa pesquisa, foi observado alguns aspectos socioeconômicos a qual há uma variância com relação a renda das famílias dos participantes da pesquisa. Dos 20 participantes, 9 relataram receber até um salário-mínimo, 7 descreveram sua renda como de dois a três salários-mínimos e apenas 4 participantes declararam renda com três ou mais salários-mínimos. Dessa forma, é intrigante a percepção de que ainda há famílias que ainda não têm acesso totalmente as informações necessárias, como por exemplo as informações relacionadas a benefícios financeiros que é ofertado a crianças e adolescentes diagnosticados com TEA. Pode-se perceber isso a partir uma pergunta contemplada no questionário que se refere a benefícios financeiros:

De acordo com os resultados obtidos, 17 participantes afirmaram que não recebem nenhum tipo de benefício financeiro, enquanto 3 participantes relataram receber benefício financeiro, porém não identificaram de forma específica, apenas descreveram como aposento. Levando em consideração aos dados alcançados, foi entendido que mesmo com poucos participantes usufruindo do benefício financeiro, há também participantes que possuem uma renda familiar mensal baixa, revelando ser até um salário-mínimo para uma família que abrange mais de 3 pessoas, assim como os participantes M, P, Q, R e T, que residem com 4 a 6 pessoas.

Conforme a Lei nº 12.764 (BRASIL, 2012) a pessoa com TEA se designa por ter uma deficiência resistente frente a comunicação e interação social, no sentido de que há um déficit dentro dessas características, além de outros fatores em que se torna sintomas característicos. Dessa forma, de acordo com a lei nº 8742/93 nomeada como Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS (BRASIL, 1993), assim como o idoso com mais de 65 anos, a pessoa com deficiência também tem por direito, que receber um benefício financeiro, sendo este utilizado como amparo para PsDc que não possui suporte financeiro suficiente para garantir sua qualidade de vida.

Ainda de acordo com a lei nº 8742/93 (BRASIL, 1993), o benefício se conceitua como Benefício de Prestação Continuada (BPC) ofertado pelo Estado de forma para que auxilie na manutenção de utensílios necessários que o Sistema Único de Saúde (SUS) não pode ofertar e conforme atualizado 13.982/2020 (BRASIL, 2020), as pessoas recebem este auxílio têm que comprovar renda familiar per capita equivalente ou abaixo de 1/4 (um quarto) referente ao salário-mínimo.

Dinâmica familiar

Através dos relatos dos participantes, foi possível perceber que ainda há momentos em que se torna complicado a interação da criança com sua família, algumas crianças e adolescentes não conseguem se comunicar de forma clara, assim como também há casos de os próprios parentes chegarem a excluírem e entre outros fatos que chegam acontecer que de certa forma acabam que prejudicando o desenvolvimento da criança e adolescente com TEA, como os relatados a seguir:

“Muito complicada... pois é muito apegado, n brinca só, quer atenção p tudo, tem suas preferências, muito ansioso, flipes, um possível tod, tdha combinado...” (Participante D).

“Relação regular com parentes e colegas” (Participante L).

Por conseguinte, há momentos em que ocorre uma interferência na rotina dos participantes e sua família, a qual foi percebida através de uma pergunta em que os participantes relataram se os cuidados com a pessoa com TEA estariam a ponto de atrapalhar ou não a rotina:

Sete participantes afirmaram que sua rotina foi pouco atrapalhada após os cuidados com a criança e adolescente com TEA, também outros 7 participantes alegaram que os cuidados atrapalharam muito sua rotina, entretanto, 6 participantes relataram não ter interferência em sua rotina.

Segundo Silva, Vieira e Schneider (2016), por ser de grande importância a presença da família dentro de todo o processo de desenvolvimento da criança e do adolescente, a família fica também com a responsabilidade de auxiliar na inserção da pessoa com TEA dentro dos seus ambientes sociais, acompanhando e se fazendo sempre presente em sua rotina, buscando meios que promovam a proteção e formas de incentivo e estimulação para o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Levando em consideração esses aspectos presente na família, pode ser observado que em alguns casos a pessoa que passa mais tempo acompanhando ou a que fica responsável por cuidar e

orientar a criança ou adolescente durante o seu cotidiano acaba que por vezes dedicando todo o seu tempo e atenção como colocado por alguns participantes a seguir:

“A rotina mudou por completo, a dedicação a ele é maior agora, levar as terapias, a forma de ensinar as coisas com mais paciência e seguido de várias e várias repetições, entrar em seu mundo para que ele se desenvolva e para isso tivemos que estudar muito sobre o autismo. E esse estudo ainda continua até hoje.” (Participante E).

“Quando tive que adequar minha vida a dele, quando tinha horário pra tudo, quando tive que me dedicar mais e da tudo que tinha” (Participante K).

“De início sabia que tinha muita dedicação e dar bastante atenção a criança” (Participante P).

Contudo, outro aspecto observado durante a pesquisa e que é bastante relevante, são as pessoas intituladas como responsáveis pela criança e adolescente durante seu dia a dia, que passam mais tempo acompanhando seu processo e auxiliando no seu desenvolvimento. Treze participantes afirmaram que quem passa mais tempo com a criança ou adolescente com TEA é a mãe, 3 participantes relataram que o irmão ou irmã convivem mais com estes, os avós apareceram como cuidadores principais no relato de 2 participantes, enquanto o pai apareceu na descrição de 2 participantes.

É perceptível que quem toma mais a responsabilidade para si é a própria mãe, no sentido de estar sempre a frente dos cuidados rotineiros e se dedicar mais. De acordo com Lemos et al. (2016), os papéis dentro da família não são distribuídos de forma justa, levando em consideração o casal, a mulher recebe mais responsabilidades e em alguns casos não recebem amparo do marido.

“Você olha pra aquele filho que foi tão esperado e desejado, e começa a desfazer os planos. Agora ele dependerá unicamente de mim como mãe. Se eu fosse resumir em uma frase eu diria que unificamos nossas vidas é uma só a parti do diagnóstico. A mãe deixa de existir os sonhos desfeitos por tempo ilimitado. Desde o momento do diagnóstico a nossa vida não é mais a mesma.” (Participante J)

“Luto todos os dias pelo meu filho e me sinto as vezes sozinha nesse barco” (Participante L)

Assim como a família, é interessante enfatizar o quão relevante é a presença de aspectos sociais no cotidiano da criança e do adolescente com TEA, que tanto a inserção em ambientes públicos e privados, como a inclusão dentro de grupos da sociedade na tentativa de buscar interação social, irão contribuir para o seu desenvolvimento cognitivo.

Sobre a interação social e a escola

O desenvolvimento da criança submete-se a determinados momentos do seu meio, do ambiente em que está inserido e das pessoas com quem interagem, ou seja, na medida em que a criança ou adolescente for estimulado e auxiliado a realizar certa atividade há uma possibilidade de que esta consiga se desenvolver melhor através do auxílio recebido. Dessa forma é considerável que no ambiente escolar o professor consiga mediar as interações sociais da pessoa com TEA e seus colegas (LEMOS; SALOMÃO; RAMOS, 2014).

Através dos resultados obtidos, pode-se analisar através de uma pergunta sobre a relação escolar, que há uma dificuldade de interação social da criança e adolescente com TEA para com seus colegas de escola e seus professores, assim como também há um preconceito vindo da parte de seus colegas ao ver que em alguns momentos ocorre a exclusão social.

“Dificuldade de socialização ele é verbal agitado ansioso”. (Participante M)
“frequenta a apae, dificuldade no início por ser agressivo, hoje está mais tranquilo, porém ainda é um pouco fechado”. (Participante P)

“Ainda não consegue fazer longos laços de amizade por, as vezes, não demonstrar interesse no outro”. (Participante R)

“Complicada, porque ele não consegue interagir bem com todo mundo”. (Participante S)

Entretanto, em cada criança e adolescente existe uma subjetividade diferente. Cada pessoa tem experiências singulares das outras pessoas, e assim como uma criança ou adolescente com TEA pode ser de certa forma um pouco retraído, sem conseguir manter muito contato, outras já podem ter uma evolução maior nesses casos, como é apresentado nos relatos a seguir:

“Bem tranquilo, a turminha é a mesma desde o primeiro ano na escola, eles amam ela, ajudam ela, e os professores e profissionais buscam constantemente pela inclusão na escola, a escola disponibiliza de uma Terapeuta ABA, onde a mesma dar suporte a criança, aos profissionais e famílias”. (Participante A)

“Um pouco tranquila, faz o quer na hora que quer, gosta de um único amigo, adora matemática e inglês, adora jogos de competição”. (Participante D)

“vem dando certo pois respeitam ele”. (Participante G)

“Uma relação muito boa de amor e carinho”. (Participante H)

“Tem ótima relação”. (Participante K)

Além dessas dificuldades sociais e interativas no ambiente escolar, os participantes da pesquisa também relataram em algum momento já passarem por situações constrangedoras. maior

parte dos participantes alegaram que já passaram por alguma situação de constrangimento na rua sendo 17 participantes, e somente 3 relatam que não passaram por essa experiência.

A prevalência do preconceito ainda se torna um fator comum dentro da sociedade em que vivemos, as pessoas são acostumadas com o dito “normal”, com o padrão imposto pela sociedade de certo e errado. De acordo com Cardoso e Françoze (2015), há uma escassez nas informações sobre o autismo no Brasil, causando uma resistência ainda maior nas pessoas por terem em mente que crianças autistas geralmente são todas agressivas, impulsivas, que não se desenvolvem em aprendizagens, ocasionando a exclusão social das pessoas com TEA.

CONCLUSÕES

Podemos notar uma frequente difusão sobre os aspectos do desenvolvimento atípico e, em relação ao autismo, uma busca por conhecimento e direitos de pessoas com TEA. Os familiares da criança e adolescente com TEA desta pesquisa conseguiram obter o diagnóstico após várias consultas com profissionais especializados, passando pelo processo de investigação de todos os sintomas apresentados e assim como além do diagnósticos, os profissionais também auxiliaram da mesma forma no processo de aceitação e tratamento, demonstrando o quanto é importante nessas situações a família receber um apoio para compreender, dar início ao tratamento e colaborar com o mesmo nas atividades que irão demandar mais atenção dos cuidadores.

Ainda sim notou-se que as informações para este público, expõe algumas falhas nas informações diante de seus direitos frente ao suporte financeiro que é ofertado pelas Políticas Públicas. Além disso, é importante apontar as dificuldades de relações da criança e do adolescente com TEA, mesmo que com alguns familiares e é neste momento em que a pessoa responsável busca proporcionar momentos de inclusão para que a criança e adolescente consiga se familiarizar mais e assim obter um desenvolvimento mais acelerado.

Um fator interessante a ser apresentado ainda no segundo ponto, é o quanto ainda é muitas vezes a mãe quem fica com toda a responsabilidade para si, por muitas vezes não ter apoio de outros familiares, do próprio marido, ou até mesmo por se sentir no dever de tomar a frente para garantir a proteção da pessoa com TEA.

Também pode-se notar a percepção dos responsáveis sobre a dificuldade de interação de algumas crianças e adolescentes, enquanto há outros que já conseguem serem mais flexíveis, o que requer uma compreensão de que cada pessoa com TEA tem seu processo de desenvolvimento e que tudo também se submete ao apoio e auxílio recebido durante a sua rotina.

Acredita-se que os objetivos deste trabalho foram alcançados, levando em consideração de que essa pesquisa não se pretende ser exaustiva sobre a temática, mas sim abrir caminhos para outras pesquisas, que utilizem de outros métodos. Tendo em vista que as contribuições refletem os dados da amostra da região, propõem-se que os próximos estudos possam alcançar uma relação mais ampla, pressupondo que a temática é muito válida a profissão da psicologia e áreas afins da saúde e educação.

REFERÊNCIAS

- APAE (BRASIL). **Número de pessoas com autismo aumenta em todo o Brasil**: Dados oficiais revelam que uma a cada 100 crianças nasce com o transtorno. BRASIL: Federação Nacional das Apaes, 31 jul. 2017. Disponível em: <http://apaebrital.org.br/noticia/numero-depessoas-com-autismo-aumenta-em-todo-o-brasil>. Acesso em: 30 set. 2020.
- BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 1977, p. 153-154.
- BONI, V.; QUARESMA, S. J.. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. de 2005.
- BOSA, C. A.. Autismo: intervenções psicoeducacionais. **Rev Bras Psiquiatr.**, São Paulo, SP, v. 28, 2006.
- BOSA, C. A.; LAMOGLIA, A.; STEYER, S. A Importância da Avaliação de Programas de Capacitação para Identificação dos Sinais Precoces do Transtorno do Espectro Autista – TEA. **Trends Psychol.**, Ribeirão Preto, SP, v. 26, n. 3, p. 1395-1410, 2018.
- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 dez. 1993. BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Sessão 1, p. 2.
- BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 jul. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 abr. 2020.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Sessão 1, p. 27834-27841.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Conselho Nacional da Saúde, Brasília, 2016.
- CAMARGO, E. P.. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlances e desenlances. **Ciênc. Educ., Bauru, SP**, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017.
- CANTORANI, J. R. H. et al. A acessibilidade e a inclusão em uma Instituição Federal de Ensino Superior a partir da lei n. 13.409. **Revista Brasileira de Educação.**, Rio de Janeiro, RJ, v. 25, 2020.
- CARDOSO, M. F.; FRANÇOZO, M. F. C.. Jovens irmãos de autistas: expectativas sentimentos e convívio. **Saúde (Santa Maria)**, Santa Maria, v. 41, n. 2, p. 87-98, jul/dez.,2015.
- CARVALHO, O. M. F.; NUNES, L. R. O. P.. In: CAMINHA, V. L. et al.. **Autismo: Vivências e Caminhos**. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 2016, p. 77-90.
- CONSTANTINIDIS, T. C.; SILVA, L. C.; RIBEIRO, M. C. C.. Todo Mundo Quer Ter um Filho Perfeito: Vivências de Mães de Crianças com Autismo. **Psico-USF.**, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 47-58, jan./mar. de 2018.

FADDA, G. M.; CURY, V. E.. A Experiência de Mães e Pais no Relacionamento com o Filho Diagnosticado com Autismo. **Psicologia: Teoria e Pesquisa.**, Brasília, DF, v. 35, n. esp, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. In.: **IPEGE: Instituto de Pesquisa e Estatística Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal**, 2017.

LEMOS, E. L. M. E; SALOMÃO, N. M. R.; AQUINO, F. S. B.; RAMOS, C. S. A.. Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. **Revista de psicologia.** v. 28, p. 351- 361, set.-dez, 2016.

LEMOS, E. L. M. E; SALOMÃO, N. M. R.; RAMOS, C. S. A.. Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações sociais no contexto escolar. **Rev. Bras. Ed. Esp., Marília**, v. 20, n. 1, p. 117-130, jan-mar., 2014.

LIMA, R. C. et al. Atenção psicossocial a crianças e adolescentes com autismo nos CAPSi da região metropolitana do Rio de Janeiro. **Saúde Soc., São Paulo, SP**, v. 26, n. 1, p. 196-207, jan./mar. de 2017.

LUCKOW, H. I.; CORDEIRO, A. F. M.. Concepções de Adolescência e Educação na Atuação de Profissionais do CAPSi. **Psicologia: Ciência e Profissão., Brasília, DF**, v. 37, n. 2, p. 393- 403, abril/jun. de 2017. 41

LUZ, M. H. S.; GOMES, C. A.; LIRA, A.. Narrativas sobre a inclusão de uma criança autista: desafios à prática docente. **Educación.** v. 26, n. 50, p. 123-142, março de 2017.

Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais [recurso eletrônico] : **DSM-5** / [American Psychiatric Association; tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli.. et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

MARQUES, C. F. F. C.; ARRUDA, S. L. S.. Autismo infantil e vínculo terapêutico. **Estudos de Psicologia., Campinas, SP**, v. 24, p. 115-124, jan./mar. de 2007.

MARQUES, D. F.; BOSA, C. A.. Protocolo de Avaliação de Crianças com Autismo: Evidências de Validade de Critério. **Psicologia: Teoria e Pesquisa., Brasília, DF**, v. 31, n. 1, p. 43-51, jan./mar. de 2015.

NASCIMENTO, V. G.; SILVA, A. S. P; DAZZANI, M. V. M.. Acompanhamento Terapêutico Escolar e Autismo: Caminhos para a Emergência do Sujeito. **Estilos clin., São Paulo, SP**, v. 20, n. 3, p. 520-534, set./dez. de 2015.

PEREIRA, J. M.. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2019, p. 41-57.

PINTO, R. N. M et al. Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Rev Gaúcha Enferm.**, Porto Alegre, RS, v. 37, n. 3, set. de 2016.

PORTES, J. R. M.; VIEIRA, M. L.. Coparentalidade No Contexto Familiar De Crianças Com Transtorno Do Espectro Autista. **Psicol. Estud.**, Maringá, PR, v. 25, 2020.

SEGEREN, L.; FERNANDES, F. D. M.. Caracterização de um serviço de referência no atendimento fonoaudiológico a indivíduos com Transtorno do Espectro do Autismo. **Audiol Commun Res.**, São Paulo, SP, v. 24, 2019.

SILVA, A. S. M.; LIMA, F. P. S.; SALLES, R. J.. Vínculo afetivo de crianças autistas na equoterapia: uma contribuição de Winnicott. Bol. - Acad. Paul. **Psicol., São Paulo, SP**, v. 38, n. 95, p. 238-250, jul./dez. de 2018.

SILVA, M. L. L.; VIEIRA, M. L.; SCHNEIDER, D. R.. Envolvimento paterno em famílias de crianças com transtorno do espectro autista: contribuições da teoria bioecológica do desenvolvimento humano. **Bol. Acad. Paulista de Psicologia., São Paulo**, v. 36, n. 90, p. 66 – 85, 2016.

SOUZA, J. C. et al. Atuação do Psicólogo Frente aos Transtornos Globais do Desenvolvimento Infantil. **Psicologia Ciência e Profissão., Brasília, DF**, v. 24, n. 2, p. 24-31, 2004.

VÉRAS, R. M.; VIEIRA, J. M. F.; MORAIS, F. R. R.. A maternidade prematura: o suporte emocional através da fé e religiosidade. **Psicologia em estudo., Maringá**, v. 15, n. 2, p. 325- 332, abr./jun., 2010

CAPÍTULO 9

SAÚDE MENTAL NA ESCOLA: REFLEXÕES A PARTIR DO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

Joyce de Araújo Fernandes

Isabela Bezerra Ribeiro

Welison de Lima Sousa

Viviane Correia do Prado Ferreira

INTRODUÇÃO

Desde a formulação de espaços formais em educação, destinados a crianças e adolescentes, tem se discutido sobre o real papel da escola. Os autores relatam que o papel da escola é ofertar aos seus alunos um espaço com circunstâncias favorecedoras que possibilite a educação, sendo necessários alguns critérios como: uma infraestrutura de qualidade e uma metodologia de ensino efetiva (KUSANO et al., 2019). Ainda, a educação escolar deve contemplar, de maneira integral e universal, contribuir para a educação total dos sujeitos, proporcionado por meio de métodos de aprendizagem, que o educando desenvolva competências essenciais, como ler e escrever, e seja incluído na sociedade. No entanto, a escola não se restringe ao ensino de teorias e disciplinas, devendo ser um local de lutas e transformações sociais.

No Brasil, a escola pública já foi um espaço estratégico favorecedor da segurança de seus alunos, com o intuito de afastar os sujeitos do universo da rua e em troca ofereciam comida, proteção e tarefas para ocupar o tempo. Esta conjuntura mostra a confiança dos familiares nas escolas, depositando a responsabilidade de afastar os seus filhos das ameaças da rua. Essa confiança colocada sobre a escola levou há uma complicação na relação entre a dinâmica família/escola. Uma das maiores problemáticas é o entendimento e a diferenciação dos papéis que cabe a cada uma das esferas. (MAINARDI; OKAMOTO, 2017). Os novos papéis demandados da escola e dos educadores proporcionam uma constante atualização, revestida por diversas condições sociopolíticas e em decorrências das demandas atuais que abrangem circunstâncias sociais. m decorrência de tais impasses, a escola não pode somente ser um ambiente apropriado para produzir conhecimento e aprendizagem, contudo pede-se um espaço propício com contingências que possibilitem o bem-estar de seus integrantes.

A nova Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016), aconselha a aplicação das habilidades socioemocionais na educação a partir da infância. Na educação, as aptidões socioemocionais têm o propósito de criar atos e comportamentos, nos estudantes, para que sejam

aptos para enfrentar, de forma eficiente e ética, os obstáculos e acontecimentos da vida. A escola é constituída por pessoas, toda a comunidade escola têm sentimentos, emoções e afetos. Logo, introduzir habilidades socioemocionais na grade pedagógica das escolas é levar em consideração a integralidade dos indivíduos que compõem à escola.

Estudos evidenciam que tem ocorrido um aumento de casos de adolescentes e jovens com problemas mentais no ambiente escolar, tal problemática carece de uma rápida identificação e de intervenções, pois, os adolescentes afetados por algum tipo de transtorno psíquico podem estar mais vulneráveis a comportamentos perigosos e atividades violentas e criminosas, ao uso de drogas, a idealização e pensamentos suicida. Portanto, o ambiente escolar carece de ações preventivas para que possam diminuir os fatores de adoecimento e preservar o bem-estar da escola (ASSIS et al., 2019).

Tendo em vista a necessidade da reflexão sobre cuidados em saúde mental em diversos contextos, e em especial na educação, se destaca a relevância de proporcionar espaços de a prevenção e a promoção da saúde mental em ambientes de educação formal, como as escolas básicas. A possibilidade de propagação de informações e orientações aos professores pode contribuir com o desenvolvimento de competências, permitindo que educadores e outros profissionais presentes na escola possam reconhecer o processo de adoecimento mental e fazer encaminhamentos, quando for preciso, para as demais redes de apoio (CAMACHO; MATOS; TOMÉ, 2017).

As práticas de saúde mental na escola se configuram como uma novidade no campo escolar, sendo uma temática complicada para os docentes, pois, a maioria dos educadores em sua graduação tiveram pouco ou quase nenhuma instrução com referência a estrutura psíquica, psicopatologias ou acolhimento de tais demandas. No entanto, as demandas do professor sofrem constantes transformações, novas atividades lhes são atribuídas, algumas que estão para além da sua graduação, despontando novos desafios para a prática (JESUS, 2016).

A escola é um dos principais ambientes para o desenvolvimento de crianças e adolescentes, cabendo a ela a atribuição de acompanhar o crescimento biopsicossocial dos indivíduos. No entanto, a escola pública brasileira, não tem estrutura e condições de base política e social para desempenhar sozinha seus encargos na sociedade. Por estes e outros déficits, ao se deparar com questões envolvendo a subjetividade dos membros que constituem o agrupamento escolar, a mesma não tem estrutura e profissionais qualificados para conduzir as queixas que envolvem singularidades em saúde. A partir das reflexões em torno dos problemas referentes à saúde mental e o seu trato, autores ressaltam a importância da criação e efetivação de políticas de intervenção que direcionam a escola e seus atores para promover saúde na escola (CID et al., 2019).

Segundo Estanislau e Bressan (2014), a prevenção difere da promoção de saúde. Para ele a promoção caracteriza-se em práticas que despertam as capacidades de um sujeito (ou de grupos) a

procurar fortalecer sua saúde, sendo o conhecimento um dos pontos que levam a pessoa a tomar decisões, a ter autossuficiência direcionando ao empoderamento, eliminando, logo, a insuficiência. Ações informativas são capazes de transformar o entendimento e os procedimentos no que se refere à saúde mental. A prevenção está associada ao manejo das causas que precedem os problemas. É uma união de técnicas que tem como objetivo restringir as perturbações decorrentes de transtornos na vida dos sujeitos. A prevenção de demandas de ordem psíquica, na atualidade, é considerada igualmente quanto a prevenção de patologias físicas, nesse âmbito, a escola possui uma responsabilidade essencial. Para isso, é fundamental que seja possibilitado o conhecimento acerca da saúde mental, sendo imprescindível que seja em uma linguagem comum para a comunidade escolar.

A escola no Brasil tem seus conceitos de saúde embasados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), também é considerada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, prevendo a inclusão de especialistas da área da saúde, da família, alunos, educação e a comunidade no geral, juntos para a construção de uma escola saudável. Desse modo, ao incentivar ações de prevenção e promoção de saúde mental, pode-se identificar e intervir mais cedo, evitando o desenvolvimento e/ou o agravamento de transtornos mentais (MELO et al., 2019).

Dispõe atualmente do Projeto Saúde na Escola (PSE), que se destina a associação e a junção continuada da educação e da saúde, viabilizando uma melhor condição de vida dos brasileiros. Seu intuito é apoiar a construção dos educandos da rede pública de educação básica por completo, com atuações que estimulem à saúde, precaução de danos e cuidados à saúde. Propondo fortalecer a união das diversas áreas envolvidas, em ambientes proporcionadores de partilhas de informações e de posicionamentos de ideias entre eles, onde cada adolescente possa se posicionar em relação às temáticas levantadas, conforme sua realidade de vida. Assim, possibilitando uma política humana e coletiva, suscitando na participação dos jovens na construção da aprendizagem, com a finalidade de obter uma educação significativa (KUSANO et al., 2019).

O amparo à saúde mental de crianças e adolescentes precisa estar respaldada em algumas instruções, como a acolhida, o direcionamento responsável e comprometido com a constante formação e afirmação das relações do trabalho intersetorial (CID et al, 2019). A integração entre profissionais da saúde mental e professores têm contribuído a população com a promoção de saúde e com a identificação precoce de transtornos, conduzindo aos dispositivos especializados, como também, diminuindo a procura sem necessidade. Nessa perspectiva, programas de qualificação em saúde mental para professores podem ser proveitosos (ESTANISLAU; BRESSAN, 2014).

O conselho Federal de Psicologia (CFP), em suas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos na Educação Básica (2019), aponta recomendações para a conduta na escola. Sugere, a

participação na preparação e na realização do projeto político-pedagógico da instituição, atuações para com os procedimentos metodológicos, práticas de formações com os professores e com os estudantes. A partir dessa concepção, o psicólogo escolar deve encarregar-se de implementar ações de prevenção e promoção que contemple à saúde mental dos professores, medidas que provoquem discussões, reflexões, a troca de pensamentos, experiências e a partilha de seus anseios, das facilidades e adversidades das situações em que os educadores se deparam. (MELO et al., 2019).

De acordo com Estanislau e Bressan (2014) os professores não têm a obrigação de fazer diagnósticos, ou que seja imposto a responsabilidade de ministrar informações que não faz parte da graduação dos educadores. Mas, tendo em vista que em sua prática eles já lidam com particularidades cognitivas, emocionais e comportamentais de seus alunos, assim, informações específicas em saúde mental, fundamentados especialmente em conceitos de promoção e prevenção, podem ser úteis ao trabalho do professor.

Diante disso, considera-se importante que os educadores sejam preparados, no que tange a uma política de saúde mental que relacione a educação e a saúde. Compreende-se que os materiais informativos, as capacitações, a presença de um profissional de psicologia e a aproximação da política de saúde mental são medidas cruciais para que as instituições escolares consigam efetivar um projeto de saúde mental. Assim, questiona-se: De que forma o material estruturado do Programa Saúde na Escola (PSE), com informações e instruções sobre promoção e prevenção de saúde, possibilita espaço para discussão em saúde mental? Acredita-se que a revisão destes documentos permitirá uma análise das ações voltadas para à saúde mental dentro do ambiente escolar, assim como sugestões para o aperfeiçoamento de tais atividades.

OBJETIVOS

Objetivo geral

- Identificar e debater ações destinadas à saúde mental no Programa Saúde na Escola.

Objetivos específicos

- Revisar o material didático-pedagógico do PSE.
- Analisar como questões relativas à saúde mental estão presentes nos documentos DECRETO Nº 6.286 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007; e no Passo a Passo, do PSE.
- Propor atualizações nos documentos quanto à inclusão de pautas sobre a saúde mental nas escolas.

METODOLOGIA

O estudo apresenta caráter qualitativo que procura entender um evento em seu espaço natural. Nesse tipo de pesquisa o pesquisador é a ferramenta fundamental, pois é quem percebe e assimila os dados interessantes deste determinado espaço ou evento. Tais dados colhidos podem ser averiguados de diversas formas a depender da finalidade da pesquisa, podendo ser utilizados entrevistas, questionários, observação e análise documental (BONOTTO; KRIPKA; SCHELLER, 2015).

De natureza exploratória, o estudo teve como intuito propiciar uma visão geral e aproximativa do Programa Saúde na Escola. O delineamento utilizado foi o de pesquisa documental, definida como uma ampla e intensa análise de diferentes documentos, consistindo em materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reavaliados, ser averiguadas outras interpretações ou informações complementares, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (BONOTTO; KRIPKA; SCHELLER, 2015). Para Nunes, Pereira e Simeão (2020), a etimologia da palavra documento a partir do latim “documentum”, significa algo que ensina, que serve de exemplo, aquilo é lei, que atesta, serve de prova, registro ou comprovação de acontecimentos e fatos ocorridos.

A pesquisa documental foi escolhida em função das reconstruções que permitem serem realizadas com base na dimensão do tempo, o que veio ao encontro do problema e do objetivo do estudo, que envolvem a análise de informações a respeito do Projeto Saúde na Escola (BONOTTO; KRIPKA; SCHELLER, 2015).

A busca e a localização dos documentos foram efetuadas através da internet na página eletrônica vinculada ao Ministério da Educação. Os principais documentos analisados consistiram no Material Didático-Pedagógico do PSE: no DECRETO Nº 6.286 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2007 do PSE e no Passo para a implementação do PSE.

Com os documentos reunidos, deu-se início a leitura extensiva dos mesmos e a elaboração de um fichamento sobre cada um, a descrição sobre o que cada um preconiza e sua elaboração sobre a saúde nas escolas. A análise dos mesmos foi realizada a partir da localização de elementos que identificassem ações promocionais e preventivas sobre saúde mental, a partir desta identificação foi observado como elas aparecem, destinadas a que público e oferecidas por quais profissionais. Depois de identificados todos os elementos se construiu um debate crítico sobre a qualidade e pertinência das informações sobre saúde mental e a proposição de algumas sugestões para melhorar os pontos em defasagem sobre a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As fontes de coleta de dados utilizadas no desenvolvimento da pesquisa foram selecionadas de acordo com os objetivos do trabalho e com a metodologia para atingir as metas da pesquisa. A análise dos documentos teve a finalidade de identificar e debater no Programa Saúde na Escola, as ações destinadas à saúde mental, bem como a revisão do material (documentos) que formam o PSE, propondo atualizações quanto à inclusão de pautas sobre a saúde mental. Os documentos listados abaixo estão disponibilizados para acesso da pesquisa no site do Ministério da Educação.

DECRETO N° 6.286 DE 05 DE DEZEMBRO (2007), institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e estabelece outras deliberações. Institui, no domínio dos Ministérios da Saúde e da Educação, o PSE, sua finalidade de auxiliar no desenvolvimento completo dos discentes do ensino público de educação básica através de intervenções de atenção, de prevenção e promoção à saúde (BRASIL, 2007).

Passo a Passo (2011), demonstra as etapas para a implementação do PSE para os gestores e profissionais da saúde e da educação pública, por meio de uma política intersetorial entre a saúde e a educação (BRASIL, 2011).

Analisando o decreto n° 6.286, 5 de dezembro de 2007

No Decreto n° 6.286, 5 de dezembro de 2007, as orientações e propósitos do PSE demonstram que esse programa objetiva a ser mais do que uma estratégia de integração das políticas, propondo um novo modelo da política de educação em saúde (BRASIL, 2007a). No documento a realização do PSE pressupõe a junção de múltiplas intervenções em saúde no ambiente escolar, como avaliações, promoção de saúde e prevenção de patologias, assim como a capacitação de especialistas e jovens para colaborar na reprodução, no acompanhamento do bem-estar dos discentes e na fiscalização do programa.

Destaca-se a importância da junção das diferentes esferas como: cultura, esporte, lazer, saúde, educação, setores governamentais e não-governamentais, públicos e privados e sociedade civil para a criação de meios que beneficiem a vida. Desta forma podemos articular e compreender do que se trata esta junção proposta no Decreto, para que seja colocada em prática a articulação entre a saúde, a educação e outros setores, é fundamental a garantia da criação de um espaço coletivo que promova a construção e a troca de saberes. Deste modo, a escola compreende o espaço de facilitação para a formação de cidadãos informados e críticos, com capacidade para atuar em prol da vida (BRASIL, 2007 b).

Analisou-se os pontos principais do Decreto compreendidos na avaliação clínica e psicossocial, nas ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos e na promoção da educação física.

Avaliação clínica e psicossocial

O espaço destinado às ações que englobam a saúde mental aparece no Decreto sob os termos de avaliação clínica e psicossocial, previamente nota-se a compreensão da escola e dos sujeitos que por ela circulam e que dela dependem, a partir do que o documento vem trazer como avaliação clínica e psicossocial. O que deixa a desejar neste documento envolve toda a reflexão sobre o que se atribui a uma prática clínica e avaliativa à psicologia, mesmo se tratando de uma proposta interventiva de promoção e prevenção à saúde. Nota-se também que o termo social, do psicossocial, aponta caminhos para uma compreensão da práxis da psicologia que vai aos poucos se distanciando da imagem de uma profissão interessada somente nos aspectos psicológicos.

Segundo Brasil (2007b), para consolidar a implementação do PSE é necessário analisar as circunstâncias de saúde das crianças, jovens e adultos que são estudantes e que fazem parte da comunidade escolar. A avaliação se configura como o primeiro passo para o encontro e a aproximação da escola e da equipe de saúde, e considerando a avaliação psicossocial, Pereira (2019), traz que esta consiste em verificar as vulnerabilidades dos sujeitos em que ele está sendo exposto frente às ameaças psicossociais, em um determinado contexto.

As avaliações do PSE são divididas em três diferentes ações que são realizadas pelos colaboradores que compõem as Equipes de Saúde da Família (ESF). O intuito dessas avaliações é de saber como está o desenvolvimento dos discentes, considerando as questões referentes à saúde mental (BRASIL, 2007a).

Pela análise do Decreto nº 6.286 podemos perceber que no Programa Saúde na Escola as ações voltadas para a saúde mental têm pouco espaço de discussão, focando mais na promoção ao cuidado das doenças que afetam diretamente o corpo físico, como os problemas de audição, oftalmológicos e aos hábitos alimentares.

Ações de promoção da saúde e prevenção de doenças e agravos

Como ressaltam Estanislau e Bressan (2014), a prevenção em saúde é um conjunto de técnicas e manejos que tem o objetivo de prevenir possíveis problemas e agravos. Assim é necessário que as ações preventivas levem em consideração não só a prevenção de danos físicos, mas sendo de

suma importância priorizar também a prevenção da saúde mental, desconstruindo, por sua vez, a dualidade mente e corpo.

As ações de promoção da saúde tendem para a diminuição das fragilidades individuais, sociais e institucionais, tais ações têm como objetivo a prevenção do uso de drogas (lícitas e ilícitas), aumento das atividades físicas, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e medidas interventivas nos contextos de violências entre outras circunstâncias, que afetam o desenvolvimento de crianças e jovens (BRASIL, 2007 b).

As intervenções de promoção e prevenção à saúde, determinadas para o PSE podem articular campanhas, como exemplo as de uso e abuso de substâncias psicoativas, drogas e álcool, às ações preventivas à saúde mental que são agravadas pelo uso dessas substâncias. (BRASIL, 2007b).

Uma grande discussão ética que pode ser agregada ao documento, vem aparecendo nos debates acadêmicos e em estudos, é a de Redução de Danos (RD). Refletindo sobre a criminalização dos usuários de certas substâncias e da negação de direitos à saúde destes, também fazendo refletir sobre o consumo consciente e menos nocivo à saúde. A ótica da RD sugere uma compreensão dos sujeitos sobre seus hábitos e a decisão de regular-se no consumo (RODRIGUES, 2003).

Outra sugestão de elo diz respeito às propostas de prevenção às DST, hoje conhecidas como Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e a compreensão das práticas sexuais, desprotegidas, a partir de uma avaliação psicossocial. Esse foco tem sido objeto de estudo das representações sociais, como em Oliveira, Junior, Suto, Santos, Costa, Porcino, Silva (2020), na sua pesquisa com estudantes encontraram argumentos para o não uso do preservativo, como confiança no relacionamento e o prazer sexual, e deixando mais evidente que a infecção por uma IST não se dá, na sua maioria, por falta de informação.

Por sua vez, é essencial agregar ao ambiente escolar a capacitação dos professores acerca dessas temáticas, incluindo-os tanto como agente do PSE, mas também como foco do cuidado do Programa.

Promoção da atividade física

O decreto traz consigo um ponto sobre a atividade física e seus benefícios, de acordo com Brasil (2007b), os exercícios físicos contribuem positivamente para o bem-estar físico e mental, para todas as faixas etárias de idade, auxiliando na prevenção e promoção de saúde. É importante identificar na comunidade os espaços que promovem a prática de atividades físicas para complementar a promoção de saúde no território em que a escola está inserida, para que possa ser estabelecida a articulação com as demais redes, com o intuito de possibilitar promoção e prevenção

através da atividade física e outras atividades a partir da parceria de outros setores. As atividades físicas, jogos e brincadeiras ao serem desenvolvidas no espaço escolar contribuem com diversos benefícios para os estudantes, pois atividades físicas previne doenças, favorecem a aprendizagem de valores, como determinação e lealdade, o trabalho em grupo e a obediência às regras.

A escola se constitui como um campo amplo e de grande importância para o desenvolvimento dos sujeitos. Muitas das vezes, a depender das circunstâncias do meio, o ambiente escolar é o único espaço seguro para que essas crianças e jovens e a comunidade possam praticar atividades físicas em segurança. Há muitos projetos e programas relacionados à prática da atividade física dentro da comunidade escolar, como Escola Aberta, o Mais Educação, Segundo Tempo, esses programas devem se organizar em conjunto com as ações já estabelecidas na comunidade para ampliar e fortalecê-las. O exercício físico é uma das atividades que auxilia na prevenção de doenças, além disso, a prática da educação física é importante para crianças e adolescentes, pois os indivíduos que praticam atividades físicas desde as faixas etárias mais novas, poderão ter uma vida mais saudável na idade adulta.

Analisando o passo a passo do pse

O PSE foi desenvolvido para fortalecer as atividades voltadas para o desenvolvimento completo das crianças e adolescentes por meio da articulação entre a educação e a saúde, favorecendo o enfrentamento das vulnerabilidades que fazem parte do contexto de muitos jovens no Brasil. As ações construídas entre a saúde e a educação têm que atender às diferentes circunstâncias dos sujeitos, com o intuito de criar intervenções que sejam construídas em conjunto com todos que atuam na escola. Dessa maneira, cria-se uma escola que possibilita o desenvolvimento de cidadãos críticos e educados para atuar em prol da vida (BRASIL, 2011).

As diretrizes do PSE compreendem a integração entre a saúde e a educação para a formação da cidadania, a intersectorização entre as ações, o saber compartilhado entre os atores da comunidade escolar e os demais sujeitos que compõem a sociedade, as políticas públicas da educação e da saúde e o fortalecimento ao enfrentamento das vulnerabilidades, na área da saúde, para que não venha afetar o desenvolvimento escolar (BRASIL, 2011).

Farias, Figueiredo, Filho e Sá (2016) trazem à tona o interesse brasileiro em construir políticas públicas em conjunto com os demais setores. Atualmente tem se falado mais e discutido sobre promoção da saúde, o que contribui para ressaltar a importância do papel da intersectorialidade entre a saúde e a educação como referência para a transformação. Desse modo, entende-se o papel de

ambos os setores e a relevância das intervenções resultantes da multidisciplinaridade, estabelecendo a intersetorialidade como requisito para a realização da promoção da saúde.

Para o aperfeiçoamento e a qualificação das ações e propósitos para o PSE, é interessante que os municípios avaliem as ações e os seus projetos e analisem os obstáculos na saúde dos discentes atentando para as localidades mais vulneráveis e como se dá a contemplação da rede saúde e educação nesses locais. A ligação dos setores públicos de saúde e educação e das demais redes sociais que dão suporte ao aprimoramento do PSE envolve mais do que a oferta de ações numa determinada região, devendo proporcionar a sustentabilidade das ações a partir da corresponsabilidade de redes (BRASIL, 2011).

O propósito do PSE é juntar os setores da saúde e da educação articulando e integrando os saberes para aumentar o alcance e a repercussão das intervenções de saúde aos educandos e seus familiares, através de condutas intersetoriais. É interessante que as ações ocorram entre as Equipes de Saúde da Família (ESF) e as escolas que estão dentro do território das equipes, assistindo às necessidades do ambiente escolar, com a perspectiva do olhar orientado para o cuidado integral dos sujeitos (FARIAS *et al.*, 2016). A intersetorialidade é o trabalho em conjunto dos diversos setores, conhecimentos e saberes para o enfrentamento das adversidades, em que as intervenções são planejadas em articulação com os diferentes campos, com o intuito de assistir às suas carências.

A partir da análise do PSE podemos perceber que outras redes além da saúde e da educação também podem participar e contribuir para o seu desenvolvimento, uma das possibilidades do projeto é se unir com outros programas e projetos locais que possam fortalecer as atividades propostas. A intersetorialidade se estabelece na integração de intervenções dos diversos setores, que se unem, juntam-se para analisar os problemas, construindo e potencializando em conjunto as ações de enfrentamento.

Acredita-se que a assistência social poderá colaborar com as ações do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), promovendo o mapeamento das áreas mais vulneráveis, assim como localizar as famílias que recebem benefícios financeiros e avaliar como isso afeta esses sujeitos que fazem parte da comunidade escolar, além de propiciar para as famílias o conhecimento acerca de seus direitos. Assim como equipamentos que trabalham direcionados para a saúde mental, um deles é o Centro de Assistência Psicossocial (CAPS), que pode cooperar com as intervenções e ampliar as atividades na escola em relação a avaliação psicossocial, pois dentro dos documentos que apresentam o PSE pode-se entender que as ações voltadas para a saúde mental foram pouco exploradas.

A família é o foco de cuidado da Estratégia de Saúde da Família. Logo, o amparo direcionado às famílias exige entender como se dá o cuidado de cada família e identificar suas potências e

adversidades. A ESF tem o objetivo de promover, proteger e recuperar a saúde dos sujeitos e da família, suas ações enfocam o contexto físico e social, desta forma o foco das intervenções vai além de condutas medicamentosas. É importante que a família e a comunidade participem do PSE para um melhor desenvolvimento das ações. Essa parceria pode surtir muitos benefícios, como possibilitar a aproximação da família com a escola e assim acompanhar o trabalho desenvolvido pela escola para com os seus filhos, além disso família e a comunidade podem participar ativamente propondo estratégias que se adequem às suas necessidades.

As atividades sugeridas para o PSE formam um conjunto de intervenções mínimas que os municípios poderão realizar, não se prendendo somente as sugestões. Para a execução das atividades, é necessário que os profissionais tanto da área da saúde como da educação, tenham a formação inicial e continuada (BRASIL, 2011).

Em relação às atividades de intervenções efetuadas pelas ESF, estas não devem interferir no momento da execução do trabalho do educador e atividades dos estudantes. Deve-se ter o cuidado para que as atividades do programa não atrapalhem as ações programadas da escola (BRASIL, 2011).

A partir da análise do passo a passo da implementação do PSE nos municípios, entende-se que o documento ressalta a importância do trabalho em parceria entre redes e instituições para abranger a complexidade das demandas que envolve crianças e adolescentes, e assim possam criar intervenções que contemplem os estudantes em sua totalidade.

CONCLUSÕES

Neste estudo foi possível perceber que o Programa Saúde na Escola, demonstra ser um instrumento propício para realizar mudanças na vida dos educandos que integram a comunidade escolar, pois constrói intervenções (avaliações, formação, promoção de saúde e prevenção de agravos) eficazes entre a saúde e a educação que fomenta benefícios para a qualidade de vida e o bem-estar dos alunos.

As redes saúde e educação mostram uma compatibilidade no desenvolvimento das ações, mediante apresentar intuítos partilhados em educar para a saúde. Um dos principais objetivos do PSE é a intersetorialização entre os diversos setores possibilitando o desenvolvimento integral do discente, através de intervenções de promoção, prevenção e atenção à saúde, na comunidade escolar.

Para a implementação das ações intersetoriais é necessário o apoio de gestores e profissionais que compõem a rede de apoio. Ressaltando que a responsabilidade não é somente desses atores,

sendo importante a participação de políticas orientadas para promoverem a junção dos setores governamentais e não governamentais, gestão e responsabilidade social.

Como limitações do estudo, na análise dos documentos que dão embasamento para a implementação do PSE, constatou-se que foi pouco apresentado a avaliação psicossocial, não havendo um detalhamento das intervenções referentes a saúde mental, podendo ser percebido que o foco das ações é mais direcionado à promoção de saúde e prevenção de agravos da parte física dos sujeitos.

As intervenções supostas pelo PSE, tem capacidade para assegurar aos educandos a possibilidade de eles fazerem as escolhas mais benéficas à sua saúde, fortalecendo o seu protagonismo no processo de produção de sua própria saúde e do coletivo, resultando na melhoria da qualidade de vida de todos.

Como sugestão para o aperfeiçoamento do PSE, sugere-se a realização de novos estudos avaliativos dos documentos, complementares ao apresentado, que permitam destacar aspectos relacionados aos resultados do PSE, averiguando as ações que devem ser intensificadas para abranger as demandas atuais, considerando seus efeitos para a escola, a família e a comunidade.

Não se pretendeu aqui esgotar o estudo sobre o PSE, considerando que o mesmo apresenta sugestões do trabalho da saúde na educação e de que cada escola pode ter pautas mais voltadas para a saúde mental. Acredita-se que o objetivo deste pode ser alcançado pela discussão de como ampliar o debate sobre a saúde mental bem como mostrar as redes de apoio que podem intensificar as ações psicossociais do PSE.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, V. E, et al. Condições de saúde, trabalho e qualidade de vida de professores de uma escola da rede pública. **Biomotriz**, Cruz Alta, v. 13, n. 3, p. 27-39, 2019.
- BONOTTO, D.L.; KRIPKA, R.M.L.; SCHELLER, M. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na pesquisa qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.
- BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 05 de dezembro de 2007a**. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias--programa-saude-nas-escolas>>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.
- BRASIL. **Orientações sobre o Programa Saúde na Escola para a elaboração dos Projetos Locais de 2007b**. Disponível em <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/orientacoes_pse.pdf>. Acesso em: 18 de setembro de 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2016.
- BRASIL. Passo a passo de 2011. Programa Saúde na Escola. Disponível em <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passos_a_passo_programa_saude_escola.pdf> . Acesso em: 18 de setembro de 2020.
- CAMACHO, I; MATOS, M. G.; TOMÉ, G. Promoção da saúde mental nas escolas: Projeto ES'COOL. **Congresso Internacional de Psicologia da Criança e do Adolescente**, p. 9-10, 2017.
- CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação**. 2. ed. Brasília: CFP, 2019.
- CID, M. F. B., et al. Saúde mental infantil e contexto escolar. **Pro-Posições**, São Carlos, v. 30, p. 1-24, 2019.
- ESTANISLAU, G. M; BRESSAN, R.A. **Saúde mental na escola: o que os educadores devem saber**.1. ed, Porto Alegre: Artmed, 2014.
- FARIAS, I. C. V., et al. Análise da Intersetorialidade no Programa Saúde na Escola. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Pernambuco, v. 40, n. 2, p. 261-267, 2016.
- JESUS, I. S. **Saúde mental na escola pública municipal de Serra Talhada/PE: uma pesquisa qualitativa nos ensinos infantil e fundamental**. Dissertação de Mestrado – Ciências da Educação, Universidade Lusófona do Porto, 2016.
- KUSANO, L. A. E, et al. Promoção de saúde mental para adolescente em uma escola de ensino médio-Um relato de experiência. **Revista do NUFEN**, v. 11, n. 2, p. 133-148, 2019.
- MAINARDI, S. M.; OKAMOTO, M. Y. Desenvolvimento das crianças: um olhar sobre o papel da família e o papel da escola na perspectiva dos pais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v.23, n.3, p. 822-839, dez.2017.
- MELO, A. R. S, et al. Educação e saúde mental: um relato de experiência em psicologia escolar. **III Conedu**, Campina Grande, 2019.
- NUNES, D.B.; PEREIRA, O.; SIMEÃO, E. A prática da pesquisa documental em psicologia. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n.1, fev. 2020.

OLIVEIRA, D.S,G, et al. Sexo sem preservativos sob a ótica das representações sociais de acadêmicos de uma universidade pública. **Revista Amazônia: Science e Health**, v. 8, n. 3, 2020.

PEREIRA, I. M. A. Possíveis Contribuições da Psicologia na Avaliação Psicossocial. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia, v. 1, n. 17, 2019.

PRADO, N. C, et al. **Programa Agente da Educação no município de Salvador–Bahia**: um estudo sobre a percepção dos agentes da educação no combate à evasão no Ensino Fundamental II-2015-2017. Dissertação de Mestrado – Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, 2019.

RODRIGUES, Thiago M. S. Política de drogas e a lógica dos danos. In; **Revista Verve**, São Paulo, Nu-Sol/PUC-SP, n. 03, 2003.

CAPÍTULO 10

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DAS TENTATIVAS DE SUICÍDIO NO MUNICÍPIO DO ARACATI-CE

Igor de Sousa dos Santos

Vilkiane Natércia Malherme Barbosa

INTRODUÇÃO

As tentativas de suicídio consistem em uma grave, complexa e global problemática de saúde pública. Isso porque, produz severos rebatimentos no tecido e na coesão social, além de um inestimável impacto nas famílias afetadas (DUTRA et. al 2018). Segundo Organização Mundial de Saúde – OMS (2018), o número de pessoas que atentam contra a própria vida tem aumentado ao longo dos anos. De modo que, se atribui ao suicídio anualmente a causa morte de aproximadamente 800 mil pessoas em todo o mundo, estimando-se uma morte a cada 40 segundos.

Por isso, é importante que os pontos de atenção à saúde estejam atentos e devidamente capacitados para o atendimento das tentativas de suicídio, que são os casos que embora não tem a morte como desfecho da violência autoimplicada, necessita de profunda atenção e cuidado, principalmente pelos riscos de novas tentativas e por ser um óbito evitável conforme afirma o Centro de Valorização da Vida – CVV (2020).

Enquanto processo de autoimplicação profissional, a problemática é tão recorrente, que em alguns momentos durante os plantões hospitalares, pude compor a equipe que prestou atendimento as vítimas e seus familiares. E foi durante esses atendimentos que pude perceber que as dificuldades de se promover ações de integralidade e o cuidado longitudinal as pessoas que tentam o suicídio perpassam searas como: questões culturais, as fragilidades dos processos de formação dos profissionais em saúde; a estrutura e o funcionamento da Rede de Atenção Psicossocial e dos setores e coordenações da Vigilância em saúde; a rotatividade dos profissionais; entre outras.

Importa dizer ainda que tal estudo, teve como campo de investigação a Cidade do Aracati-CE. Localizada a 150Km da Capital, Fortaleza, conta com uma população estimada de 74.975 segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020). Além disso, o município se destaca no turismo com suas praias internacionalmente conhecidas e por seu carnaval que atrai milhares de turistas, todos os anos, o que torna a cidade um local de demandas estratégicas quanto à vigilância em saúde.

Considerações e diferenças entre as tentativas de suicídio e as autolesões sem intenção suicida – asis

Inicialmente parte-se de duas considerações importantes para o entendimento e o recorte da pesquisa. A primeira delas afirma que não existe uma única causa para o suicídio, Cassorla (1991) ao afirmar isso, considerou que o tanto o suicídio, e por conseguinte as suas tentativas, tratam-se de um evento que ocorre como produto de uma série de fatores que vão se acumulando ao longo da história do indivíduo, em que entram em jogo desde fatores constitucionais até fatores ambientais, culturais, biológicos, psicológicos etc. Assim, o que se chama de “causa” é geralmente, o elo final dessa cadeia.

E a segunda, é a de que nem toda lesões autoprovocadas ou violência autoinflingida consistem em tentativas de suicídio. Isso porque, as Lesões autoprovocadas ou como Aragão (2019) as denomina: Autolesão Sem Intenção Suicida – ASIS dizem respeito ao ato de ferir a si mesmo, resultando em danos imediatos aos tecidos de uma ou mais partes do próprio corpo sem, contudo, ter a intenção de provocar a própria morte. (GIUST, 2013; KLONSKY, MUEHLENKAMP, LEWIS, & WALSH, 2011; ISSS, 2018; NIXON, CLOUTIER, & JANSSON, 2008; NOCK & FAVAZZA, 2009; MUEHLENKAMP, 2018; PLENERT et al., 2016; WALSH, 2006; WHITLOCK & LLOYD RICHARDSON, 2019 APUD ARAGÃO 2019).

MÉTODO

O presente trabalho tem o objetivo de construir o perfil epidemiológico das pessoas que tentaram suicídio no município do Aracati-Ce, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2019. Trata-se, portanto, de um perfil retrospectivo inscrito em uma pesquisa descritiva de natureza quantitativa.

Embora se pondere quanto aos casos subnotificados, optou-se pela utilização de fontes de dados oficiais abertas à população para consulta, que estão disponíveis para Download no portal do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS e que são processadas dentro do TabWin (que é um programa utilizado para tabulação de dados para Windows). Para compor o perfil foram consideradas 09 variáveis que compõem a ficha de notificação individual de violência interpessoal/autoprovocada. Tais variáveis foram escolhidas, pois conseguem de modo sintético reunir informações sobre os sujeitos. São elas: local de residência, etnia, sexo, orientação sexual, idade, escolaridade, se já houveram tentativas anteriores, se possui alguma deficiência ou transtorno e o local onde ocorreu a tentativa.

O perfil

Durante o período analisado, foram identificados 308 casos. Importante dizer que anos de 2010 e 2011 nenhum caso foi encontrado, o que não significa dizer que não houveram casos, mas que embora tenham havido, não foram notificados. Realça-se com isso a importância de se discutir com maior intensidade entre os profissionais de saúde e os graduandos sobre a importância das notificações e principalmente sobre o impacto provocado pelas subnotificações nas ações de vigilância, planejamento e avaliação em saúde.

No que diz respeito ao sexo das pessoas que tentaram suicídio, temos a seguinte distribuição: 192 ou 62,33% dos casos ocorreram com mulheres. E 116 casos ou 37,66% das tentativas foram cometidas por homens. Conforme se pode perceber na tabela abaixo.

SEXO									
SEXO	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Feminino	4	8	11	28	26	25	44	46	192
Masculino	4	6	9	14	19	16	26	22	116
TOTAL	8	14	20	42	45	41	70	68	308

Fonte: TABWIN, 2020

Que vai ao encontro do que aponta o Boletim Epidemiológico (2019) no que diz respeito a prevalência de mulheres tentando o suicídio. Note que no ano de 2012, homens e mulheres tiveram o mesmo número de tentativas. E que essas tentativas foram aumentando gradativamente ao longo dos anos. Destaque pra os anos de 2018 e 2019 em que o número praticamente dobrou em referência a 2017.

Quanto à faixa etária, percebe-se que há maior prevalência entre os adultos jovens de 20 a 29 anos com 28,24% (87) do total de casos, seguido da faixa etária de 30 a 39 anos com 21,42% (66), em terceiro lugar está a faixa etária de 15 a 19 anos com 18,83% (58). Como observado na tabela abaixo:

FAIXA ETÁRIA												
Ano	1 a 4	5 a 9	10 a 14	15 a 19	20 a 29	30 a 39	40 a 49	50 a 59	60 a 69	70 a 79	80 ou +	Total
2012	0	0	0	0	2	2	2	2	0	0	0	8
2013	0	0	0	1	4	4	3	2	0	0	0	14

2014	0	0	1	1	9	4	3	1	0	1	0	20
2015	0	1	1	11	11	8	3	3	1	2	1	42
2016	2	1	3	8	8	10	7	3	2	0	1	45
2017	0	0	0	9	9	11	4	3	3	1	1	41
2018	2	0	3	15	21	16	6	4	2	1	0	70
2019	0	1	5	13	23	11	9	2	3	0	1	68
Total	4	3	13	58	87	66	37	20	11	5	4	308

Fonte: TABWIN, 2020

Importante que se perceba isso, porque só essas três faixas etárias juntas, ou seja, de 15 a 39 anos, correspondem a quase 70% (68,49%) do total de casos. Outro fato relevante, é que embora ele seja prevalente na faixa etária acima descrita, as tentativas de suicídio podem acontecer em qualquer idade conforme pode se perceber na tabela acima, há registros de tentativas em pessoas na faixa etária de 1 a 4 anos e de 80 anos ou mais. Cabe destacar que a taxa de letalidade entre as pessoas com mais de 60 anos é maior (PEDROSA, 2018).

No que diz respeito à etnia das pessoas, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2013), defende que cor ou raça consiste em uma característica individual que é autodeclarada e que para tanto assume as seguintes categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. Assim, por ser auto afirmativa leva em consideração implicações como: aparência física, origem étnico-racial (ancestralidade), o contexto sociocultural e a percepção que cada indivíduo estabelece sobre si, que é construída na interação com o meio, reconhecimento social.

Tal entendimento é relevante, pois das 308 tentativas que foram notificadas no período, 218 (70,77%) ocorreu com pessoas que se autoidentificaram ou foram identificadas, pelo profissional que preencheu a ficha de notificação, como parda. 81 pessoas (26,29%) eram brancas e 05 (1,62%) pretas. A etnia de 04 pessoas foi ignorada. E não foi registrado nenhum caso entre pessoas indígenas ou amarelas.

Cabe destacar que segundo o IBGE (2013), a população negra é composta pelas pessoas que se autodeclararam pretas ou pardas. E se assim entendermos, perceberemos que 72,39% (223) da população que tentaram o suicídio é negra. Conforme demonstra a tabela abaixo.

ETNIA									
ETNIA	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parda	7	12	12	28	29	29	49	52	218
Branca	1	2	8	12	16	7	21	14	81
Preta	0	0	0	2	0	1	0	2	5
Ign/Branco	0	0	0	0	0	4	0	0	4
Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Amarela	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	8	14	20	42	45	41	70	68	308

Fonte: TABWIN, 2020

Quanto à orientação sexual das pessoas que tentaram suicídio, importa mencionar que como este é um perfil retrospectivo, algumas nomenclaturas que hoje não são mais utilizadas, a época eram pertinentes. Nesse sentido, com a intenção de unificar a linguagem utilizada na ficha de notificação e de não poder inferir sobre a orientação sexual das pessoas frente às informações dispostas, foi adotadas as seguintes variáveis: Só com Homens; Só com Mulheres; Com Homens e Mulheres. Conforme a tabela abaixo.

ORIENTAÇÃO SEXUAL - COM QUEM SE RELACIONA SEXUALMENTE									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Ign/Branco	3	9	16	42	45	41	70	68	294
Só com homens	4	5	2	0	0	0	0	0	11
Só com Mulheres	1	0	2	0	0	0	0	0	3
Com Homens e mulheres	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	8	14	20	42	45	41	70	68	308

Fonte: TABWIN, 2020

Assim, temos 95,45% (294) casos em que essa variável foi ignorada ou deixada em branco, em 11 (3,57%) registros a pessoa se relacionava apenas com homens e em 0,97% das vezes, apenas com mulheres. Nenhuma ocorrência foi registrada com pessoas que se relacionam afetiva/sexualmente com homens e mulheres.

Cabe destacar que a ausência deste registro merece relevância e preocupação, pois conforme Relata Santo (2015), o suicídio desde os anos de 1990, preocupa e chama a atenção por sua incidência entre a população LGBT, que chega a ser 3X maior que entre pessoas heterossexuais.

Quando o assunto é o nível de escolaridade, a escola deve ser tomada como um equipamento público capaz de desenvolver habilidades e competências protetivas. Ainda que se admita que isso por vezes não consiga ultrapassar o campo do ideário. Isso porque o acesso e a permanência dos sujeitos no ambiente escolar perpassam questões quanto: a renda, escolaridade dos pais/responsáveis, situações violência e violações, além da construção de um espaço plural e diverso conforme Tavares & Pietrobom (2020).

Por isso, o nível de escolaridade se constitui como um forte indicador não só protetivo, mas também de inclusão e exclusão do ambiente escolar. No que diz respeito às notificações de tentativas de suicídios ocorridas no Aracati e suas inter-relações com o nível de escolaridade, observou-se que 218, ou seja: 70,77% das pessoas que tentaram suicídio tinham até o ensino médio completo. 3,57% estavam cursando o ensino superior ou não haviam, ainda, concluído. E que 4,22% tinham o ensino superior completo. Conforme disposto na tabela abaixo.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE												
Ano	Ign/ Bra	Analfa- beto	1ª a 4ª série incom	4ª série com	5ª a 8ª série Incom	Ens Fund Com	Ens. Médio Incom	Ens. Médio Comp	Edu. Sup. incom	Edu. Sup. Com	Não se aplica	Total
2012	5	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	8
2013	4	0	1	1	3	3	2	0	0	0	0	14
2014	3	0	3	2	5	2	1	0	2	2	0	20
2015	3	1	9	2	5	6	5	7	0	3	1	42
2016	11	1	4	2	7	3	5	5	1	3	3	45
2017	15	1	5	0	2	2	7	4	3	2	0	41
2018	11	1	4	3	9	10	7	19	2	2	2	70
2019	8	1	2	1	12	8	12	20	3	1	0	68
Total	60	6	29	11	43	35	39	55	11	13	6	308

Fonte: TABWIN, 2020

Note que novamente a variável ignorado ou branco é a mais prevalente com 19,48%, seguido do Ensino Médio Completo 17,85% sendo a terceira variável mais prevalente as pessoas que tem da 5ª a 8ª série (que atualmente corresponde do 6º ao 9º ano) incompleta.

Quanto à presença de deficiência ou transtorno, das 308 tentativas notificadas, 60,01% das pessoas não tinham nenhuma deficiência ou transtorno psicológico. Enquanto que, 19,80% das pessoas tinham algum tipo de deficiência física e/ou transtorno psicológico.

Com repetidas marcações, a variável ignorado ou em branco foi utilizada para abrigar uma

relevante quantidade de casos, com 56 casos que representa 18,18%. O que dificulta a organização de sínteses mais precisas sobre as características das populações em estudo, e por sua vez, a criação de estratégias de cuidado nesse processo de saúde-adoecimento. Observe a tabela abaixo.

PRESENÇA DE DEFICIÊNCIA OU TRANSTORNO PSICOLÓGICO									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Não	5	12	18	36	31	19	36	34	191
Sim	2	1	1	3	7	4	20	23	61
Ign/Branco	1	1	1	3	7	18	14	11	56
Total	8	14	20	42	45	41	70	68	308

Fonte: TABWIN, 2020

Outro dado importante na caracterização das tentativas de suicídio, diz respeito ao ineditismo ou não da tentativa, visto que, consiste em um importante indicador de como está estruturado os serviços de saúde mental no município. Além de atentar para o fato de que segundo Pedrosa et al. (2018) ao analisar as tentativas de suicídio no município de Iguatu-CE, aproximadamente 90% dos suicídios ocorrem no período de 24 meses depois da tentativa, sendo que 60% morrem nos 12 meses após a tentativa.

Assim, conforme demonstra o quadro abaixo, em 45,45% dos casos registrados NÃO existiram outras tentativas, ou seja, se tratavam de uma primeira vez. Enquanto que em 27,92% dos casos, SIM, já houve outras tentativas e mais de ¼ dos casos (26,62%) teve esse campo da ficha de notificação ignorado, fato que é de extrema relevância e que tem associação direta com o número de casos de mortes por suicídio, conforme a literatura aponta. Observe tabela abaixo.

SE JÁ HOUVE OUTRAS TENTATIVAS									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
NÃO	2	8	9	28	21	13	27	32	140
SIM	2	1	4	4	11	11	26	27	86
Ing/Branco	4	5	7	10	13	17	17	9	82
TOTAL	8	14	20	42	45	41	70	68	308

Fonte: TABWIN, 2020

O penúltimo item analisado foi a zona residencial onde as pessoas que tentaram o suicídio habitam/habitavam, isso é importante, pois permite se pensar estrategicamente como e onde atender essas pessoas e a quais os fatores ambientais podem está associados essas tentativas e etc. Assim,

194 ou 62,98% dos casos as pessoas residiam na zona urbana do Aracati-CE. Enquanto que 96 ou 31,16% dos casos as pessoas moravam na zona rural. E 4,22 ou 13 pessoas residiam na zona Peri Urbana, Ignorados ou em branco somaram 1,62% (05), conforme demonstra a tabela abaixo.

TIPO DE ZONA RESIDENCIAL									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Urbana	5	11	11	21	28	30	39	49	194
Rural	3	2	8	20	12	9	24	18	96
Peri urbana	0	0	1	1	4	2	5	0	13
Ign/Branco	0	1	0	0	1	0	2	1	5
TOTAL	8	14	20	42	45	41	70	68	308

Fonte: TABWIN, 2020

Outrossim, esse dado é importante pois “para cada suicídio há, em média, 5 ou 6 pessoas próximas ao falecido que sofrem consequências emocionais, sociais e econômicas” (BRASIL, 2006). O que aumenta as chances de que estas pessoas afetadas venham tentar o suicídio no futuro, devendo este, ser um dos fatores que faz da vigilância socioterritorial uma importante aliada no combate ao suicídio e as suas tentativas.

O ultimo item analisado diz respeito ao local em que ocorreu a tentativa e suicídio, no qual foi possível perceber que “Residência”, foi o local em que mais houve tentativas, representando 87,98. Seguido em segundo lugar de espaços em via pública que representou 6,16% e outros lugares com 1,94% dos casos. Conforme observado na tabela abaixo.

LOCAL ONDE OCORREU									
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Residência	6	12	17	38	38	38	61	61	271
Via pública	1	1	0	2	4	2	4	5	19
Outros	1	0	1	1	1	1	1	0	6
Ign/Branco	0	0	0	0	0	0	4	0	4
Bar ou similar	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Habitação coletiva	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Escola	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Local de prática esportiva	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Comércio/Serviços	0	0	0	0	1	0	0	0	1

Indústrias/construção	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Total	8	14	19	41	45	41	68	68	308

Fonte: TABWIN, 2020

O que segue em regra o panorama nacional, conforme descrito no Boletim Epidemiológico do Ministério da saúde (2017) que ao analisar as tentativas e casos de suicídio apontaram que a residência é a opção mais escolhida.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve como objetivo: construir o perfil epidemiológico das pessoas que tentaram suicídio no município do Aracati, no período de janeiro de 2010 a dezembro de 2019. No intuito de fornecer subsídios para a construção de estratégias contra esse tipo de ocorrência que anualmente tem levado a morte quase um milhão de pessoas.

Assim, pode-se perceber que em um panorama geral: 62,33% das ocorrências notificadas eram com mulheres; quanto a idade, a faixa etária dos 20 aos 29 anos foi a mais prevalente, tendo os casos se concentrado período etário dos 15 aos 39 anos. Embora se tenha observado ocorrências em todos os ciclos de vida. Quanto ao campo orientação sexual, a variável mais prevalente foi a “Ignorado” ou em branco; quanto a escolaridade, a maioria das pessoas tinham o ensino médio completo; não apresentavam nenhuma deficiência ou transtorno psicológico e nem haviam tentado outras vezes. Mais de 60% das pessoas residiam na Zona Urbana e utilizou a própria residência para realizar a tentativa de suicídio.

Embora as tentativas de suicídio representem objeto de preocupação em todo o mundo, há de se considerar que o contexto em que elas ocorrem principalmente por seu impacto em cidades pequenas e médias interioranas torna essa causa-morte ainda mais relevante. Assim não basta preencher a ficha de notificação, esta ficha deve ser preenchida de maneira atenta e respondendo a todas as questões. Pois, a quantidade de informações ignoradas em alguns casos impossibilitou a inferência sobre os itens descritos. Além de, em alguns casos, potencializar os riscos para novas tentativas.

O que sinaliza, dentre outros aspectos, a necessidade de sensibilização dos profissionais para o preenchimento atento e completo das fichas bem como a necessidade de se buscar desenvolver competências para o preenchimento devido. Principalmente para algumas categorias como: Etnia, se foi a primeira tentativa e se tem alguma deficiência física e/ou transtorno psicológico. Portanto, investir em processos de educação permanente em saúde, principalmente para os profissionais dos serviços de urgência e emergência é tão importante, assim como reconhecer que embora deixando campos em branco esse conjunto de profissionais salvam vidas diariamente.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO NETO, C. H. **Os aspectos socioantropológicos que contribuem para a tentativa de suicídio em Teresina-PI**. 2013. 201 f. Dissertação (Mestrado em antropologia e arqueologia) Universidade Federal do Piauí, 2016.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Brasília, 2018.
- . Ministério da Saúde. **Perfil epidemiológico dos casos notificados de violência autoprovocada e óbitos por suicídio entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, 2011 a 2018**. 2019. Disponível em: < <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/setembro/13/BE-suic--dio-24-final.pdf> > Acessado em: 21 Nov 2020.
- . Ministério da Saúde. **Prevenção do suicídio**: manual dirigido a profissionais das equipes de saúde mental. Brasília (DF), 2006.
- CASSORLA, R. M. S. (ORG.). (1991). **Do suicídio: estudos brasileiros**. Campinas: Papirus.
- CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA – CVV. **Suicídio. Saber, agir e prevenir**.
- Disponível em: < <https://www.cvv.org.br/wp-content/uploads/2017/09/folheto-popula-o.pdf> >. Acessado em: 27 Dez 2020.
- DUTRA, K. et al. Vivenciando o suicídio na família: do luto à busca pela superação. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília , v. 71, supl. 5, p. 2146-2153, 2018 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672018001102146&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 27 Dez. 2020.
- FAIRBAIRN, G. J. **Reflexos em torno do suicídio**: a linguagem e a ética do dano pessoal. São Paulo, 1999.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Características Étnico-raciais da População** - Classificações e Identidades. 2013.
- JUCA NETO, C. R. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. **An. mus. paul.**, São Paulo , v. 20, n. 1, p. 133-163, June 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142012000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 27 Nov. 2020
- OLIVEIRA, M. A. **O suicídio no Estado do Ceará: Estudo de epidemiologia ecológica**. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Saúde Pública) - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2010.
- OLIVEIRA M. I. V.; BEZERRA, J. G. F.; GONÇALVES-FEITOSA R. F. Tentativas de suicídio atendidas em unidades públicas de saúde de Fortaleza-Ceará, Brasil. **Rev. salud pública**. 2014 Set-Oct; 16(5):683-696.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE- OMS. **Manual para prevenção de suicídio para professores e educadores**. Genebra, 2000.
- _____. **Suicídio infográfico**. 2018, Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/suicide-infographic-es.pdf?ua=1>. Acessado em: 23 out. 2020.
- PEDROSA, N. F. C. et al. Análise dos principais fatores epidemiológicos relacionados ao suicídio em uma cidade no interior do Ceará, Brasil. **Rev. J Health Biol Sci**, Fortaleza, v.6, n.4

p.399-404, out/dez. 2018.

SANTOS, I. S. **O impacto da Homofobia e da Transfobia no campus Ministro Petrônio Portela da Universidade Federal do Piauí.** 2015. 108f. Trabalho de Conclusão de Curso [Bacharelado em Serviço Social], Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Piauí; Teresina 2015.

TAVARES, P. A.; PIETROBOM, F. C.. Fatores associados à violência escolar: evidências para o Estado de São Paulo. **Estud. Econ.**, São Paulo , v. 46, n. 2, p. 471-498, June 2016. Disponível em: <[pt=sci_arttext&pid=S0101-41612016000200471&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 24 Dez. 2020.](http://www.scielo.br/scielo.php?scri</p></div><div data-bbox=)

VIDAL, C. R. L. **Tentativas e mortes por suicídio em Barbacena, Minas Gerais, 2003-2011.** 2012. 93 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CAPÍTULO 11

CONTEXTOS PANDÊMICOS E SUAS INFLUÊNCIAS FRENTE AOS SINTOMAS DA ANSIEDADE E DEPRESSÃO

Lucas Dias Bento

Lielton Maia Silva

INTRODUÇÃO

Em relação ao histórico das pandemias, há relatos que apontam a ocorrência de surtos pandêmicos a mais de mil anos atrás. Uma das mais antigas registradas foi a que ficou conhecida como Peste de Justiniano, que pode ter tido início no Egito em 541 D.C, e sido disseminada por considerável parte da Europa e regiões próximas. A Peste Negra por sua vez, atingiu grande parte do continente Asiático e Europeu, por volta do ano de 1343, deixando dezenas de milhões de mortos. Por volta de 1500, a denominada Gripe Russa atingiu a maioria dos continentes, onde séculos depois, aproximadamente em 1889 ocorre um novo surto, no qual foi o primeiro de gripe a ser registrado detalhadamente, cerca de um milhão de vítimas morreram por conta deste subtipo da Influenza A (SANAR, 2020).

Entre as pandemias mais recentes, destacam-se as de Gripe Espanhola (1918) com outros dois surtos em 1957 e 1968, que deixou ao todo milhões de vítimas, e a primeira Pandemia conhecida do século XXI, a de H1N1 (Gripe Suína), onde originou-se possivelmente no México no ano de 2009 e espalhou-se rapidamente pelo mundo deixando milhares de vítimas fatais. No ano de 2020, a Pandemia do novo Corona Vírus (Covid-19) eclode, e rapidamente é disseminada, atingindo todos os países do planeta e afetando milhões de pessoas, ocasionando prejuízos econômicos e sociais e deixando milhões de mortos (SCHUELER, 2020).

Um dos fatores que as pandemias têm em comum é que as pessoas que passam por essa realidade e vivenciam um período pandêmico seja ele séculos atrás seja nos tempos atuais, estão sujeitas a sofrerem com o risco eminente de serem contaminadas e conseqüentemente perder a vida, ou seja, estão também bastante propícias a sofrerem com essa ‘nova realidade’ podendo assim vir a desenvolver sintomas ansiosos e ou depressivos (BECK; ALFORD, 2011). Compreende-se que todos os indivíduos, independentemente de classe ou nível social,

estão diariamente sujeitos a passarem por situações de estresse psicológico, que podem ser oriundas dos mais variados contextos. Portanto, segundo Beck e Alford (2011), sujeitos que se encontram em um estado de humor deprimido e ou depressivo, apresentam como relatos as

sintomáticas quase que iguais a dos quadros patológicos de Depressão. Sentimentos como tristeza e solidão aparecem comumente.

Sabe-se que dentro dos estudos da Psicologia é possível relacionar situações de vulnerabilidade e de extremo estresse como os vivenciados por populações atingidas por pandemias, por exemplo, com o aumento de sintomas psicológicos presentes em transtornos de ansiedade e depressão, oriundos de questões como o receio e medo do risco de contaminação, do distanciamento social, o receio por pertencer ao grupo de risco, questões econômicas e sociais, entre outras (BECK; ALFORD, 2011).

A ideia pelo desenvolvimento da pesquisa focalizada neste tema surgiu a partir do interesse em compreender e a curiosidade em observar e analisar como a vivência de períodos de pandemia e de extrema preocupação podem exercer influência direta na qualidade de vida e por consequência afetar de forma negativa o psicológico desses indivíduos.

Portanto, com o estudo em questão, foi almejado apresentar uma linha do tempo abordando a temática das Pandemias relacionando-as a sintomática de ansiedade e/ou depressão, possibilitando que seja fortificado o desenvolvimento de mais debates e mais pesquisas nesse campo, onde possam colaborar ainda mais para essa compreensão dos prejuízos psicológicos relacionados à tais sintomatologias, herdados a partir de tais vivências. A pesquisa em questão foi desenvolvida a partir do estudo das literaturas disponíveis acerca da temática.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Percurso histórico das pandemias nos últimos séculos

Uma Pandemia caracteriza-se pelo aumento repentino a nível continental ou mundial de casos de uma nova doença, o alto grau de disseminação sustentada e contágio, o nível de mortalidade que ela oferece bem como outros riscos e sequelas (SCHUELER, 2020).

Ao longo da história da humanidade diversos surtos pandêmicos ocorreram em diferentes épocas e contextos, atingindo regiões inteiras e dizimando grande número de pessoas a cada novo surto. Iniciando o percurso histórico das pandemias, destaca-se o surto de Varíola, que segundo relatos históricos teve destaque durante os séculos IV e V, reaparecendo diversas vezes ao longo das décadas, atingindo grande parte do continente Asiático e posteriormente expandindo-se para a Europa (TOLEDO JR, 2005).

A pandemia da Varíola foi uma das mais antigas que se há relatos, atingiu elevado número de pessoas deixando milhares infectados e com alta taxa de mortes, conseqüentemente foi uma das mais severas já enfrentadas. Apesar dos prejuízos e mortes relatados, a doença foi primordial para estudos

acerca de métodos de contenção e prevenção, onde as sociedades mais desenvolvidas já implementavam o distanciamento social como peça chave para o controle da disseminação (TOLEDO JR, 2005).

Pesquisas e estudos relacionados à possíveis métodos de imunização forneceram posteriormente uma técnica denominada Variolização que apesar de ser considerada controversa na época, ajudou na diminuição dos casos, onde posteriormente no século XVIII, a partir de observações e estudos, o médico inglês Edward Jenner desenvolve o método de imunização a partir do que hoje é conhecida como vacina, que foi de suma importância para a gradativa diminuição dos casos de varíola, bem como da sua erradicação (TOLEDO JR, 2005). Hinrichsen (2020) aponta que, durante o século XIV, por volta do ano de 1348 o continente europeu enfrentou umas das mais severas pandemias relatadas, a Peste Negra como foi denominada, é originária de uma bactéria (*Yersinia pestis*) que estava presente nas pulgas da grande maioria dos roedores, que na época, decorrente da pouca preocupação com meios convencionais de higiene e não existência de redes de esgoto, conviviam nas cidades em meio as populações.

A Peste Negra, assolou e reduziu grande parte da população europeia, pois por não haver conhecimentos científicos acerca da mesma, as pessoas que eram infectadas na sua grande maioria sofriam bastante com os sintomas, que iam de febre até erupções cutâneas de coloração preta que além de provocarem dores intensas desfigurava esses sujeitos, muitos dos acometidos acabavam vindo a óbito por não aguentar sintomas tão severos. Acredita-se que a doença chegou ao continente por intermédio do comércio marítimo entre Europa e Ásia (HINRICHSEN, 2020).

Seguindo a linha histórica das pandemias, de acordo com Valdés, Moreno e Labrador (2011), em meados do ano de 1817, ocorre no continente Asiático mais precisamente na Índia, o primeiro (dentre vários) surto pandêmico relatado da doença conhecida como Cólera, que rapidamente disseminou-se por demais países da Ásia, Oriente Médio e África, deixando assim milhares de doentes nos respectivos países. Vale ressaltar que a doença não foi extinta, ressurgindo assim esporadicamente em diversas regiões do mundo, atingindo praticamente todos os continentes.

A bactéria *Vibrio Cholerae*, responsável por ser o agente causador da Cólera, é transmitida por meio de fezes e água contaminada que quando em contato com o organismo humano podem causar infecção intestinal severa, deixando os acometidos bastante fragilizados, os meios de tratamento dos sintomas dos doentes incluem reidratação por meio de água e/ou soro. Medidas possíveis para a diminuição da incidência da doença incluem melhorias nos sistemas de tratamento de esgoto e água (VALDÉS; MORENO; LABRADOR, 2011).

Sarmento (2020), aponta que em meados de 1918 durante o período da Primeira Guerra Mundial, onde grandes potências como Estados Unidos e Alemanha travavam diversos embates

acerca de questões políticas, econômicas e territoriais, eclode o surto de uma nova doença, que atinge logo de início os soldados combatentes deixando milhares infectados, a doença em questão ficou conhecida como Gripe Espanhola, onde recebe essa nomenclatura por conta das questões estratégicas traçadas pelas nações envolvidas na guerra que para não demonstrarem “fraqueza” e para não fornecer dados reais acerca de suas forças bélicas não divulgavam dados sobre o número total de infectados ou mortos, porém, na contramão das demais a Espanha que não participava da guerra, fornece por meio da imprensa dados reais sobre a sua população, gerando assim esse processo de relação.

No período do surto pandêmico da Gripe Espanhola (Subtipo da Influenza) nações de todos os continentes foram atingidas e como o conhecimento científico acerca da doença em questão era bastante escasso, não havia tratamento eficaz, onde as medidas realizadas pelos profissionais da saúde visavam a redução e amenizar os sintomas dos infectados. Por se tratar de uma doença transmissível, autoridades implementaram medidas de isolamento social e o fechamento de escolas e igrejas, com o intuito de diminuir a disseminação e conseqüentemente o número de doentes. Nos EUA em algumas localidades específicas era indicado o uso de máscaras (SARMENTO; 2020).

Quase no final do século XX, por volta de 1980, numa época que a maioria dos países com considerável grau de desenvolvimento tecnológico, médico e científico considerava controlada a incidência de surtos de novas doenças infecciosas, são detectados, nos Estados Unidos os primeiros casos de imunodeficiência, onde posteriormente foi identificado como sendo originário do vírus HIV responsável por causar a conhecida AIDS, tornando-se assim uma nova preocupação no contexto de saúde pública no âmbito mundial (VILLARINHO, et al. 2013).

O vírus do HIV age semelhante a diversos outros vírus, as pessoas podem ser infectadas a partir do contato direto com fluidos provenientes de outros humanos infectados, onde indo de acordo com a nomenclatura, ao infectar o organismo atinge diretamente o sistema imunológico causando diversas sequelas, deixando assim os acometidos com o sistema imunológico mais suscetível a outros agentes patológicos (VILLARINHO, et al. 2013).

Diversos países, baseados nos conhecimentos que foram surgindo acerca da doença, iniciam programas de conscientização e prevenção a partir de medidas socioeducativas e do incentivo do uso dos preservativos, onde tornaram-se possíveis também a partir de mobilizações sociais e estaduais como pressão para a o desenvolvimento de tais iniciativas. Por possuir uma gama diversa de variantes, ainda não foi desenvolvida vacina, existindo atualmente meios de prevenção e tratamento (VILLARINHO, et al. 2013).

Segundo Bellei e Melchior (2011), no ano de 2009, mais precisamente no México, eclode o que viria a ser posteriormente, a primeira Pandemia do século XXI. A H1N1, variante do vírus

Influenza A que tem origem de mutações genéticas de cepas advindas de suínos ficou popularmente conhecida como Gripe Suína, doença essa que rapidamente se espalhou por todos os continentes atingindo praticamente todos os países do mundo.

Por seu alto e rápido nível de disseminação, ainda em 2009 a Organização Mundial da Saúde declara a Gripe Suína como uma Pandemia mundial, onde torna-se uma questão sanitária de interesse mundial, pois o novo vírus não apresentava muitas semelhanças com os demais vírus do tipo Influenza já conhecidos pela comunidade científica, tendo características incomuns e provocando variados sintomas nos infectados, onde iam desde sintomas mais leves como os de uma gripe comum até quadros mais graves de febre alta, complicações respiratórias e pneumonia (BELLEI; MELCHIOR, 2011).

A pandemia do H1N1, como demais pandemias já conhecidas, afetou diretamente a vida de milhares de pessoas deixando muitos mortos no Brasil e no mundo, onde as autoridades sanitárias dos respectivos países conseguiram conter a disseminação somente por meio de campanhas de vacinação e do tratamento precoce da doença, nos anos posteriores a vacina indicada pela OMS é trivalente para os subtipos de Influenza, com o intuito de evitar novos surtos dessas variações mapeadas anteriormente (BELLEI; MELCHIOR, 2011).

Já por volta do final do ano de 2019, mais precisamente em dezembro, surge na cidade de Wuhan, na República da China, diversos casos de uma nova doença infecciosa até então desconhecida, que vinha afetando cada vez mais um maior número de pessoas, a doença em questão posteriormente foi identificada como uma nova variante do Vírus Corona, o qual ficou conhecido como SARS-CoV-2 e ou Covid-19 (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

As autoridades sanitárias chinesas buscaram obter mais informações acerca de tal doença desconhecida e colaborar com a Organização Mundial da Saúde acerca da busca por estratégias de enfrentamento desse novo surto. Por volta de março de 2020 a OMS declara o surto do novo coronavírus (Covid-19) como uma pandemia mundial de grandes proporções, onde divulga também as precauções necessárias de prevenção como protocolos de distanciamento e higiene das mãos, o uso de máscaras e demais medidas a serem tomadas pelas autoridades sanitárias dos demais países, com o intuito de evitar o maior nível de disseminação do vírus (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAPAZA, 2020).

Ainda no ano de 2020, apesar das inúmeras medidas restritivas e de precauções adotadas pela grande maioria das nações, o vírus do Covid-19 causou incontáveis prejuízos, tanto econômicos como sociais, além dos milhões de vítimas fatais em todo o planeta. Pessoas acima dos 60 anos e com comorbidades são ainda mais vulneráveis aos efeitos da doença em questão, onde os sintomas nos casos mais severos podem incluir a síndrome respiratória aguda, febre, náuseas,

comprometimento em diversos órgãos como pulmões e rins, cefaleia entre outros, levando assim muitos dos pacientes graves a não resistirem e virem a óbito (OLIVEIRA; LUCAS; IQUIAZAPA, 2020).

Estudos promissores em diversos países desenvolveram em tempo recorde vacinas capazes de diminuir a taxa de disseminação e prevenir os casos mais graves da doença onde dezenas de nações ainda em 2020, dão início as suas campanhas de vacinação das suas respectivas populações.

Principais causas e sintomas de ansiedade e depressão

Ao longo da vida, todas as pessoas irão passar por experiências felizes, angustiantes ou tristes, aonde de certa maneira, ambas experiências acabam por exercer influência direta no que se refere ao campo dos sentimentos e emoções, onde por sua vez provocam diversas reações fisiológicas e mentais nesses indivíduos. Sentimentos como felicidade extrema ou euforia, medo, insegurança, tristeza ou nervosismo aparecem corriqueiramente no nosso dia a dia, porém é bastante importante haver o discernimento entre o nível sintomatológico comum\saudável para o patológico (MONTIEL; et al. 2014).

Montiel et al. (2014), aponta que todos os indivíduos estão suscetíveis a experienciar situações que acarretam diversos sentimentos que irão o ajudar ou atrapalhar em relação as maneiras de reagir frente as mesmas, cabe a esses indivíduos em conjunto com profissionais, como Psicólogos, por exemplo, perceber e avaliar se as estratégias de administração desses sentimentos estão sendo benéficas ou provocando perda do bem-estar e qualidade de vida dos mesmos.

Sabe-se que as sintomatologias ligadas a Ansiedade não patológica são perfeitamente normais, chegando a colaborar em alguns eventos específicos, como no que se refere ao planejamento do futuro escolar ou acadêmico, por exemplo, todavia se esses sintomas provocam preocupação extrema e incontrolável, medo ou fobias, podem acarretar sérios prejuízos no âmbito pessoal/social como profissionalmente, além dos sintomas fisiológicos possíveis de serem desenvolvidos (MONTIEL; et al. 2014).

Cury (2017), aponta que ao longo das gerações, as sociedades vem deixando como plano de fundo questões de suma importância para dar destaque e valorização de elevados níveis de produção física e intelectual, que cada vez mais estimula aos indivíduos que produzam pensamentos rápidos e acelerados, que por sua vez, geram nesses indivíduos um processo de perda e adoecimento de suas relações sociais, na qualidade de vida, na saúde emocional e criativa bem como da inteligência, ou seja, o processo de desenvolvimento de sintomatologias da ansiedade tem também a sociedade como uma das fontes desse processo de adoecimento.

O pensamento saudável como já abordado, exerce uma função primordial para o desenvolvimento em diversos âmbitos do ser humano, possibilitando processos de criatividade, inteligência e planejamento, por exemplo, contudo, pensar de forma exacerbada em questões como trabalho, estudo, situações e contextos diversos, geram prejuízos a saúde psíquica desses sujeitos e por consequência são desenvolvidos diversos sintomas físicos e emocionais, que por sua vez, provocam um processo de sofrimento e adoecimento (CURY; 2017).

Segundo Grolli, Wagner e Dalbosco (2017), sabe-se que o transtorno de ansiedade pode provocar diversos sintomas físicos nas pessoas que experienciam e convivem com o mesmo, entre as sintomatologias mais comuns cabe destacar a arritmia ou taquicardia, que consiste em batimentos cardíacos em níveis mais acelerados do que o habitual, os indivíduos também podem apresentar tontura ou vertigem e dificuldade para controlar a respiração. Há ainda a possibilidade de surgimento de sintomas no campo cognitivo, comportamental e social, ou seja, podem ser afetados para além de áreas específicas todo o funcionamento do organismo, gerando assim um processo de adoecimento psíquico e físico.

Diferentemente do que se pensa, em geral, todos os indivíduos independentemente de faixa etária ou gênero estão suscetíveis a desenvolverem durante ao longo da vida o transtorno de ansiedade, bem como suas sintomatologias. Ressalta-se a suma importância em incluir as crianças e adolescentes como um dos públicos que mais apresentam indícios, pois nessas faixas etárias específicas, geralmente acontecem muitos eventos que se não forem bem administrados pelos mesmos poderão posteriormente vir a ser desencadeadores de um possível transtorno de ansiedade, podendo relacionar essa “vulnerabilidade” com a pouca idade, logo, pouca experiência e estratégias para lidar com a angústia e sofrimento. (GROLLI; WAGNER; DALBOSCO. 2017).

Pesquisas e estudos ao longo dos anos vem indicando que múltiplos fatores ocasionam estresse e preocupação excessiva, questões familiares, conjugais, religiosas, escolares, profissionais, sociais e pessoais, contextos de emergência ou catástrofe, por exemplo, provocam diariamente uma tensão mental, onde muita parte dos indivíduos mesmo com algumas estratégias de enfrentamento, em algum momento não conseguem lidar com tais situações e isso acaba por consequência gerando o sentimento de incapacidade e impotência que por sua vez acarreta um processo de subestimação das próprias capacidades para lidar com contextos adversos. (GROLLI; WAGNER; DALBOSCO. 2017).

Partindo do pressuposto que as fontes e desencadeadores da ansiedade são bastante amplas e incluem uma diversa gama de contextos, é possível apontar os diferentes tipos do transtorno de ansiedade. Medo ou apreensão de vivenciar momentos de “exposição” pública ou ter contato com muitas pessoas poderá caracterizar-se como Fobia Social, pensamentos incontroláveis em relação aos

diversos aspectos da vida como rotina, saúde, finanças, entre outras, podem indicar para um Transtorno de Ansiedade Generalizada, onde a fadiga e nível de irritabilidade elevado são comuns. A ansiedade que provoca sensações de cansaço e sintomas físicos como coração acelerado, dificuldade para respirar, tontura, dores e o pensamento de morte podem configurar-se como Síndrome do Pânico. Existem muitos tipos de T.A, onde todos têm em comum o alto potencial de causar sofrimento e prejuízos a saúde mental dos acometidos (MORAIS; CRIPPA; LOUREIRO, 2008).

Segundo Moraes, Crippa e Loureiro (2008), sabe-se que a apreensão excessiva e desmedida, para além das sintomatologias citadas, podem desencadear concomitantemente traços e indícios de Depressão, que se caracteriza por ser uma doença que também atinge uma enorme parcela da população e está relacionada com o campo dos pensamentos e preocupações, ou seja, as sintomatologias em questão poderão indicar a coexistência de traços de ambas as doenças no mesmo indivíduo bem como apresentarem-se de maneira independente.

De acordo com Teles (2017), estudos e pesquisas recentes apontam que a Depressão é uma das doenças de caráter psicológico e mental com maior índice de incidência mundial, onde o cenário brasileiro, não muito diferente, apresenta estimativas que apontam que, algo em torno dos 6% dos brasileiros adultos, sofrem com quadros da doença, onde uma grande parcela dessa população não tem suporte ou não procuram ajuda de profissionais, apontando que ainda existem muitos indivíduos que sofrem diariamente sem sequer obter tratamento adequado.

Não muito distante dos causadores da Ansiedade, o quadro de Depressão pode surgir ao longo de toda a vida, independente de idade, raça, gênero ou classe social. Geralmente, na sociedade moderna, as pessoas têm rotinas bastante cansativas e estressantes, onde acabam por sua vez gerando um elevado nível de tensão mental e física. Contextos que desestabilizem rotinas ou planejamentos prévios também colaboram como causadores (PELUZO; BLAY, 2008).

São possíveis de destacar múltiplos contextos que podem colaborar com o surgimento das sintomatologias depressivas, sendo eles, a perda de uma pessoa querida, conflitos pessoais ou profissionais, a perda de um emprego, conflitos familiares, questões financeiras, divórcio, alterações hormonais, o uso de alguns fármacos, onde vale ressaltar experiências emocionais traumáticas como o bullying e a descoberta de alguma doença grave. (PELUZO; BLAY, 2008).

Observando a depressão enquanto transtorno mental, pode-se apontar que a complexa e ampla interação entre os fatores psicológicos, ambientais, espirituais, entre outros, está diretamente relacionada ao desenvolvimento do transtorno, onde geralmente poderá ser identificado a partir do surgimento da perda de disposição e energia bem como do humor deprimido. Sabe-se que a depressão pode causar nos indivíduos, um sentimento de solidão e tristeza profunda, onde se difere

da tristeza dita “comum” para os demais, pois quem vivencia tal sentimento, sofre de forma mais severa e prolongada (TEODORO; 2010).

Teodoro (2010) compreende que como consequência dos diferentes fatores que influenciam no surgimento do quadro depressivo, é possível apontar que os sintomas podem afetar diversos aspectos da vida do sujeito, afetando por sua vez, as relações sociais e pessoais do mesmo. Áreas como o campo das cognições, do humor e da vida social, são geralmente os mais afetados pelas sintomáticas, que por sua vez provocam no deprimido pensamentos e sensações de tristeza e sofrimento físico e mental.

Aponta-se que dentre os contextos de maior frequência de incidência de quadros depressivos destacam-se, fatores sociais, onde pessoas que tem dificuldade ou por algum motivo tem pouco convívio social e acabam desenvolvendo o sentimento de solidão, fatores financeiros onde relaciona-se também com desemprego, que acabam gerando no indivíduo além de preocupações, diversos sentimentos como impotência e angústia, destacam-se ainda fatores estressores advindos de diversos aspectos do dia a dia e fatores de perda ou luto, que geram consigo sentimento de vazio, solidão, tristeza profunda e inconformismo (TEODORO; 2010).

Teles (2017), aponta que no processo de identificação dos quadros depressivos, é crucial direcionar o olhar para questões como o rebaixamento de humor e autoestima, pois ambas tornam-se características nos sujeitos deprimidos, pois é bastante comum que haja o afloramento da perda e disposição para realizar as atividades rotineiras bem como do questionamento das próprias capacidades e de seu valor para as demais pessoas, onde o sentimento de vazio e um processo de questionamento existencial também apresentam-se.

Atualmente, acerca das discussões entre os demais variados profissionais e estudiosos das áreas da saúde, de doenças mentais e do sofrimento psíquico, respectivamente, há em geral, um consenso no que se refere a análise e entendimento das possíveis fontes e causas dos quadros depressivos, onde podem ser provenientes da inter-relação entre fatores genéticos/hereditários, físicos, emocionais e culturais/sociais, ou seja, os indivíduos devem ser compreendidos a partir de uma visão completa, onde todos os contextos em questão exercem influência direta no desenvolvimento das sintomáticas como também no processo de adoecimento (TELES; 2017).

A relação entre o aumento das sintomatologias de quadros ansiosos e depressivos frente às pandemias

Os contextos pandêmicos, como já supracitados, afetam em diversos âmbitos o modo de vida dos sujeitos, atingindo, social, econômico, mental e fisicamente todos que estejam inseridos em tais

realidades, e para além dessas “consequências”, há também a questão dos possíveis traumas e sintomas nesses sujeitos, herdados de experienciar e vivenciar tal cenário (MAIA; DIAS, 2020).

Maia e Dias (2020), apontam que, ao longo da história, no decorrer do surgimento e dos relatos históricos das pandemias é possível observar que as sociedades mais antigas, por diferentes fatores não davam a devida importância ou não buscavam estudar os efeitos e traumas psicológicos que uma pandemia poderia gerar nas pessoas, possivelmente por conta de os esforços estarem direcionados para amenização dos efeitos da doença em questão e pela busca de uma possível cura. Sabe-se que em contextos mais atuais e recentes, essa questão tornou-se junto aos demais campos do conhecimento, uma das áreas de maior interesse em relação ao desenvolvimento de pesquisas e estudos por parte da comunidade científica.

Em cenários mais recentes como os das pandemias de Gripe Suína (H1N1) e do novo Coronavírus (Covid-19), órgãos internacionais como a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Organização Mundial da Saúde (OMS) por exemplo, buscaram sempre emitir e indicar recomendações a serem seguidas por parte das nações afetadas, com o intuito de controlar a incidência e disseminação da doença específica. Medidas como o uso de máscaras, álcool em gel, equipamentos de proteção individual (EPIs) para profissionais da saúde, distanciamento social e quarentena, incluem-se nos protocolos a serem adotados nos contextos mais severos, como por exemplo, o da pandemia de Covid-19, que atingiu praticamente todos os países do planeta (MAIA; DIAS, 2020).

Atualmente é possível afirmar, a partir de diversas constatações no meio científico, que todos os indivíduos estão sujeitos a serem afetados por diversos fatores (psicológico, social e orgânicos), que juntos poderão causar ou desenvolver sequelas psicológicas e físicas a partir da maneira como serão vivenciadas, ou seja, é possível associar contextos sintomatológicos de ansiedade e depressão nesses indivíduos a partir da maneira como serão afetados em contextos emergentes como o de uma pandemia, por exemplo, tendo em vista que essas vivências traumáticas afetam diversos âmbitos da vida do sujeito, como por exemplo, psicologicamente, oriundo a partir do medo e falta de esperança bem como o receio da morte de entes queridos e o próprio isolamento social (TASSARA et.al. 2021).

Ao longo das décadas, as instituições internacionais competentes e responsáveis para agir em questões e contextos sanitários de extrema urgência, como a OMS, por exemplo, foram desenvolvendo a partir do trabalho multidisciplinar da comunidade científica internacional, protocolos sanitários com as devidas recomendações e orientações em relação as possíveis medidas a serem tomadas em contextos calamitosos e de urgência como a disseminação desenfreada de uma nova doença, que a partir de alguns critérios pode ser denominada de pandemia. Sabe-se que uma

medida que veio sendo incentivada e obtendo bons resultados ao longo das diversas pandemias na história mais recente, foi o distanciamento ou isolamento social, que varia de intensidade dependendo do contexto, nível de contágio e disseminação em questão (TASSARA, et.al. 2021).

Tassara; Okabayashi; Casaca e Veronez, (2021), citam a pandemia do Covid-19, iniciada na China no final do ano de 2019, como um exemplo no qual a medida de isolamento social teve que ser aderida pela massiva maioria dos países do mundo, pois por questões relacionadas a alta e rápida disseminação do vírus bem como uma taxa de mortalidade elevada, levou a adoção de tal medida com o intuito de frear e reduzir o avanço da doença. Com essa nova realidade, antes nunca vivenciadas por muitos, questões como estudos, trabalho e lazer, foram diretamente afetadas, gerando por sua vez diversas dúvidas e incertezas nos indivíduos, tendo em vista a repentina mudança no cotidiano.

O isolamento social somado a outros fatores, acaba por influenciar diretamente na questão da instabilidade física e emocional dos sujeitos, pois contextos que propiciam o medo excessivo e prolongado e a falta de convívio social, podem acarretar prejuízos referentes ao processo de saúde mental e ao desenvolvimento de sintomas de ansiedade e depressão tendo efeito direto em âmbitos essenciais como o sono e a alimentação, podendo ainda propiciar o surgimento de transtornos psicológicos mais graves como o Transtorno Pós Traumático, a Ansiedade e a Depressão (DA SILVA, et.al. 2020).

Ainda referente a medida sanitária do distanciamento social, outros impactos que podem ser gerados dentro do processo de bem estar e de saúde mental estão ligados a prejuízos na qualidade da alimentação, pois indivíduos que encontram-se em estado de ansiedade ou tristeza podem desenvolver hábitos alimentares menos saudáveis como maneira de estratégia de enfrentamento bem como a qualidade do sono pode ser diretamente afetada, pois como no exemplo da alimentação, pessoas que estão vivenciando momentos que propiciam uma instabilidade emocional podem ter o sono reduzido, chegando em alguns casos a configura-se como um processo de insônia, tendo em vista o receio contínuo e as incertezas sobre o futuro, dentro da experiência e vivência de um período pandêmico (DA SILVA, et.al. 2020).

Estudos e pesquisas acerca dos possíveis impactos que surtos de uma doença podem causar nas populações apontam que, além dos óbvios riscos físicos, há concomitantemente indicativos de riscos psicológicos que podem surgir nesses indivíduos, pois levando em consideração que na grande maioria dos surtos epidêmicos/pandêmicos mais graves, medidas preventivas como a quarentena são adotadas, logo, como supracitado, decorrente em boa parte das incertezas e em alguns casos da falta de informações seguras e do processo de disseminação das nomeadas Fake News, as pessoas acabam

desenvolvendo um misto de emoções e sentimentos negativos que podem evoluir para quadros mais graves (BARROS et.al. 2020).

Durante o desenvolvimento de um estudo realizado no primeiro semestre do ano de 2020 no Brasil, período de vigência da Pandemia do Novo Corona Vírus – Covid-19, foram averiguadas, com cerca de mais de 45 mil pessoas (de todas as seis regiões do país) que responderam à pesquisa (virtualmente ou por ligação), informações que tinham por intuito apontar e analisar a frequência que se apresentou alterações no sono bem como no humor referentes a nervosismo e tristeza na população brasileira durante o referido período pandêmico, onde na amostragem foi incluída uma variação etária de 18 a 60 anos ou mais, onde os resultados da pesquisa apontaram para um significativo aumento em relação as alterações pesquisadas (BARROS et.al. 2020).

Referente a pesquisa anteriormente citada, foram obtidos ainda, dados que apontam que durante o período pandêmico, por volta de, 40% dos brasileiros adultos sentiram-se na maior parte do tempo tristes ou deprimidos e por volta de, 52% sentiram-se na maior parte do tempo nervosos ou ansiosos e ainda referente aos problemas ligados ao sono, foram apresentados os seguintes resultados, onde 43% dos adultos que antes não tinham, passaram a ter dificuldades, e os que já tinham (48%), relataram ter se agravado o problema, ou seja, com os resultados obtidos é possível apontar para uma clara relação entre vivenciar tais períodos inesperados com o aumento repentino das sintomatologias ansiosas e depressivas na população, tendo em vista ainda questões como a desigualdade social como um possível potencializador para tal realidade (BARROS et.al. 2020).

Em outro estudo realizado no ano de 2021, com o intuito de verificar a frequência de depressão, ansiedade e estresse na população brasileira durante o período da pandemia de Covid-19, foi constatado a partir da amostragem respondente da pesquisa que mesmo em pessoas que já realizavam algum tipo de acompanhamento psicológico como terapia, os índices sintomatológicos ansiosos e ou depressivos tiveram significativo aumento, onde aponta também que indivíduos que vivenciaram anteriormente situações ou contextos semelhantes de isolamento e de pandemias que os sintomas ansiosos apresentaram relativo aumento em comparação as pessoas que nunca experienciaram tal situação. A pesquisa ainda apresenta que cerca de 8,5% das pessoas que responderam à pesquisa deram início a algum processo de suporte psicológico após o início da pandemia (BARBOSA et.al. 2021).

Prado; Peixoto; Silva e Scalia (2020), trazem que ampliando ainda mais o olhar para todos os sujeitos que podem ser afetados pelos impactos causados por tais contextos e indo além da população em geral, um público específico que também é atingido diretamente é o dos profissionais de saúde que atuam na linha de frente no enfrentamento de situações como uma pandemia, pois essa categoria

lida diretamente com os acometidos onde acabam por consequência se expondo aos riscos ainda mais se comparado ao restante da população.

No estudo realizado pelo mesmo autor, a partir da análise de demais pesquisas foram obtidos índices que apresentam um nível de moderado a grave em relação ao aumento dos níveis de estresse em 59% dos trabalhadores da saúde, de variação no nível de depressão e ansiedade de 12% a 50% e 20% até 44%, respectivamente, nesses profissionais, ou seja, também fica visível a influência e os impactos causados nesse público em relação aos efeitos que uma pandemia pode gerar (PRADO, et.al. 2020).

METODOLOGIA

A presente monografia em questão trata-se de um estudo de Revisão Bibliográfica de cunho Exploratório, trazendo a abordagem qualitativa e alinhando-se com o modelo de Revisão Bibliográfica Integrativa.

A pesquisa classifica-se como exploratória por ter como fonte de obtenção e levantamento de dados as fontes bibliográficas, onde tem por intuito fornecer a partir da construção da pesquisa em questão, um maior processo de familiaridade com o tema em questão bem como torná-lo mais claro, objetivando integrar os fatos e dados, gerando um processo de síntese entre as suas variantes. (LAKATOS; MARCONI, 2017).

A abordagem qualitativa possibilita e disponibiliza técnicas de pesquisa que incluem de forma mais ampla, as diferentes fontes de obtenção de dados, levando em consideração questões como a observação dos participantes, estudos de caso entre outros, ou seja, a abordagem qualitativa traz a possibilidade de análise e conclusão desses dados de modo menos delimitado em relação a fatos isolados. (LAKATOS; MARCONI, 2017).

A pesquisa foi construída a partir do modelo de revisão tendo por critérios o seguimento e padrão de demais artigos científicos e acadêmicos levando em consideração as etapas seguidas pelos mesmos. Os dados analisados durante a pesquisa, são obtidos a partir da seleção de demais produções bibliográficas sobre o tema em questão a fim de embasar teoricamente os objetivos almejados pelo pesquisador. (ROTHER, 2007).

O trabalho em questão consiste numa produção de revisão literária do tipo integrativa, onde tem como fonte de coleta de dados, produções científicas, ondem incluem-se artigos científicos, livros, artigos de revisão, artigos de revistas de Psicologia, Medicina e Enfermagem, obtidos em fontes confiáveis de pesquisa, dentre elas, a plataforma Scielo, o Google Acadêmico, BVSPSI,

revistas eletrônicas da área da Medicina e Enfermagem e o portal online da fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), respectivamente.

Para a pesquisa em questão, foram selecionadas produções científicas em português e espanhol que contemplaram o período de tempo de 2010 até 2021 (11 anos), levando em conta quesitos de inclusão e exclusão. Foram utilizados como fatores de inclusão, produções científicas que tenham sido produzidas dentro do período de tempo definido bem como que apresentem conteúdo literário que contemple o tema da pesquisa. Como critério de exclusão foram analisados quesitos como o período de tempo e conteúdo bibliográfico coerente com a temática, onde foram excluídas as produções que não atenderam os quesitos.

Durante o processo de construção da pesquisa foram utilizados os seguintes descritores: “Pandemias históricas”, “Pandemias ao longo da história da humanidade”, “Transtorno de ansiedade”, “Depressão”, “Ansiedade e Depressão”. Os materiais levantados para a pesquisa incluíram o uso do operador booleano AND, tendo em vista a utilização de pelo menos dois dos descritores apresentados, durante o processo de coleta.

Em relação a etapa da análise, após a seleção dos materiais bibliográficos foi realizado o processo de leitura e aprofundamento acerca das produções com o objetivo de obter embasamento e ampliação acerca do tema selecionado, onde ainda referente ao processo de análise dos dados obtidos durante a pesquisa onde deram-se a partir do levantamento das referidas publicações por meio dos descritores supracitados, foi possibilitado posteriormente, desenvolver o processo de interpretação desses dados a partir desses matérias coletados e por meio também do processo de comparação realizado entre os materiais achados durante a pesquisa e o referencial teórico.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após o processo de busca e análise das produções científicas encontradas, a partir dos descritores e dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados um total de 6 produções científicas para serem abordadas no processo de discussão da pesquisa em questão, onde foram priorizadas publicações referentes aos anos de 2020 e 2021. Todos os 6 trabalhos vão de encontro com a temática pesquisada. Na tabela 1 foram agrupadas as principais informações e contribuições para o desenvolvimento da pesquisa em questão, referente às 6 publicações a serem discutidas.

Tabela 1. Principais informações e achados.

AUTORES E ANO	TITULO	OBJETIVO PRINCIPAL	PRINCIPAIS ACHADOS
MAIA; DIAS, 2020.	Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da Covid-19.	Analisar os níveis de ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários portugueses a partir de uma amostra anterior e outra durante a pandemia de Covid-19.	Os resultados do estudo confirmam um aumento significativo em relação aos níveis normais de estresse, ansiedade e depressão nos estudantes durante o período pandêmico.
SILVA et.al, 2020.	A relação entre a infecção por coronavírus e a susceptibilidade a transtornos mentais e o risco de suicídio: o que a literatura tem evidenciado?	Identificar as evidências científicas sobre perfil relacionado a saúde mental nas pessoas após o coronavírus e elucidar a influência na saúde mental dos profissionais de saúde.	A pesquisa a partir dos estudos analisados conclui que as alterações oriundas da Covid-19 influenciam diretamente a integridade emocional das pessoas, apresentando alta prevalência de sofrimentos psiquiátricos e psicológicos.
BARROS et. al, 2020.	Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de Covid-19.	Analisar a frequência de tristeza, nervosismo e alterações do sono durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, identificando os segmentos demográficos mais afetados.	O estudo traz que, entre os mais de 45 mil respondentes, que durante a pandemia mais de, 40% sentiram tristeza frequente, 52% ansiedade frequente ou nervosismo e 43% alteração no sono.
BARBOSA et. al, 2021.	Frequência de Sintomas de ansiedade, depressão e estresse em Brasileiros na pandemia de Covid- 19.	Analisar a frequência de estresse, depressão e Ansiedade em Brasileiros no período pandêmico da Covid-19.	A pesquisa apresentou que entre os respondentes houve aumento significativo em relação aos níveis de ansiedade e que por volta de 8,5% deu início a algum tipo de acompanhamento de suporte psicológico após o início da pandemia.
TASSARA et.al, 2021.	Prevalência de sintomas psicológicos em tempos de isolamento social.	Levantar os efeitos do isolamento em relação aos aspectos depressivos.	A partir da pesquisa e baseados nos estudos analisados ficou evidenciado um grande impacto na qualidade de

			vida da população ,acarretando o aumento de transtornos psiquiátricos decorrentes do isolamento social no Brasil e em outros países.
PRADO et. al, 2020.	A saúde mental dos profissionais de saúde frente a pandemia do Covid-19: Uma revisão integrativa.	Conhecer a situação da saúde mental dos profissionais da área da saúde da linha de frente na pandemia do Covid-19 e quais consequências para os serviços de saúde.	A pesquisa aponta que a literatura colhida indica para índices de estresse moderado ou grave em 59% dos trabalhadores da saúde, depressão entre 12,7% a 50,4%, e ansiedade entre 20,1% a 44,6% desses profissionais durante o período pandêmico.

Fonte: dados da pesquisa; (BENTO; 2021).

Os estudos e publicações abordados e selecionados para a referente pesquisa indicam de forma explícita que há uma relação entre experienciar contextos de calamidade como de uma pandemia e o desenvolvimento de sintomatologias referentes a ansiedade e a depressão.

Os 6 estudos indicam que durante períodos pandêmicos houve significativo aumento no nível de estresse, ansiedade e medo na população em geral, perda na qualidade de vida e da saúde mental, bem como da integridade emocional também apresentaram-se, onde em umas das pesquisas desenvolvida com a população brasileira, os principais sintomas que se apresentaram em 40% da população foi frequente tristeza, em 52% nervosismo ou ansiedade frequente, além dos 43% que indicaram problemas relacionados ao sono, ou seja, a literatura disponível aponta para uma clara relação entre os períodos pandêmicos e o desenvolvimento das respectivas sintomatologias.

Maia e Dias (2020), trazem que, dos contextos pandêmicos mais antigos que ocorreram ao longo da história da humanidade até os mais recentes, houve uma certa evolução no que se refere a maneira como foram enfrentadas nos tempos mais distante até os tempos atuais. Das pandemias recentes que atingiram um significativo número de nações, foram as do H1NI ou como ficou popularmente conhecida Gripe Suína e a do Covid-19, que tiveram maior destaque em relação as produções de estudos e avanços científicos.

Referente aos prejuízos psicológicos e físicos que um contexto pandêmico pode causar nas pessoas, Tassara; Okabayashi; Casaca e Veronez, (2021), ressaltam que experienciar uma situação emergente como a pandemia de uma doença existente ou de uma nova doença pode provocar dentre

outros prejuízos, questões relacionadas a sintomas psicológicos ligados ao medo, receio e falta de esperança referente ao contexto de incertezas, deixando assim, evidente os riscos a qualidade de vida das pessoas que vivenciam tal realidade, onde Maia e Dias (2020), ainda corroboram que houve um aumento significativo nos níveis de depressão, ansiedade e estresse em grupos como os de estudantes, se comparados a contextos anteriores ao pandêmico.

Um dos fatores mais recorrentes em surtos pandêmicos recentes é a medida sanitária de enfrentamento conhecida como distanciamento ou isolamento social (varia de acordo a intensidade restritiva) que segundo Tassara; Okabayashi; Casaca e Veronez, (2021), fica possível relacionar também como uma das possíveis causas de sintomas ansiosos e depressivos na população em geral, apesar da clara e óbvia importância da medida para conter a disseminação, pois diversos âmbitos da vida dos sujeitos são afetados a partir das restrições, podendo assim gerar também um processo de “solidão” nessas pessoas.

Ainda referente ao distanciamento ou isolamento social, Da Silva et. al, (2020), aborda que decorrente do processo de falta ou perda do convívio social e do medo excessivo decorrentes do cenário em questão, podem surgir sintomas como tristeza ou nervosismo que afetam também aspectos da vida do sujeito como o sono e a alimentação, tendo em vista a falta de estabilidade emocional. Outro aspecto que contribui nesse processo de perda de saúde mental pode estar diretamente relacionado a falta de informações ou da disseminação de informações inverídicas em relação a doença em questão (BARROS, et. al, 2020).

Os estudos dos referidos autores indicam de forma evidente que a medida sanitária do isolamento social em conjunto com os outros fatores contextuais de uma pandemia, ao decorrer do tempo vão exercendo influencia no que se refere ao desenvolvimento ou potencialização de sintomas relacionados aos quadros de ansiedade e depressão, ou seja, apesar de ser de suma importância que a medida seja implementada, a população em geral é afetada nesse âmbito de saúde mental, pois por grande parte das pessoas estarem habituadas a uma rotina de convivência social, muitos não tem habilidades para lidar com tal realidade e com a mudança de rotina. Ainda referente as contribuições expostas pelos autores, foi percebido que em geral, mesmo que em diferentes níveis, as pessoas que desenvolvem as referidas sintomatologias, ficam vulneráveis ao surgimento de outros problemas de saúde, como insônia e hábitos alimentares menos saudáveis.

Barros et. al, (2020) e Barbosa et.al, (2021), em suas respectivas pesquisas, apontam que um surto pandêmico gera, além de riscos físicos à população, uma grande quantidade de efeitos negativos em relação a saúde e bem estar da população em geral, pois com base nas pesquisas foi possível serem realizados levantamentos estatísticos, nos quais corroboram entre si no que se refere nas afirmativas de relação entre esses contextos, onde veem trazer que pelo menos 40% da

população brasileira adulta sentiu efeitos negativos em relação ao humor deprimido/tristeza e que por volta de 52% sintomas relacionados à ansiedade, para além, ainda foi percebido o aumento significativo de 8,5% em relação as pessoas que deram início ou buscaram algum processo de suporte psicológico.

Ressalta-se que um fator relacionado a um grupo social mais específico e que corresponde a grande parte de população é a questão da desigualdade social, presente em grande parte das sociedades mundo a fora e não diferente no Brasil (BARROS et. al. 2020). Onde essa desigualdade pode ser um dos fatores “chave” para compreender-se como e de que forma as pessoas são afetadas por um cenário pandêmico, pois mesmo que todos sejam atingidos em algum nível, é essa população específica que está mais vulnerável e à mercê de enfrentar dificuldades, tanto em relação a renda como no próprio âmbito da saúde, pois grupos sociais com maior poder aquisitivo acabam tendo de certa maneira uma maior possibilidade de vias de enfrentamento.

Foi possível constatar a partir do estudo e pesquisa de Barbosa et. al, (2021), que os efeitos do contexto pandêmico da Covid-19 na população foram percebidos de forma tão significativa, que mesmo em pessoas que já vivenciaram cenários pandêmicos anteriores ou semelhantes em relação a experiência, os sintomas ansiosos e/ou depressivos, entre outros, foram relativamente maiores do que nas populações mais jovens, se comparado, onde corroborando com os dados do autor anterior, Prado; Peixoto; Silva e Scalia (2020), trazem a questão que tanto a população em geral pode ser atingida por respectivos fatores, como também, alguns grupos e categorias profissionais de forma ainda mais direta, se comparado ao restante da população.

Prado; Peixoto; Silva e Scalia, (2020) e Da Silva et. al, (2020), apontam em seus estudo que além das demais pessoas, o grupo dos profissionais de saúde foi percebido como um dos grupos que mais estão expostos nos referentes contextos pandêmicos, e por consequência com uma das maiores taxas de susceptibilidade ao desenvolvimento de sintomas diversos bem como de contrair o vírus, pois a categoria profissional é a que primeiro tem contato com acometidos referente ao início do processo de tratamento dos sintomas da doença em questão.

Sabe-se da suma importância dos profissionais de saúde no que se refere aos cuidados dos acometidos e também no processo de desenvolvimento de tratamentos eficazes ou que reduzam os danos no organismo, tendo em vista que o surto possa ser de uma doença que ainda não exista tratamento específico ou com eficácia científica, Prado; Peixoto; Silva e Scalia (2020), trazem em seu estudo e decorrente também da análise de outras publicações, que houve significativo aumento nos sintomas de ansiedade (variação de 20% a 44%) e depressão (variação de 12% a 50%) nesse grupo específico durante a pandemia de Covid-19.

Portanto como trazem Tassara; Okabayashi; Casaca e Veronez, (2021), acerca do complexo contexto que uma pandemia envolve, fica bastante perceptível que a grande maioria das pessoas sofre com os efeitos de tais cenários inesperados, tendo repercussões em diversos âmbitos de suas vidas e significativamente no que se refere a saúde mental, pois os sintomas já relatados podem prejudicar diretamente a vida e a realidade desses sujeitos, tendo em vista que se não dada a devida importância poderão evoluir para quadros mais complexos e graves ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, considera-se que os diversos contextos pandêmicos que ocorreram ao longo da história da humanidade, desde os mais antigos, a séculos atrás, bem como os mais recentes, como por exemplo, os de H1N1 e do Novo Corona Vírus (Covid-19), propiciaram e ainda propiciam o surgimento de sintomatologias relacionadas aos quadros de ansiedade e depressão, causando assim um sofrimento psicológico em grande parte da população e conseqüentemente a perda na qualidade de vida e bem-estar.

Os estudos, pesquisas e publicações em geral, disponíveis até a realização dessa pesquisa apontam para uma clara relação entre esses fatores contextuais pandêmicos e o surgimento/agravamento dessas sintomáticas específicas, dentre outras de cunho psicológico, sendo assim necessário que as instituições nacionais e internacionais ligadas ao âmbito da saúde pública nacional e internacional respectivamente, desenvolvam em conjunto, medidas que viabilizem e deem suporte para a resolução dessa problemática tão recorrente.

Evidencia-se que ao longo do processo de construção desta pesquisa alguns estudos foram de suma importância tendo em vista que ainda há uma certa escassez de mais produções científicas acerca da temática, demonstrando assim, como é importante que haja mais produções que discutam sobre a temática bem como, para dar suporte na elaboração de estratégias de prevenção e enfrentamento que possam colaborar dentro do processo de redução desses danos à saúde mental da população em geral.

REFERÊNCIAS

- BECK, A. T; ALFORD. B. A. **Depressão causas e tratamento**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed. 2011.
- BARROS, Marilisa Berti de Azevedo et al. Relato de tristeza/depressão, nervosismo/ansiedade e problemas de sono na população adulta brasileira durante a pandemia de COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, p. e2020427, 2020.
- BARBOSA, Leopoldo Nelson Fernandes et al. Frequência de sintomas de ansiedade, depressão e estresse em brasileiros na pandemia COVID-19. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 21, p. 413-419, 2021.
- BELLEI, Nancy; MELCHIOR, Thaís Boim. H1N1: pandemia e perspectiva atual. **Jornal Brasileiro de Patologia e Medicina Laboratorial**, [S.L.], v. 47, n. 6, p. 611-617, dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpm/la/zFfHzH4zZ48wWtPVWxzzjbc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021.
- CURY, Augusto Jorge. **Ansiedade: como enfrentar o mal do século**. Saraiva Educação SA, 2017.
- DA SILVA, Joice Kelly et al. A relação entre a infecção por coronavírus e susceptibilidade a transtornos mentais e o risco de suicídio: o que a literatura tem evidenciado?. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 8, n. 1, p. 1-7, 2020.
- GROLI, Verônica; WAGNER, Marcia Fortes; DALBOSCO, Simone Nenê Portela. Sintomas depressivos e de ansiedade em adolescentes do ensino médio. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 9, n. 1, p. 87-103, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6185316>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- HINRICHSEN, Sylvia. **Tua Saúde**. 2020. Peste negra: o que é, sintomas, tratamento e transmissão. Disponível em: <https://www.tuasaude.com/peste-bubonica/>. acesso em: 30 de mar. 2021.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MAIA, Berta Rodrigues; DIAS, Paulo César. Ansiedade, depressão e estresse em estudantes universitários: o impacto da COVID-19. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020.
- MORAIS, Luciene Vaccaro de; CRIPPA, José Alexandre S.; LOUREIRO, Sonia Regina. Os prejuízos funcionais de pessoas com transtorno de ansiedade social: uma revisão. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul**, v. 30, n. 1, p. 0-0, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rprs/a/LdyyPqFKwRx6t9yBHqDMGqc/?lang=pt>. Acesso: 14 mai. 2021.
- MONTIEL, José Maria; BARTHOLOMEU, Daniel; MACHADO, Afonso Antônio; PESSOTTO, Fernando. Caracterização dos sintomas de ansiedade em pacientes com transtorno de pânico. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 34, n. 86, p. 171-185, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/946/94632921012.pdf>. Acesso em: 28 mai. 2021.
- OLIVEIRA, Adriana Cristina de; LUCAS, Thabata Coaglio; IQUIAPAZA, Robert Aldo. WHAT HAS THE COVID-19 PANDEMIC TAUGHT US ABOUT ADOPTING PREVENTIVE MEASURES? **Texto & Contexto - Enfermagem**, [S.L.], v. 29, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/cgMnvhg95jVqV5QnnzfZwSQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 24 abr. 2021.

- PELUSO, Érica de Toledo Piza; BLAY, Sérgio Luís. Percepção da depressão pela população da cidade de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, v. 42, n. 1, p. 41-48, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/nz4t6pj9RHnKMKKNK7GhTc/?lang=pt>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- PRADO, Amanda Dornelas et al. A saúde mental dos profissionais de saúde frente à pandemia do COVID-19: uma revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 46, p. e4128-e4128, 2020.
- ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007.
- SARMENTO, Cristina Montalvão. Paradoxos de uma Pandemia| Paradoxes of a Pandemic. Political Observer| Revista Portuguesa de Ciência Política, n. 14, 2020.
- SANAR. **Sanar Med.** 2020. Pandemias na história: o que há de semelhante e novo na covid-19. Disponível em: <https://www.sanarmed.com/pandemias-na-historia-comparando-com-a-covid-19>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- SCHUELER. P. **Fiocruz.** 2020. O que é uma pandemia. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em: 30 mar. 2021.
- TASSARA, Izabela Gonzales et al. Prevalência de sintomas psicológicos em tempos de isolamento social. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 1295-1309, 2021.
- TEODORO, Wagner Luiz Garcia. **Depressão: corpo, mente e alma.** 3 ed. Uberlândia. 2010.
- TELES, Maria Luiza Silveira. **O que é depressão.** 1 ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.
- TOLEDO JUNIOR, Antônio Carlos de Castro. História da Medicina: história da varíola. **Revista Medica de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 15, p. 58-65. 2005.
- VALDÉS, Laura Margarita González; MORENO, María de La C. Casanova; LABRADOR, Joaquín Pérez. Cólera: historia y actualidad. **Rev. Ciencias Medicas**, Pinar del Rio, v. 4, n. 15, p. 280-294, 2011.
- VILLARINHO, Mariana Vieira; PADILHA, Maria Itayra; BERARDINELLI, Lina Márcia Miguéis; BORENSTEIN, Miriam Susskind; MEIRELLES, Betina Horner Schlindwein; ANDRADE, Selma Regina de. Políticas públicas de saúde face à epidemia da AIDS e a assistência às pessoas com a doença. **Revista Brasileira de Enfermagem**, [S.L.], v. 66, n. 2, p. 271-277, abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/55MrWgd5VNfMv3zPrMW9DmF/?lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021.

CAPÍTULO 12

PORNOGRAFIA E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: POR UMA PRODUÇÃO QUE SUSPENDA ESTEREÓTIPOS E TABUS

Francisco Quintino de Castro Neto

Lielton Maia Silva

INTRODUÇÃO

A indústria pornográfica tem alcançado índices de consumo bastante altos nos últimos anos no mundo e no Brasil. Segundo informações divulgadas no site oficial da empresa *PornHub* (2021), uma das maiores indústrias da cena pornográfica no mercado, o número de acessos chega a alcançar a ordem de 36 bilhões de visitas por ano, o que significa cerca de 100 milhões de visitas diárias, contém ainda em seu site mais de 20 milhões de usuários registrados, apontando para um percentual de 74% de acessos realizados por homens e 26% por mulheres, ainda indica que 60% de seus visitantes e usuários têm idade inferior a 35 anos e que 76% de todo seu tráfego de informações é realizado por dispositivos móveis, como *smatphones* ou *tablets* (PORNHUB, 2021).

A pornografia se mantém presente e ativa em nossa sociedade compondo um conjunto de mídias que nos atravessam em nossa constituição cultural, política, social e cognitiva, contudo, para além dessa condição, a pornografia tem se apropriado de uma funcionalidade pedagógica em caráter paralelo, confundindo-se com a realidade das práticas sexuais, levando a uma espetacularização do ato sexual e da vivência da sexualidade, classificando e hierarquizando desejos e modos de desejar. Isso tem influenciado diretamente na construção dos espaços de apropriação de sexo e gênero, é sabido que homens e mulheres percebem questões relacionadas a sexualidade de formas distintas (BORGES, 2019).

Dessa forma, lançar um olhar crítico e pertinente sobre aspectos relacionados à produção, disseminação e consumo da indústria pornográfica e como esses fatores incidem diretamente na construção e manutenção dos agentes biopsicossociais é de interesse da psicologia, envolta ao grande grupo das Ciências Humanas e da Saúde, buscando, não uma base epistemológica unificada que dê conta desses eventos e seus significados, mas uma interconexão vívida entre os saberes levando ao usufruto de uma composição teórica fluída e alicerçada na persistência científica, proporcionando a profissionais da área da saúde e educação apropriarem-se de uma perspectiva menos reducionista sobre a arte erótica, em que pese, do acesso e consumo ao universo cinematográfico da pornografia.

Assim, no intento de entender esse movimento de consumo e consequências do mesmo, o

trabalho aqui apresentado tem como finalidade apresentar uma revisão bibliográfica que promova à suspensão dos estereótipos e tabus relacionados à pornografia e ao comportamento de seus consumidores. Foram utilizados na construção desse trabalho artigos encontrados nas plataformas *SciELO* e *Google Acadêmico*, como também a tese apresentada por Cynthia Perovano Camargo Baumel em 2019, com o título: “Uso de pornografia e sua influência na satisfação com os relacionamentos amorosos” apresentada como critério para obtenção de título de doutorado à pesquisadora.

A pesquisa apresenta bastante relevância pois a disseminação de aspectos estereotipados relacionados ao conteúdo produzido e comportamento do consumidor, ainda bastante presentes em nossa sociedade, reduz a perspectiva do sujeito em relação a espaços que podem ser desbravados e usufruídos no escopo do universo cinematográfico da pornografia, aumentando o discurso falacioso e conservador, subjugando a intensa heterogeneidade da produção do entretenimento adulto em função de sua categoria *mainstream*, contribuindo para um retardo na mudança de panorama em relação aos processos de subjetivação que estão imbrincados no consumo das mídias, em especial nas relações de representatividade, sexualidade, corporeidade e modos de sentir e desejar.

REVISÃO DE LITERATURA

Pornografia e mercado pornográfico

Segundo Leite (2011), o termo pornografia pode ser reconhecido como uma ordenação conceitual, selecionando e ordenando produções culturais que estão relacionadas com as representações da sexualidade, dessa forma, a pornografia, também caracteriza-se e é indissociável das relações de tempo e espaço. A pornografia, enquanto máquina de produção cultural, artística e mercadológica data da segunda metade do século XIX, engendrando a criação de um novo nicho de consumo voltado especificamente para o prazer e a excitação. Com o advento das gráficas e editoras a produção do material pornô tornou-se cada vez mais relevante e substancial na manutenção do mercado do entretenimento, envolvendo nesse grupo obras literárias, pictóricas e produtos distintos com mercado de consumo voltado principalmente para a Europa Ocidental, contudo logo alcança as Américas ganhando destaque nos Estados Unidos (LEITE, 2011).

Leite (2011) ainda alerta para a dificuldade em classificar o termo “pornografia” dentro de um exato tipo de produto ou produção, seja ela cultural, social ou mercadológica. Essa dificuldade pode ser entendida a partir do fenômeno da difusão do termo em espaços de pouca produção intelectual, assim a palavra “pornografia”, que origina-se do grego “ *pornos*” (prostituta) e “*graphô*” (escrever), apesar de ter sido utilizada pela primeira vez em um museu arqueológico francês para

classificar uma coleção de obras com cenas que indicavam práticas sexuais, ganhou força nos espaços populares sendo relativizada e condicionada as vicissitudes morais e políticas daqueles que a produzem e a consomem, apresentando um movimento com arestas pouco definidas (LEITE, 2011).

Torna-se importante considerar que a pornografia, enquanto produção de conteúdo artístico e midiático, obedece a um panorama bem mais amplo, que é o da arte erótica. Esteban (2019) vem nos apresentar uma reflexão sobre o papel da arte erótica na composição do escopo cultural, em uma visita a trabalhos essenciais para responder esse questionamento foi elencado o conceito de arte erótica defendido na produção de Susan Sontag, em 1966, que define a arte erótica como uma resposta à exaustão e desânimo causados pelos movimentos artísticos à sociedade moderna. A arte erótica, na contramão dos demais movimentos, apresenta um modelo artístico onde a forma é mais importante que o conteúdo, garantindo uma figuração parnasiana à aplicação de sua didática e metodologia (ESTEBAN, 2019).

A fim de suprimir quaisquer ambiguidades no trabalho apresentado adotaremos a definição utilizada por Lopes (2013) que se refere à pornografia como: qualquer produção que tenha como foco a excitação do espectador, independente de seu produtor, utilizando como recursos para esse fim a exibição de órgãos sexuais, relações sexuais ou atos sexuais explícitos em filmagens prolongadas e ininterruptas com closes nos órgãos genitais mantendo a centralidade no corpo e na prática sexual (LEITE, 2011).

É relevante indicar que, é a partir da década de 1990, impulsionada pela expansão da *World Wide Web*, que o mercado pornográfico alcança marcas de consumo bastante expressivas. Com o incremento de novas tecnologias facilitando o acesso à internet, o anonimato e a alta oferta de material pornográfico em sites especializados, em sua grande maioria de forma gratuita e sem restrições de acesso, garantiram um alto consumo social e mercadológico à indústria pornô (BAUMEL et al., 2019, 2020).

Segundo informações do site SimilarWeb (2021), que realiza um levantamento sobre o tráfego mundial de acesso às websites, entre os 20 sites mais acessados do mundo 03 estão voltados inteiramente para o entretenimento adulto, no Brasil encontram-se pelo menos 02 desses sites entre os 20 mais visitados, o que indica, de forma inegável, o quão alto é o consumo desse material não só no mundo, mas também no Brasil (SIMILARWEB, 2021).

Ratificando esse parâmetro de consumo, podemos verificar em informações divulgadas no site oficial da empresa *PornHub* (2021), uma das maiores indústrias da cena pornográfica no mercado, que o número de acessos chega a alcançar a ordem de 36 bilhões de visitas por ano, o que significa cerca de 100 milhões de visitas diárias. Contém ainda em seu site mais de 20 milhões de usuários registrados, apontando para um percentual de 74% de acessos realizados por homens e 26%

por mulheres, ainda indica que 60% de seus visitantes e usuários têm idade inferior a 35 anos e que 76% de todo seu tráfego de informações é realizado por dispositivos móveis, como *smatphones* ou *tablets* (PORNHUB, 2021). Esses dados são relevantes para entendermos a conjectura em que está estruturado o consumo de material pornográfico, apontando para um consumo realizado em sua maioria por homens jovens e com acesso à internet por meio de *gadgets*.

A indústria pornô e sua influência

Baumel et al. (2019,2020) nos indica que a presença da pornografia em nossa sociedade tornou-se inegável, constitui espaços e modifica classificações e ordenações sexuais, apresenta a midiatização do ato sexual, trazendo à tona a desmistificação do ato privado, combatendo tabus e conceitos morais mais enrijecidos, contudo, concomitantemente, apresenta ao consumidor um espetáculo altamente performatizado do ato sexual que, ao fugir da realidade, pode trazer prejuízos a forma de conceber simbólica e socialmente o fazer sexual em sua organicidade e originalidade, abrindo margem para uma vivência da sexualidade pífia, não obstante, carregada de nocividade onde a heteronormatividade compulsória alcança práticas cada vez mais constantes e fortemente internalizadas. Junto a isto soma-se ainda a função pedagógica paralela que a pornografia adquiriu em nossa sociedade, “educando” e “orientando” jovens de ambos os sexos no fazer de suas práticas sexuais, encontrando uma recepção social muito maior na comunidade masculina devido a uma série de hábitos que são “*acolchoados de privilégios*” (BENSUNSAN, 2004, p.136) já que a indústria pornográfica, principalmente em sua categoria *mainstream*, foi estabelecida dentro dos parâmetros heterossexuais, masculinos e normativos (BORGES, 2019).

Susanna Paasionen (2011) apresenta, em sua ideia de Ressonância Carnal, a possibilidade de promover uma análise que leve a superação da concepção de que o espaço cultural da pornografia está sujeito, indelevelmente, a consequências abjetas do consumo. A autora conduz a reflexão a partir da perspectiva da construção de novos espaços de representatividade e consumo dentro da economia pornô “on line”, onde os processos de subjetivação do prazer, que compõem o indivíduo, são constantemente alimentados por uma indústria que se expande e fortalece o mercado do sexo, dessa forma o surgimento de um novo panorama que conduz a diretrizes diferentes da convencionalidade heteronormativa emergem da necessidade de grupos que não comungam dessa perspectiva, aqui podemos elencar as produções *queer*, com indivíduos que não se encaixam nos conceitos estéticos normativos e obras concebidos a partir da óptica da cultura feministas, por exemplo (PAASIONEN, 2011).

Esse movimento de reivindicação de espaço cultural de produção cinematográfica possibilita um aspecto mais amplo de diversidade e representatividade coletiva no bojo da indústria

pornográfica, que com o advento da *web 2.0*, movimento midiático que conduziu a um rebaixamento das fronteiras que delimitavam a produção de material erótico como exclusivo às grandes indústrias do entretenimento adulto, possibilitando ao espectador função dúbia, produzir seu próprio material pornográfico e disponibilizá-lo na rede *network* promovendo,

dessa forma, um aspecto de transgressão e contracultura onde o que se torna evidente é um novo espaço de representação que é inaugurado (SANTOS, 2019).

A produção cultural envolta a massiva comercialização do material pornográfico desencadeia movimentos que se posicionam ora a favor, ora contra a indústria do entretenimento adulto ao decorrer do tempo, entre esses movimentos podemos destacar o antipornografia, movimento que teve início a partir das manifestações feministas nas décadas de 1960 e 1970, que, levando em consideração o crescimento emergente da indústria pornô e seu consumo expressivo, como também, que a sexualidade, sua construção e manutenção, têm importância singular na constituição dos processos subjetivos do sujeito, lançou problematizações significativas sobre a produção pornográfica e sua atuação danosa no repertório cognitivo e comportamental dos indivíduos que a consomem (BORGES, 2019).

Entre as problematizações alavancadas pelo movimento antipornografia está em como a indústria pornô enquadra a figura feminina, priorizando sempre uma posição de submissão, passividade e permissividade, contribuindo com riscos reais para as mulheres que estão imersas em uma sociedade que subjetifica sua prática sexual balizando-se na coreografia produzida pela indústria pornográfica e reconhece a *fêmea como sendo um prêmio, uma caça, um corpo a ser dominado* (BENSUNSAN, 2004, p.134), dentre os vários prejuízos arrolados pelo movimento em relação ao consumo do material pornô estão: insatisfação com os relacionamentos reais e aparência física dos parceiros, o encorajamento das relações opressivas de poder, o estímulo ao exercício da agressividade masculina, a predisposição dos homens a agir de modo antissocial e a diminuição da aceitação social feminina, estando esses fatores estreitamente relacionados com a constituição, encorajamento e agravamento das relações de opressão principalmente entre e intra gêneros, encontrando na heteronormatividade compulsória, conjunto moral que acredita na existência de uma linearidade entre sexo, gênero e comportamento, elencando papéis a serem seguidos por homens e mulheres, o pano de fundo para sua ratificação social (BORGES, 2019).

Por outro lado podemos encontrar os movimentos pró-pornografia que não negam a existência e compartilhamento de material nocivo e agravante das relações sociais já deficitárias, mas argumentam que, sendo a produção cultural o espelho e resultado das relações e manifestações de uma sociedade no espaço e no tempo, e, estando a produção pornográfica também inserida nessa circunstância há uma tendência a seguir esse movimento de mudança, modificando-se e adaptando-

se às novas relações culturais, sociais e políticas. Assim, acreditando em um rompimento com a gênese da produção pornográfica que mantinha na categoria *mainstream* seu foco principal, centralizando a imagem do pênis e reconhecendo na ejaculação masculina o ápice do prazer na relação, o movimento pró-pornografia acredita no advento do *altporn*, que caracteriza-se pela produção amadora de vídeos, como uma via possível para um consumo que leve à superação dos estigmas outrora fortalecidos pela indústria pornográfica, disseminando uma produção feita por consumidores para consumidores, não roteirizada e sem aprisionar-se aos parâmetros de estética ou heteronormatividade, já que nessa categoria há uma presença expressiva de produções com mulheres que rompem com o padrão normativo, sendo elas: masculinizadas, obesas, deficientes ou *queers*. Nesse intento o movimento pró-pornografia acredita que, estando o *altporn* disposto a romper com os parâmetros normativos das ideologias capitalistas que alicerçam o imperativo a sexualidade comercial, seu consumo é benéfico para a comunidade (BORGES, 2019).

O consumo e suas reverberações.

Apesar da comprovação de alto consumo de material pornográfico em todo mundo, poucas produções científicas destinam-se a estudar e entender o fenômeno da pornografia e as reverberações de seu consumo. Em um levantamento realizado por Baumel (2019), 45 artigos foram identificados como empenhados em analisar as relações de consumo de material pornográfico e suas consequências nos relacionamentos amorosos entre os anos de 2006 e 2015. O trabalho da pesquisadora destinou-se a análise de artigos, escritos em português, inglês ou espanhol, que apresentaram as palavras-chaves: pornografia e relacionamento, com suas respectivas traduções para os idiomas também pesquisados, excluindo aqueles que se destinavam a discussão de temáticas relacionadas a pornografia infanto-juvenil.

Os artigos passaram por uma compartimentalização e análise de suas informações principais o que possibilitou o levantamento das seguintes informações: houve um aumento significativo de produções acadêmicas sobre a temática nos anos de 2010, contabilizando 08 artigos produzidos, e 2015, somando um total de 12 artigos; dos 45 artigos elencados para o estudo apenas 02 estavam em língua portuguesa e apenas 01 focava a população brasileira; 19 artigos foram classificados como da área da Psicologia, por elencarem como autores principais profissionais da área psicológica, como também apresentaram como principal público-alvo a comunidade universitária. A partir do que foi exposto podemos considerar que há uma lacuna persistente de produções acadêmicas sobre a temática, principalmente quando restringimos a escrita à língua portuguesa e estudos que tenham como foco a comunidade brasileira, fica claro também a preocupação da psicologia com as relações

de consumo e as reverberações dessas práticas na constituição cognitiva e comportamental dos sujeitos, por fim o público-alvo ser em sua maioria composto por universitários indica que as pesquisas pouco avançam para além dos muros das instituições, sendo realizadas, em sua maioria, apenas por alunos, que podem ter sua participação imputada por algum processo institucional imperativo (BAUMEL, 2019).

Ainda foram elencados aspectos positivos e negativos do consumo de material pornográfico. Em 87%, 39 artigos, foram encontrados relatos de aspectos negativos relacionados ao consumo de pornografia, estando dispostos da seguinte forma: I – Prejuízos à saúde, presente em 32% dos artigos, nessa categoria encontra-se uma preocupação com uma mudança comportamental e cognitiva tal como uso problemático e excessivo, comportamento sexual de risco e auto percepção negativa, é importante ressaltar que dentre esses aspectos ainda destacam-se comportamentos de vício e todo o repertório prejudicial que o acompanha; II – Prejuízos ao relacionamento, presente em 31% dos artigos, relacionado a termos como redução da satisfação, segredo, infidelidade e redução da intimidade; III – Violência contra as mulheres, presente em 21% dos artigos, com foco na percepção que categoriza à pornografia como um propulsor de comportamentos e atitudes que apresentam risco à integridade física e mental das mulheres, termos como violência contra a mulher e objetificação ratificam esse aspecto de vulnerabilidade; e IV – Aspectos socioculturais, presente em 16% dos artigos, com referência a aspectos que influenciam diretamente no comportamento sexual, como a idealização do *setting pornográfico* (BAUMEL, 2019).

Já aspectos positivos foram encontrados em 42%, 19 artigos, e foram dispostos da seguinte forma: I – Sexualidade, presente em 44% dos artigos, são expressões que tem relação direta com benefícios na vida sexual e no desenvolvimento da sexualidade, diversificação sexual e apimentar a relação são alguns exemplos de respostas encontradas; II - Desenvolvimento pessoal, presente em 31% dos artigos, que fizeram referência a diversificação de recursos pessoais através do consumo de pornografia, aprendizado, autoestima e confiança são citados, apresenta o pornô como meio pelo qual se obtém a ampliação do horizonte da prática sexual, validando desejos e fantasias; III – Benefícios ao relacionamento, presente em 25% dos artigos, aponta uma melhora das relações com o companheiro, melhor comunicação e maior intimidade. A descrição dos resultados encontrados auxilia na construção de um panorama mais verossímil da atuação da pornografia na conjectura das sociedades atuais (BAUMEL, 2019).

Silva (2018) em seu trabalho intitulado “O impacto do consumo de pornografia nas relações de intimidade: uma revisão teórica” apresenta, entre outros aspectos, uma análise sobre o consumo frequente de material pornográfico e suas consequências negativas. O estudo realizado aponta que o consumo de material pornográfico apresenta-se prejudicial quando feito de forma descontrolada ou

desregulada, o que pode comprometer as relações de intimidade e manutenção salutar de aspectos relacionais, entre condições relacionadas ao consumo frequente há uma predisposição muito maior ao desinteresse pela relação sexual real em função da prática idealizada, uma propensão maior a insatisfação pelo corpo e características físicas do parceiro, uma menor relação de intimidade e baixo nível de satisfação sexual, aponta-se ainda que, quanto maior o tempo de exposição do sujeito ao material pornográfico em condições desreguladas mais os fatores negativos tornam-se sobressalentes. Relaciona-se ainda a alta frequência de consumo de pornografia a aspectos comportamentais de dependência, o que pode levar a um comprometimento das funções psicossociais, apresentar isolamento social ou indisposição às funções cotidianas, baixo comprometimento relacional, pouco interesse nas relações amorosas e sexuais reais, entre outros prejuízos (SILVA, 2018).

METODOLOGIA

TIPO DE ESTUDO

O presente estudo adota a revisão bibliográfica como ferramenta metodológica e investigativa, fundamentando-se na possibilidade de realizar uma análise crítica, meticulosa e ampla das publicações correntes afins com a temática apresentada (TRENTINI e PAIM, 1999). A proposição se deu em realizar uma análise qualitativa de diferentes autores que decorrem sobre a pornografia, arte erótica, consumo de material pornográfico e suas possíveis reverberações na dinâmica das relações humanas. A metodologia adotada tem como princípio fundamental aproximar o investigador de tudo aquilo que já foi produzido sobre o assunto abordado, contudo é possível pensar no ineditismo de trabalhos que adotam esta perspectiva de investigação já que a particularidade da nova problemática apresentada possibilita ampliar o olhar sobre um tema antes decorrido (MARCONI e LAKATOS, 2007).

Os trabalhos analisados foram arrolados através de pesquisas à plataforma *Google Acadêmico* e o site *Scielo* mantendo como foco produções que atendessem de forma responsiva à problemática elencada, também foi utilizada para compor o acervo dessa pesquisa a tese apresentada por Cynthia Perovano Camargo Baumel em 2019, com o título: “Uso de pornografia e sua influência na satisfação com os relacionamentos amorosos” apresentada como critério para obtenção de título de doutorado à pesquisadora. Foram adotados como critérios fundamentais de inclusão artigos que estivessem escritos em português ou espanhol e que apresentaram afinidade com a temática principal da pesquisa como também aqueles que arrolaram informações relevantes para o desenvolvimento de discussões afins com a problemática levantada.

Foram incluídas apenas publicações que prestaram-se a discutir conteúdos relacionados a Arte Erótica, Pornografia, Consumo de Material Pornográfico e Consequências do Consumo e que foram publicadas entre os anos de 2004 e 2020, todos os tipos de delineamentos metodológicos foram aceitos. Como critérios para exclusão foram utilizadas as seguintes condições: publicações anteriores à 2004, escritas em língua estrangeira que não estivesse no domínio interpretativo do pesquisador e que mantivessem a discussão no âmbito do universo jurídico.

Ao fim da coleta de dados, o material selecionado para fundamentar esse estudo foi lido e teve suas principais informações compiladas, enfatizando que promover a realização de pesquisas e discussões que possam suspender os estereótipos e tabus culturalmente imbricados nessa temática pode reverberar em um aprofundamento e ampliação da temática nos ambientes de produção de conhecimento. Posteriormente foi realizada uma análise de conteúdo buscando compreender, como também, ampliar os conhecimentos sobre a problemática principal e elaborar a revisão de literatura.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

Leite (2011) apresenta um conceito de pornografia que figura sua importância dentro dos processos que compõem os arranjos culturais, indicando que ela deve ser vista como uma ordenação conceitual, abrangendo as produções artístico-midiáticas que se debruçam sobre as representações de sexualidade em uma sociedade, dessa forma, a produção de material pornográfico não pode estar dissociada das relações de espaço, tempo, cultura e mercado consumidor, estando esses quatro aspectos imbricados e indissolúveis quando é analisada em profundidade as manifestações que o consumo desse material provoca nos sujeitos sociais (LEITE, 2011).

É importante destacar que as regras que estruturaram a gênese da pornografia ainda mantêm-se vivas, trazendo à tona a necessidade de refletir sobre a substancialidade da arte erótica e sua funcionalidade parnasiana. Esteban (2019) engendra uma reflexão sobre o lugar da arte erótica na produção de conteúdo cultural utilizando-se do resgate de produções como o ensaio *Contra la Interpretación* escrito por Susan Sontag em 1966, que identifica a arte erótica como uma resposta ao esvaziamento e exaustão que foram produzidos pelos movimentos artísticos na sociedade moderna, que primaram e se estruturaram na apresentação, muitas vezes, de um conteúdo de difícil acesso intelectual, resvalado aos grandes espaços de elitização e comprometidos com o conteúdo sobrepondo a forma. Segundo o pesquisador a arte erótica apresenta-se e ganha adeptos na possibilidade de inverter os papéis estruturais na constituição do fazer artístico, pois o conteúdo torna-se fator secundário estando a forma como coisa principal de destaque na produção de material cultural. (ESTEBAN, 2019)

Dessa forma a produção de arte erótica apresenta-se como uma alternativa de incentivo a “força criativa” do sujeito, já que, em contato com as manifestações dessa categoria artística a fundamentação de conteúdo interpretativo fica aos cuidados do indivíduo que a consome, incentivando-o a posicionar-se intelectual, política, social e culturalmente em relação à representação artística (ESTEBAN, 2019).

Santos (2019) indica a necessidade fundamental de se analisar o universo pornográfico a partir da contextualização político-cultural específica para que se possa pensar de forma mais consistente a relação da pornografia com os variados discursos que incorporam as estruturas de poder e saber direcionadas ao prazer sexual. Dessa forma é fundamental refletir sobre a atuação da pornografia no universo simbólico e nos processos de subjetivação dos sujeitos, trazendo para o debate sobre a temática estatuto de importância que está para além da figuração estereotipada sobre o acesso e consumo da pornografia (SANTOS, 2019).

Junto a esta primeira reflexão é possível incorporar a ideia de Ressonância Carnal, apresentada por Susanna Paasonen (2011), onde é defendida a possibilidade de realização de uma análise que supere os estereótipos e tabus relacionados diretamente à produção cinematográfica pornô e ao comportamento do seu consumidor. A autora defende que, em meio a um processo de alimentação constante na produção midiática de material pornográfico e da reivindicação de espaços de representatividade, grupos que não possuem corpo simbólico de destaque no universo pornográfico acabam por inaugurar lugares que ratifiquem suas diretrizes de prazer, assim, a pornografia pode possibilitar aos sujeitos uma reinvenção em seu panorama de concepção das relações sexuais, de prazer, de corporeidade e sexualidade (PAASONEN, 2011).

Tomando essa condução analítica torna-se possível promover uma estruturação de discussões que levam a suspensão dos conceitos pré-estabelecidos sobre a pornografia e seu consumo, desmistificando o discurso pejorativo que resume o universo cinematográfico pornô aos conceitos estéticos, estruturais, metodológicos e mercadológicos que compõem a categoria de obras classificadas como *mainstream* (clássica) que ratifica na espetacularização do ato sexual sua maior diretriz, não obstante, utilizam-se de técnicas cenográficas com a finalidade de garantir uma máxima visibilidade pornográfica, como por exemplo: I - uso expressivo do recurso *close-up* em partes do corpo consideradas erógenas, colocando em foco o desmembramento do corpo feminino, funcionando como uma decupagem do corpo em direção ao ápice do prazer sexual; II – orquestração das posições sexuais para que os corpos envolvidos no ato sejam totalmente capturados pelas câmeras e estejam categoricamente explícitos, como também valorizando, nessa organização, a centralidade do ato na filmagem; III – valorização do pênis, centralizando o órgão e mistificando o gozo no instante da ejaculação masculina e IV – supressão do gozo feminino e da condução do ato

pelas mulheres (SANTOS, 2019).

Na análise empreendida por Baumel (2019) procurando compreender os efeitos do consumo de material pornográfico na população jovem adulta, principal público-alvo na indústria do entretenimento, foi levantado um número de 45 artigos, produzidos entre os anos de 2006 e 2015, que empenhavam-se em responder os questionamentos de sua pesquisa. A partir da compilação das informações contidas nessas publicações foi possível levantar as seguintes informações: houve um aumento de produções acadêmicas sobre a temática nos anos de 2010 e 2015; apenas 02 estavam em língua portuguesa e apenas 01 indicava a população brasileira como foco; 19 artigos foram classificados como da área da Psicologia como também apresentaram como principal público-alvo a comunidade universitária. Ainda sobre os aspectos de relevância de sua pesquisa foram compiladas informações sobre características positivas e negativas elencadas por participantes de pesquisas de campo que tinham como foco principal o consumo da pornografia. Em 87% das publicações aspectos negativos tomavam a dianteira em relação aos efeitos do consumo, foram descritos como principais efeitos danosos: uma mudança comportamental e cognitiva pejorativa nas relações sexuais, comportamento de vício, comportamento sexual de risco e auto percepção negativa, redução da satisfação sexual com o parceiro real, segredo, infidelidade, redução da intimidade, violência contra a mulher e idealização do *setting pornográfico* (BAUMEL, 2019).

Já aspectos positivos do consumo foram identificados em 42% das publicações, entre as principais percepções de benefícios encontrados estão: estímulo à criatividade sexual, representatividade dos desejos, apimentar a relação, aprendizado, aumento na autoestima, diversificação de recursos pessoais, confiança, ampliação do horizonte da prática sexual, validação de fantasias, melhora na intimidade e na comunicação dos casais (BAUMEL, 2019).

É importante indicar que os estudos compilados pela pesquisadora mantiveram o foco no consumo da pornografia por casais, sem distinção entre heteroafetivos ou homoafetivos, e por jovens adultos que estavam em curso acadêmico, reafirmando como principal ponto de análise as reverberações do consumo de material pornográfico no comportamento dos participantes. É evidente que homens e mulheres constroem aspectos de sua sexualidade de formas distintas, moldam-se a partir de composições dicotômicas de mundo e manifestam-se a partir de símbolos diferentes. Lançando um olhar mais criterioso sobre os resultados apresentados pela pesquisadora podemos perceber que o discurso estereotipado e coberto de tabus envolto à produção e consumo de material pornô alcança ambos os sexos, mas manifesta-se de forma mais evidente na população feminina (BAUMEL, 2019).

Não é possível negar a contribuição danosa da indústria pornográfica nas relações de sexo e

poder entre homens e mulheres, contudo é válido a tentativa de apontar um caminho alternativo para novos espaços de consumo e para construção de novas representatividades do corpo, da sexualidade e dos modos de proporcionar e receber prazer, concebendo ao espaço de produção pornô a possibilidade de apresentar cenários de representatividade que podem ser usufruídos em um movimento de consumo que se estenda para além da pornografia clássica (PAASONEN, 2011).

Essa construção torna-se evidente quando parte dos entrevistados apresentaram aspectos positivos do consumo mesmo utilizando as mesmas ferramentas midiáticas que aqueles que apontaram apenas aspectos negativos, podemos indicar que os critérios de seleção de material e usufruto da mídia podem ser definidores na construção de uma perspectiva mais saudável das relações de prazer, não obstante, auxiliar na ampliação do panorama de arquétipos sociais, políticos e culturais do sujeito.

Tomando a seleção de material como ferramenta importante para esse processo de ressignificação, torna-se evidente a importância da promoção de espaços de discussão que estejam empenhados em romper com os estereótipos que estão envoltos a cinematografia pornô, possibilitando a desmistificação do acesso ao material e o usufruto de conteúdos que manifestam lugares diversos de representatividade sexual, sexualidade, corporeidade, quebra das relações de poder, reorganização do papel da mulher nas relações, destituição da heteronormatividade compulsório e proporcionam uma mudança no panorama de produção da grande indústria do entretenimento adulto, o que já pode ser visto quando vislumbramos categorias relacionadas aos universos *queer* como *Shemale* e *Tranny* como também categorias que rompem com o estigma estético do corpo esbelto como *BWW* (Big Beautiful Woman) que tem como foco o corpo gordo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pornografia, pertencente ao grande grupo de representações da arte erótica, apresenta uma produção viva e atuante nos espaços midiáticos, atravessando os sujeitos na constituição de sua subjetividade e influenciando na construção de sua dinâmica social, política, cultural e mercadológica. Leite (2011) indica que a pornografia está para além de uma simples categoria, torna-se uma conceitualização, englobando de forma pertinente todas as produções artístico-midiáticas que empenham-se em proporcionar uma revisita aos prazeres e ao universo da excitação sexual, refletindo assim nos sentidos e nos modos de pensar, saber e fazer, não apenas as práticas sexuais, mas toda a composição de sexualidade do indivíduo (LEITE, 2011).

O estudo empreendido por Susanna Paasonen (2011), onde apresenta a ideia de Ressonância Carnal, possibilita um olhar mais crítico sobre a interação dos sujeitos com o universo pornográfico,

segundo a autora é possível realizar uma análise que leve a superação do discurso estereotipado direcionado a cinematografia pornô e ao comportamento de seus consumidores. Essa dimensão de análise ainda amplia-se quando é evidenciado que com o avanço das mídias digitais, principal em sua categoria *network*, e com os desdobramentos da revolução midiática que deu luz à perspectiva da *web 2.0*, as arestas na produção de conteúdo de entretenimento tornam-se pouco definidas garantindo, em um movimento de elasticidade, contraversão, contracultura e representatividade, a incorporação de novos grupos ao mercado de produção pornográfico que outrora não detinham espaço de atuação. Podemos exemplificar esse movimento a partir do surgimento de categorias que caminham na direção contrária da produção *mainstream*, mantendo como foco corpos e sexualidades que são resvaladas ao ostracismo social e cultural, compreendendo uma condição particularizada de representação dos sujeitos (SANTOS, 2019).

A partir do referencial teórico apresentado neste trabalho e das análises e discussões que o mesmo proporcionou torna-se possível uma análise mais crítica e contundente sobre a problemática levantada, conduzindo a algumas reflexões que podem auxiliar na busca por estratégias para a superação das questões discutidas.

Tomando o trabalho de Baumel (2019), que realizou um estudo sobre o consumo de material pornográfico e suas principais consequências comportamentais, houve um empenho da pesquisadora em garantir um arcabouço teórico e físico que estivesse empenhado em responder sua problemática, neste esforço foram arrolados 45 artigos que tratavam sobre a temática, a partir dos resultados encontrados pela estudiosa podemos traçar um paralelo investigativo, não obstante reflexivo, procurando aprofundar as discussões hasteadas nesse estudo. A partir da compilação de informações mostrou-se pertinente os seguintes dados: houve um aumento da produção acadêmica sobre a temática em 2010 e 2015, apenas 02 trabalhos estavam em português e 01 tinha como lócus à população brasileira, 19 artigos foram classificados como da área da Psicologia, como também mantinham em perspectiva à comunidade universitária como público-alvo. Ainda é pertinente indicar que em 87% dos trabalhos foram encontradas disposições negativas sobre a pornografia, enquanto que em 42% foram indicadas condições benéficas aos sujeitos (BAUMEL, 2019).

Sobre o que foi exposto pela pesquisadora podemos indicar que ainda há um número muito escasso de produções científicas sobre a temática, esse número decai ainda mais quando o foco é a população brasileira, essa deficiência dificulta a análise sobre a real proporção e dimensão do acesso, consumo e consequências da pornografia no país. Santos (2019) indica a importância de enxergar à pornografia como produto de um espaço de contextualização político-cultural assim estudos com lócus em grupos específicos e regiões bem delimitadas auxiliam em uma análise mais profunda da temática. Importante destacar também que os estudos mantinham foco na população universitária, o

que pode indicar que tais discussões não extravasam os limites da academia, apresentando mais um déficit e possível tabu imbricado no foco da temática. Outro aspecto relevante apresentado na pesquisa é que os indivíduos deflagraram condições positivas e negativas do consumo e da produção do material pornográfico, essa questão nos leva a acreditar que a seleção de material a ser consumido e o usufruto desse tipo de conteúdo é fator decisivo na reverberação das consequências na vida do sujeito, apresentando o universo cinematográfico da pornografia não como um espaço minado pela perversidade e que conduz a uma violência indelével dos modos de subjetivação, mas como um espaço artístico-midiático de exploração, redescoberta e representatividade dos corpos e grupos antes resvalados ao ostracismo social.

É possível indicar que o presente estudo mostra-se relevante pois procurou apresentar autores e estudos que ratifiquem a necessidade do fomento a suspensão dos estereótipos relacionados à produção e consumo de material pornográfico, possibilitando a exploração do universo cinematográfico, levando a processos de descoberta e ressignificação dos espaços de construção, sejam eles extrínsecos ou intrínsecos. Procura-se promover espaços de discussão, debates e outras produções científicas que mantenham o mesmo empenho em dissolver o discurso estereotipado sobre a mídia pornô como também estima-se que tais estudos podem alcançar melhores resultados quando alcançam a possibilidade de extravasar os limites do ambiente acadêmico, tornando os espaços sociais, educacionais e de saúde palco dessas intervenções.

REFERÊNCIAS

BAUMEL, Cynthia Perovano Camargo; SILVA, Priscilla de Oliveira Martins da; GUERRA, Valeschka Martins; GARCIA, Agnaldo; TRINDADE, Zeidi Araujo. **Atitudes de Jovens frente à Pornografia e suas Consequências**. *Psico-Usf*, [S.L.], v. 24, n. 1, p. 131-144, jan. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1413-82712019240111>.

Cynthia Perovano Camargo; GUERRA, Valeschka Martins; GARCIA, Agnaldo; ROSÁRIO, Alini Gusmão. **Consumo de Pornografia e Relacionamento Amoroso: uma revisão sistemática do período 2006-2015**. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 1-19, 2020. *Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia*. <http://dx.doi.org/10.36298/gerais2020130103>

Cynthia Perovano Camargo. **Uso de pornografia e sua influência na satisfação com os relacionamentos amorosos**. 2019. 229 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Centro de Ciências Humanas e Naturais - Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

BENSUSAN, Hilan. **Observações sobre a libido colonizada: tentando pensar ao largo do patriarcado**. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 1, n. 12, p. 131-155, abr. 2004. Semestral.

BORGES, Melissa Toledo; TILIO, Rafael de. **Consumo de pornografia midiática e masculinidade**. *Periódicus: Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades*, Salvador, v. 1, n. 10, p. 402-426, abr. 2019. Semestral. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ESTEBAN, Mari Luz. La antropología y el poder de lo erótico. *Aibr Revista de Antropología Iberoamericana*, Madrid, v. 15, n. 3, p. 558-581, 11 abr. 2019. Semestral.

GUERRA, V. M.; ANDRADE, F. C. & DIAS, M. R. (2004). **Atitudes de estudantes universitários frente ao consumo de materiais pornográficos**. *Estudos de Psicologia*, 9, 269- 277.

LEITE JUNIOR, Jorge. **Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros**. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 1, n. 38, p. 99-128, jun. 2012. Semestral.

LOPES, Ana Sofia Semedo Pereira. **Consumo de pornografia na internet, avaliação das atitudes face à sexualidade e crenças sobre a violência sexual**. 2013. 125 fls. Tese (Mestrado em Psicologia). Universidade Autônoma de Lisboa, Lisboa, 2013.

MARCONI, M.A. & LAKATOS, E.M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 6ª edição, São Paulo: Atlas, 2007

PAASONEN, Susanna. *Carnal Resonance. Affect and online pornography*. Cambridge: The MIT Press, 2011.

PORNHUB (E.U.A) (org.). **Statistics**. 2021. Disponível em: <https://pt.pornhub.com/press>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SANTOS, Dionys Melo dos. **As travestis no cinema da boca do lixo e na pornografia digital**. 2019. 182 f. Dissertação (Doutorado) - Curso de Sociologia, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

SIMILARWEB (comp.). **Top Websites Ranking**. 2021. Disponível em: <https://www.similarweb.com/top-websites/>. Acesso em: 05 jun. 2021.

SILVA, José Manuel Sá da. **O impacto do consumo de pornografia nas relações de intimidade: uma revisão teórica.** 2018. 31 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina, Faculdade de Medicina, Universidade do Porto, Lisboa, 2018.

TRENTINI, M.; PAIM, L. **Pesquisa em Enfermagem:** Uma modalidade convergente- assistencial. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

SOBRE OS AUTORES

Antonio Marlon Coutinho Barros. Psicólogo e Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS). Especialista em Saúde Mental pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Técnico em Educação da Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc-Ce). E-mail: marloncoutinho@gmail.com

Ariane Santos Teixeira. Fisioterapeuta pelo Centro Universitário Estácio FIC. E-mail: arianesantos188@hotmail.com.

Artur Ponciano Lima Costa. Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS). E-mail: arturponciano@alu.ufc.br, arturponciano@gmail.com

Carla Jéssica de Araújo Gomes. Graduada em Psicologia e mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Integrante do VIESES-UFC.

Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro. Professora Titular do Centro Universitário Estácio de Sá. Pós-doutorado em saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: cleo_sbf@yahoo.com.br.

Erica Silina De Almeida Meneses. Graduada em Psicologia pela UFC - Mestre em Psicologia pela UFC - Doutoranda em Psicologia UFC-Área de atuação e pesquisa - Psicanálise- Membro do Corpo Lacaniano - Sessão SP

Fernanda Veras Vieira Feitosa. Psicóloga pelo Centro Universitário Estácio de Sá. Mestranda do PPG em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Bolsista FUNCAP. E-mail: fernanda.veras95@gmail.com

Francisco Quintino de Castro Neto. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS. Membro da Liga Acadêmica de Estudos Cognitivos Comportamentais – LAECC.
Heitor Lima Do Nascimento. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará - Pesquisador e psicólogo.

Hermógenes Abraão Paz Siqueira. Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio. Membro colegiado da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO Núcleo Cariri. Possui experiência e estudos voltados ao campo da Psicanálise, Psicologia Social e Saúde Coletiva. E-mail: mailto:hermogenes.125@hotmail.com

Igor de Lima Teixeira. Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS). E-mail: igor103@alu.ufc.br

Igor de Sousa dos Santos. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2015). E Especialista em caráter de Residência Multiprofissional em Saúde Coletiva pela Escola Saúde Pública do Estado do Ceará ESP-CE (2020).

Ingrid Rabelo Freitas. Assistente Social pela Universidade Metropolitana de Fortaleza, CRESS-11614. Especialização em Parâmetros do Serviço Social na Saúde pela Potére Social. Assessora de Juventudes do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza.

Isabela Bezerra Ribeiro. Professora no curso de psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS. Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Leão Sampaio (UNILEÃO). Atualmente coordenadora do Laboratório de Estudos em Psicologia e Feminismos (UNIVS). E-mail: isabelabezerra@univs.edu.br.

João Miguel Lima Themótheo. Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS) e do Núcleo de Estudos em Psicologia Humanista (NEPH). E-mail: joaomiguelthemotheo@alu.ufc.br.

João Paulo Pereira Barros. Psicólogo. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em Educação pela UFC. Professor do Departamento de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do VIESES: Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação.

Laisa Forte Cavalcante. Psicóloga CRP-11/12879, mestra e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Integrante do VIESES-UFC. Membro do coletivo de palhaçaria feminina: Cio das 5.

Lara Thayse de Lima Gonçalves. Psicóloga CRP-11/17144. Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Integrante do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (LAPSUS). Estagiária de pós-graduação em Psicologia no Ministério Público do Ceará (MP-CE).E-mail: larathayse@alu.ufc.br.

Larissa Ferreira Nunes. Graduada em Psicologia. Doutoranda e Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, Especialização em Saúde Mental na Universidade Estadual do Ceará. Integrante do VIESES/UFC.

Lielton Maia Silva. Coordenador do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado. Mestrando em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC. Especialista em Saúde Mental pela UDESC. Especialista em Saúde Pública e da Família pela FAK. Especialista em Ciências da Educação e Docência do Ensino Superior pela UniVS. Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Católica Rainha do Sertão. Pesquisador do Laboratório Interdisciplinar em Estudos Organizacionais e do Trabalho - LIEOT. Membro da Liga Acadêmica de Estudos Cognitivos Comportamentais - LAECC Supervisor clínico na Abordagem Cognitiva Comportamental E-mail: lieltonmaia@univs.edu.br

Lucas Dias Bento. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Vale do Salgado – UNIVS.

Luciana Lobo Miranda. Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO). Professora Titular do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza – CE, Brasil. E-mail: luciana.miranda@ufc.br.

Maiana Parente Gomes Carneiro. Graduada em Psicologia pelo centro universitário vale do Salgado, e pos graduanda em Neuropsicologia pelo Grupo Educacional Faveni, e-mail: maianaparente14@gmail.com.

Mayara Ruth Nishiyama Soares. Psicóloga pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestranda do PPG em Psicologia da UFC. Integrante do LAPSUS- UFC e do VIESES-UFC. E-mail: mayararnishiyama@gmail.com

Milena Araújo Bezerra. Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Integrante do Grupo de Pesquisas e Intervenções sobre Violência, Exclusão Social e Subjetivação (VIESES/UFC). E-mail: milenaaraujo@alu.ufc.br

Myllena Sabóia Peixoto De Oliveira. Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará - Pesquisadora e psicóloga comunitária.

Nair Kercya de Lima Montes. Graduada em Psicologia pelo centro universitário Vale do Salgado, e-mail: n.kercya14@gmail.com.

Raimunda Magalhães da Silva. Prof.^a Titular da Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Prof.^a Emérita da Universidade Federal do Ceará. E-mail: rmsilva@unifor.br.

Raimundo Cirilo de Sousa Neto. Graduando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Integrante do VIESES. Bolsista de Iniciação Científica do projeto Efeitos Psicossociais da Violência e Modos de (Re) Existência Infantojuvenis em Periferias de Fortaleza-CE.

Tadeu Lucas de Lavor Filho. Psicólogo (CRP11/16.666). Mestre e Doutorando em Psicologia (UFC). Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS). Pesquisador do Laboratório de Psicologia em Subjetividade e Sociedade (UFC). E-mail: tadeulucaslf@gmail.com.

Tháís de Lima Oliveira. Fisioterapeuta pelo o Centro Universitário Estácio do Ceará; Pós graduanda em Terapia intensiva pelo o Centro Universitário Estácio do Ceará; Integrante do Programa de Assistência a Mulheres Mastectomizadas (PROAMMA) - Estácio, CE. E-mail: thaislima.fisio@gmail.com.

Tháís Fortes Ramos. Acadêmica de enfermagem pelo Centro Universitário Estácio FIC. E-mail: thaisramosfr@icloud.com.

Vilkiane Natércia Malherme Barbosa. Mestra e doutoranda do Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - UFC (Bolsista Capes). Graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí – UFPI. Especialista em caráter de Residência Multiprofissional em Atenção Básica/ Saúde da Família - UFPI (2018).

SOBRE OS ORGANIZADORES

	<p style="text-align: center;">Tadeu Lucas de Lavor Filho</p> <p>Psicólogo (CRP 11/16.666). Graduado em Psicologia (2017) pelo Centro Universitário Dr. Leão Sampaio - UNILEÃO - Bolsista do PROUNI. Especialização em Docência do Ensino Superior e Tutoria de Educação a Distância (Instituto Pedagógico de Minas Gerais - IPEMI</p> <p>G - 2019). Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará - UFC e Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará na Linha de Pesquisa Sujeito e Cultura na Sociedade Contemporânea. Experiência em Atividades de Ensino, Extensão e Pesquisa. Pós-graduado Latu Sensu em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Atualmente é Docente de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado (UNIVS). Atualmente é pesquisador no Laboratório de Psicologia em Subjetividades e Sociedade - LAPSUS - UFC. E-mail: tadeulucaslf@gmail.com</p>
	<p style="text-align: center;">Isabela Bezerra Ribeiro</p> <p>Professora no curso de psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS. Mestra em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Graduada em Psicologia pelo Centro Universitário Leão Sampaio (UNILEÃO). Atualmente coordenadora do Laboratório de Estudos em Psicologia e Feminismos (UNIVS). E-mail: isabelabezerra@univs.edu.br</p>
	<p style="text-align: center;">Maria Eniana Araújo Gomes Pacheco</p> <p>Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2007), mestrado em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará (2013) e doutorado em Psicologia pela Universidade de Fortaleza (2019). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Ambiental, Psicologia Social, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia da Saúde, Psicologia Médica e Psicologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, violência simbólica, redução de danos, desenvolvimento humano, aprendizagem, saúde mental, dependência química e saúde coletiva. E-mail: enianaagp@yahoo.com.br</p>



Maxwell Fontes Teixeira

Pós graduado em Psicologia Organizacional pela Universidade Vale do Acaraú - UVA. Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – Unileão/CRP 11/12569. Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS. Atua como professor orientador da Liga Acadêmica de Estudos Cognitivo Comportamental (LAECC) vinculada ao curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado - UniVS. Possui experiência na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho e experiência clínica na Terapia Cognitivo Comportamental. E-mail: maxwell@univs.edu.br



Lielton Maia Silva

Coordenador do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Salgado. Mestrando em Ciências da Saúde pela Faculdade de Medicina do ABC. Especialista em Saúde Mental pela UDESC. Especialista em Saúde Pública e da Família pela FAK. Especialista em Ciências da Educação e Docência do Ensino Superior pela UniVS. Bacharel em Psicologia pelo Centro Universitário Católica Rainha do Sertão. Pesquisador do Laboratório Interdisciplinar em Estudos Organizacionais e do Trabalho - LIEOT. Membro da Liga Acadêmica de Estudos Cognitivos Comportamentais - LAECC Supervisor clínico na Abordagem Cognitiva Comportamental E-mail: lieltonmaia@univs.edu.br

Nota dos Organizadores: Os trabalhos que integram o e-book: DEBATES CONTEMPORÂNEOS EM PSICOLOGIA – VOLUME II, foram submetidos à análise da comissão científica e avaliadora da VIII Semana de Psicologia e I Jornada de Estudos Cognitivos-Comportamental da UniVS, que foi composta por diferentes especialistas. O processo de seleção destes trabalhos seguiu critérios preestabelecidos pela Comissão Científica. Contudo, todas as afirmativas, opiniões, conceitos, resultados, imagens, considerações finais e afins, aqui documentadas, são de inteira responsabilidade de seus autores/autoras.

ÍNDICE REMISSIVO

ANÁLISE PSICOSSOCIAL.....	5, 24
ANSIEDADE.....	5, 6, 17, 23, 130, 135
ARTES INSURGENTES.....	5, 36
COLETIVIZAÇÃO.....	5, 36
COMUNIDADE LGBT+.....	5, 24
CONDUTA.....	5, 46
CONTEXTOS PANDÊMICOS.....	6, 130
ESCOLAR.....	5, 62
ESPECTRO AUTISTA.....	5, 85
ESPOSA.....	5, 46, 60
ESTEREÓTIPOS.....	6, 153
ESTUDANTES.....	5, 62
FELICIDADE.....	5, 73
INCLUSÃO SOCIAL.....	5, 85
INVENÇÕES.....	5, 62
ISOLAMENTO SOCIAL.....	5, 73
JUVENTUDES.....	5, 7
LIBERDADE.....	5, 85
MÃE.....	5, 46, 54, 60
MULHERES.....	5, 46
PANDEMIA.....	5, 62, 73
PERFIL EPIDEMIOLÓGICO.....	5, 115
<i>PODCAST</i>	5, 36, 45
PORNOGRAFIA.....	6, 153, 154
PROFESSORES.....	5, 62
PSICOLOGIA.....	1, 2, 4, 5, 7, 164
REFLEXÕES.....	5, 101
REPERCUSSÕES.....	5, 73
SABERES SUBALTERNIZADOS.....	5, 36
SAÚDE.....	5, 63, 71, 73, 101, 129
SÉCULO XX.....	5, 46
SUICÍDIO.....	5, 115, 116
TABUS.....	6, 153
TERAPIA COGNITIVA.....	5, 17
TERRITORIALIDADES.....	5, 7
TRANSTORNO.....	5, 23, 85, 124
VIOLÊNCIA.....	5, 24

ISBN 978-655376052-3

